

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA – MESTRADO**

VERA LÚCIA MEMBRIVE CASAGRANDE

**SABEDORIA DA CRUZ DE CRISTO
EM 1COR 1,17-25**

CURITIBA

2013

VERA LÚCIA MEMBRIVE CASAGRANDE

**SABEDORIA DA CRUZ DE CRISTO
EM 1COR 1,17-25**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia. Área de concentração: Teologia e Evangelização, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Artuso.

CURITIBA

2013

VERA LÚCIA MEMBRIVE CASAGRANDE

SABEDORIA DA CRUZ DE CRISTO

1COR 1,17-25

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2013. Área de concentração: Teologia e Evangelização, do Centro de Teologia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor 1

Instituição 1

Professor 2

Instituição 2

Professor 3

Instituição 3

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

Dedico a Deus Trindade e a minha família, ao meu querido esposo Rubens, aos meus lindos filhos: Lyssa e Lucas. Eles que “sustentaram meus braços” quando estava cansada, deram-me abrigo nas batalhas, secaram minhas lágrimas quando estava em pranto. E oraram por mim para que eu pudesse ouvir a voz do Senhor e nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus a quem sirvo, por ter me presenteado com seu Filho Jesus, como meu Salvador. Sem o seu amor e misericórdia, nada do que faço seria possível.

A Jesus por ter morrido na cruz por amor a mim e por toda a humanidade. Agradeço pelo meu encontro pessoal com o Ressuscitado. Experiência maravilhosa, que mudou o meu viver. Graças às suas chagas, eu fui curada.

Ao Espírito Santo, pela sua efusão, que resultou num derramamento profundo de dons sobre mim. Agradeço igualmente pela sua presença viva em minha vida.

Agradeço à Imaculada, minha mãe e mestra.

Agradeço a minha mamãe, por todo o carinho.

A minha família, que esteve tão presente e que, neste tempo, de forma tão especial, amou-me e compreendeu-me.

A toda a minha comunidade, Sagrada Família. Obrigado por suas orações.

Ao Prof. Dr. Frei Vicente Artuso, meu orientador, que me incentivou e prontamente, aceitou acompanhar esse trabalho e a mim dedicou o tempo necessário para as devidas correções. Obrigado por todo incentivo na minha caminhada.

Ao Prof. Dr. Frei Clodovis Boff, pelas suas brilhantes aulas, repletas de sabedoria.

Aos professores pela dedicação e compreensão no decorrer do curso.

Ao Prof. Dr. Adilson dos Santos, por sua presença constante, fiel e amiga, por sua paciência em questionar e revisar as correções gramaticais. Deus lhe pague!

Ao Frabrizio Catenassi. Obrigado por sua contribuição e companherismo.

Aos meus colegas de sala, que caminharam comigo até a finalização do curso e, também, àqueles que não o concluíram, por algum motivo.

Cantem meus lábios a luta
que sobre a cruz se travou;
cantem o nobre triunfo
que no madeiro alcançou
o Redentor do Universo
quando por nós se imolou.

O Criador teve pena
do primitivo casal,
que foi ferido de morte,
comendo o fruto fatal,
e marcou logo outra árvore,
para curar-nos do mal.

Tal ordem foi exigida
na obra da salvação:
cai o inimigo no laço
de sua própria invenção.
Do próprio lenho da morte
Deus fez nascer redenção.

Na plenitude dos tempos,
a hora santa chegou e,
pelo Pai enviado,
nasceu do mundo o autor;
e duma Virgem no seio
a nossa carne tornou.

Seis lustros tendo passado,
cumpriu a sua missão.
Só para ela nascido,
livre se entrega à Paixão.
Na cruz se eleva o Cordeiro,
como perfeita oblação.

Glória e poder à Trindade.
Ao Pai e ao Filho, louvor.
Honra ao Espírito Santo.
Eterna glória ao Senhor,
que nos salvou pela graça
e nos remiu pelo amor.

(LITURGIAS DAS HORAS II
2000, p. 358)

RESUMO

O sentido da cruz ocupava um espaço contundente e expressivo nos povos que dela faziam uso como instrumento de tortura e morte. Paulo rompe com o ponto de vista humano e cultural dos gregos, romanos e judeus. A cruz, para os judeus, era motivo de escândalo, derrota; para os gentios, loucura. A idéia de loucura e contradição estava em conformidade com um mundo acostumado com vitórias e grandes conquistas. Paulo ressignifica a cruz como expressão máxima do amor de Deus, que se esvazia de si mesmo: Jesus se entrega, em obediência ao Pai, à morte de cruz, para a salvação dos homens, colocando-a à luz da sabedoria do próprio Deus. Paulo, em 1Cor 1,17-25, traz a comunidade de Corinto e para toda a Igreja uma nova compreensão através da obediência de Cristo e da dimensão salvífica da cruz. Numa visão de fé, a cruz ultrapassa os limites humanos. Para o apóstolo, a cruz significa salvação, poder e sabedoria de Deus. Paulo usa a experiência não só da cruz em si, mas de todo o contexto de crucifixão, esse amor que desafia toda a humanidade, e em Cristo, dá-se origem a uma nova vida. É o crucificado que ressuscita e dá sentido à cruz. Nele, encontra-se em movimento a força que resulta em graça, diminuindo o sofrimento humano. A cruz é elemento necessário na vida humana como experiência de salvação. Não é possível tirar a cruz do cristão. O cristianismo seria inviável sem a cruz. O Redentor sofreu em lugar do homem, e em favor do homem e o sofrer com Cristo, na vida do cristão, é completar no próprio corpo o que está faltando à paixão do Senhor.

Palavras-chave: Cruz. Sofrimento. Amor. Sabedoria. Ressurreição.

ABSTRACT

The meaning of the cross occupied an incisive and expressive space in the people who made use of it as an instrument of torture and death. Paul breaks with the human and cultural point of view of the Greeks, Romans and Jews. The cross, to the Jews, was a cause of scandal, defeat; to the Gentiles, madness. The idea of madness and contradiction was in accordance with a world accustomed with victories and great conquests. Paul gives a new meaning to the cross and shows it as a maximum expression of the love of God, who empties himself: Jesus gives himself, in obedience to the Father, to the death of cross, for the salvation of men, placing it under the light of the wisdom of God Himself. Paul, in 1 Cor 1, 17-25, brings to the community of Corinth and the whole Church a new understanding through the obedience of Christ and the salvific dimension of the cross. In a faith vision, the cross exceeds the human limits. To the Apostle, the cross means salvation, power and wisdom of God. Paul not only uses the experience of the cross but also the whole context of the crucifixion, this love that challenges all mankind, and, in Christ, gives rise to a new life. It is the crucified who revives and gives meaning to the cross. In Him, we can find in movement the strength that results in grace, reducing the human suffering. The cross is a necessary element in human life as an experience of salvation. It is not possible to take off the cross of the Christian. The Christianity would not exist without the cross. The Redeemer suffered in the place of man and in his favor, and the suffering with Christ, in the life of the Christian, is to complete in his own body what is lacking to the Passion of the Lord.

Keywords: Cross. Suffering. Love. Wisdom. Resurrection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PAULO E A PREGAÇÃO DE CORINTO.....	15
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE PRIMEIRA CORÍNTIOS.....	17
1.1.2 O NASCIMENTO DA COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO.....	21
1.1.3 OS CONFLITOS NA COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO.....	23
1.1.4 ORIENTAÇÕES DE PAULO À COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO.....	24
2 CRUZ E CRUCIFIXÃO NO TEMPO DE CRISTO.....	39
2.1 O SIGNIFICADO DO TERMO CRUZ.....	40
2.1.2 A CRUCIFIXÃO ROMANA.....	41
2.1.3 A PENA DE MORTE NOS CÍRCULOS JUDAICOS.....	44
2.1.4 A CRUCIFIXÃO DE JESUS DE NAZARÉ.....	45
3 ANÁLISE DE 1COR 1,17-25: PREGAÇÃO DO CRISTO CRUCIFICADO.....	57
3.1 TRADUÇÃO LITERAL.....	57
3.1.2 ANÁLISE LITERÁRIA.....	59
3.1.3 DELIMITAÇÃO E DIVISÃO DO TEXTO.....	59
3.1.4 CONTEXTO LITERÁRIO.....	60
3.1.5 ANÁLISE LINGUÍSTICO-SINTÁTICA.....	63
3.1.6 ANÁLISE ESTILÍSTICO-LITERÁRIA.....	70
3.1.6.1 Composição: a estrutura retórica.....	70
3.1.6.2 Análise discursiva.....	73
3.1.6.3 Elementos estilísticos.....	76
3.1.7 ANÁLISE TEOLÓGICA.....	79
3.1.7.1 As divisões: uma questão teológica.....	80
3.1.7.2 Tema: a cruz de Cristo.....	81
3.1.7.3 O elogio à sabedoria divina por meio das controvérsias e perguntas retóricas.....	85
3.1.7.4 A cruz como elemento de unidade e gratuidade.....	89
3.1.7.5 Raízes vetero-testamentárias da teologia da cruz é sabedoria.....	91

4 REDENÇÃO PELA MORTE E RESSURREIÇÃO DE CRISTO.....	94
4.1 A REDENÇÃO EM CRISTO.....	98
4.1.2 O ESPÍRITO SANTO NA REDENÇÃO.....	104
4.2 A KÉNOSIS E A CRUZ.....	109
4.2.1 A CRUZ É BENÇÃO E NÃO MALDIÇÃO.....	111
4.2.2 A VIDA DOS REDIMIDOS.....	112
4.2.3 A CRUZ NA VIDA DOS CRISTÃOS.....	112
4.2.4 O SOFRIMENTO.....	116
4.2.5 O SOFRIMENTO EM PAULO.....	122
4.2.6 ATRAÍDOS POR CRISTO NA CRUZ.....	125
4.2.7 CRUZ E RESSURREIÇÃO.....	127
5 SABEDORIA CRISTÃ.....	130
5.1 A SABEDORIA NO ANTIGO ORIENTE.....	131
5.1.2 A SABEDORIA GREGA.....	133
5.1.3 A SABEDORIA EM ISRAEL.....	134
5.1.4 A SABEDORIA COMO SABER.....	140
5.1.5 A SABEDORIA EM JESUS.....	141
5.1.6 A SABEDORIA NO ESPÍRITO SANTO.....	143
5.1.7 A SABEDORIA COMO DOM DE DEUS.....	145
5.1.8 A SABEDORIA DE DEUS REVELADA À COMUNIDADE DE CORINTO..	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

No campo da teologia, no âmbito da unidade de pesquisa e dentre os vários temas propostos para abordar, propus-me a trabalhar, na área bíblica, a sabedoria da cruz conforme a visão paulina. Trata-se de um tema que sempre causou grande fascínio, o que não significa dizer que seja um assunto, através do qual, seja fácil transitar. Aliás, para dizer a verdade, não é tarefa fácil escrever sobre esse tema. Quem se propõe, ainda que de maneira sucinta, a dar uma palavra introdutória sobre a sabedoria da cruz na visão paulina sabe que tem diante de si uma tarefa complexa, dada à largueza, à profundidade e à intensidade natural que o tema traz.

É sabido que, para os judeus, a cruz era motivo de escândalo; para os gentios, caracterizava-se como loucura; porém, para nós, cristãos, configura-se enquanto poder de Deus (cf. 1Cor 1,17-25). Do ponto de vista humano e cultural, os judeus, os gregos e os romanos eram convictos de que a cruz constituía um sinal de derrota, jamais uma manifestação gloriosa, o que significava dizer loucura em vez de sabedoria. No entanto, numa visão de fé, a cruz ultrapassa os limites humanos e se torna, para aqueles que crêem, poder e sabedoria de Deus (cf. 1Cor 1,17-25).

O presente trabalho objetiva, pois, realizar um aprofundamento acerca da mensagem referente à cruz, contida em 1Cor 1,17-25, onde o apóstolo Paulo apresenta à comunidade de Corinto e a toda a Igreja a dimensão da sabedoria de Deus no que diz respeito àquilo que o homem considera ser a loucura da cruz.

Este estudo pretende, ainda, analisar a manifestação da sabedoria de Deus, usando a experiência não só da cruz em si, mas de todo o contexto de crucifixão, para apresentar o amor que se rende à obediência à morte de cruz para a salvação dos homens. Compreender a dinâmica desse amor por completo é ainda o grande desafio de toda a humanidade. É nesta dinâmica que o sofrimento humano ganha expressão e, através dela, nascem as raízes da religião que mudou o cenário mundial por transformar a forma de ver os juízos, as condenações e a própria morte, visto que, em Cristo, dá-se origem a uma nova vida. É a ressurreição que dá sentido à cruz.

Devido à extensão do tema, este trabalho será desenvolvido com base em alguns autores cristãos e não cristãos bem como em alguns documentos da Igreja. Esta limitação se fez necessária diante da imensa riqueza da cruz para o cristão e da impossibilidade de se explorar todos os aspectos e autores que tratam do tema. Foi tomando como suporte tal bibliografia que estudamos as referências paulinas bíblico-teológicas acerca das dimensões da cruz no plano salvífico de Deus. Partimos, pois, da sociedade em que ocorreu tal fato, discutindo seus diversos aspectos para o cristianismo, e chegamos aos dias atuais, onde se encontra em movimento certa força que busca ofuscar o poder da cruz e sua dimensão salvífica, diminuindo a compreensão do sofrimento e de seu enfrentamento à luz da Palavra de Deus.

Veremos que, no tempo da crucifixão de Jesus e no período que o antecede, estendendo-se pelos primeiros séculos do cristianismo, a cruz ocupava um espaço decisivo e expressivo nos povos que dela faziam uso como instrumento de tortura e morte. Paulo ressignifica a cruz como expressão máxima do amor de Deus, colocando-a à luz da sabedoria do próprio Deus para trazer uma nova compreensão da obediência de Cristo e da dimensão salvífica da cruz para toda a Igreja.

Metodologicamente, este trabalho será dividido em cinco partes. Tendo em vista, num primeiro momento, procuraremos fazer uma breve apresentação do apóstolo Paulo, autor da Primeira Carta aos Coríntios. Nela também foi efetivado um breve levantamento do contexto histórico de Corinto trazendo elementos do contexto político, religioso e social, afim de, discernir o tipo de situação que o apóstolo Paulo enfrentou nesta cidade. Serão destacados os conflitos enfrentados por esta comunidade e quais os direcionamentos dados por Paulo.

Na segunda parte, destacaremos uma abordagem do tema pela via do resgate de alguns elementos contextuais e gerais, de modo a permitir ao leitor uma melhor compreensão do que seguirá, o foco da primeira parte será o levantamento do conceito de cruz. Procurar-se-á contextualizar a sociedade em que se deu a crucifixão de Jesus e a sua ressurreição, fixando conceitos no tempo e no espaço acerca de sua utilização e significado.

Na terceira parte, procurar-se-á fazer uma análise de 1Cor 1,17-25. Inicialmente, visando efetivar uma exegese do *corpus* essencial de nossa

pesquisa o texto paulino na qual será abordado na sua fonte mais original, na língua grega. Posteriormente será empregada a tradução literal que conforme Uwe Wegner (1998, p. 28), deverá ser o primeiro passo do método exegético. Serão preservadas as características originais de estilo, métrica e gramática, de tal maneira em que se manterá o mais fiel possível ao texto original, transpondo palavra por palavra, na tentativa de manter um bom português que, de fato, consiga reproduzir, da melhor maneira possível, as construções gramaticais, a ordem das palavras e a forma da língua original.

Apresentaremos também uma análise lingüístico-sintática, com o objetivo de identificar as expressões mais utilizadas na perícópe selecionada, apontando a presença do vocabulário teológico, destacando o objetivo da nossa pesquisa, que será mostrar a sabedoria na experiência de Cristo crucificado. Em seguida, será realizada uma análise literária, destacando-se elementos como: estilo, a forma, o conteúdo, a integridade e a coesão. Nossa atenção se fixará na delimitação literária do texto e da estrutura literária do texto. Posteriormente, será apresentada uma análise estilístico-literária, destacando: a estrutura retórica e a análise discursiva; e finalizaremos com uma análise teológica levantando-se alguns temas que mereceram destaque: as divisões, uma questão teológica; o tema central que guia todo o discurso dos vv. 17-25 que é o da cruz de Cristo; o elogio à sabedoria divina por meio das controvérsias e perguntas retóricas e a cruz como elemento de unidade e gratuidade.

Na quarta parte, abordaremos os seguintes pontos: a redenção, que é o restabelecimento da criação pecadora que volta à criação original, a pátria, sendo, pois, a cruz o caminho para quem quer tal redenção; Jesus, Filho encarnado de Deus, manifestando a natureza de *lahweh* a toda a humanidade, a salvação; a imprescindibilidade da cruz e da ressurreição para que aconteça o envio do Espírito Santo; o esvaziar-se de Jesus de toda a pretensão de poder da categoria social; a cruz enquanto elemento necessário na vida humana como experiência de salvação; a renúncia a tudo de especial que o mundo poderia lhe oferecer como Filho do Homem.

Cristo transformou o sentido da cruz. Com sua morte na cruz, esta se torna sinal de salvação, de redenção; não é a ciência que redime o homem, o homem é redimido no amor. Paulo insiste em dizer que Cristo é aquele que resgatou a humanidade e ser cristão é testemunhá-lo verdadeiramente com a

própria vida. Somente aquele que faz a experiência da cruz com o Ressuscitado vivencia o despojamento e consegue assumir a sabedoria da cruz. Jesus propõe aos seus discípulos que se disponham a passar pelas mesmas consequências da sua práxis libertadora segundo o Reino de Deus: contradição, perseguição e morte. O sofrimento na vida do cristão e na vida de Paulo é inevitável. Cristo elevou o sofrimento humano ao nível da redenção.

Finalizaremos esse capítulo, abordando que é na cruz que Jesus abre uma passagem para que todos possam passar, é a Páscoa e, assim, toda a humanidade pode ser redimida. Como se pode observar, o importante neste trabalho será buscar a compreensão do mistério da cruz de Jesus em nossa própria vida. Precisamos procurar experimentar o Crucificado Ressuscitado em nosso ser, assim como Paulo o fez e, com base em seu exemplo, com o mesmo poder, anunciar ao mundo que foi da cruz que emana a ressurreição, saindo de nós mesmos e indo ao encontro do outro.

Trilhado o caminho acima, na quinta parte, será trabalhada a sabedoria, com os seus contrastes. Observar-se-á que a sabedoria deste mundo é uma sabedoria que exclui a Deus e que coloca como autoridade suprema o próprio homem. Buscando a sabedoria do antigo Oriente e também a sabedoria da Grécia, destacaremos a influência tanto do Egito quanto da Grécia em relação aos livros sapienciais, os quais formam um mundo à parte, uma propriedade exclusiva, sendo caracterizados pela fé na sabedoria divina que governa o universo e cada pessoa particular.

Apontar-se-á também a sabedoria como a arte do bem viver. Veremos que o próprio Filho é a sabedoria do Pai que entra na história do mundo, através do Espírito Santo. É interessante ressaltar que a sabedoria é um dom de Deus, ela tem o seu princípio no temor a Ele. Para Paulo, a sabedoria é o próprio Crucificado, por meio do qual se revela a verdadeira face de Deus - um Deus apaixonado que vai até a cruz para salvar a pessoa humana. Deus faz uso de instrumentos que, aos olhos humanos, denotam fraqueza, mas Ele se manifesta de forma tão profunda que seu amor gratuito é a verdadeira sabedoria. Concluiremos com a sabedoria de Deus revelada a comunidade de Corinto, apontando a nova experiência vivida por Paulo fora da realidade do povo de Israel.

1 PAULO E A PREGAÇÃO EM CORINTO

O pensamento teológico do apóstolo Paulo tem suas raízes no judaísmo. Ainda que tenha nascido na cidade helênica de Tarso, o apóstolo possuía sangue hebreu. Procedente de família judaica observante, cuja língua materna era o hebraico, toda a sua integração étnica, cultural e religiosa se deu com o povo israelita. As tradições bíblicas e judaicas constituíam o conteúdo da sua formação escolar e foram obtidas na sinagoga de Tarso. Embora fosse um hebreu da diáspora, com todo o rigor que apresenta as raízes religiosas, Paulo não se encontrava totalmente fechado ao mundo helênico. Pelo contrário, o apóstolo demonstrava facilidade com a língua grega. De acordo com os Atos dos Apóstolos (cf. 22,3), ele teria estudado com o rabino Gamaliel, na cidade de Jerusalém (BARBAGLIO, 1989, p.16).

Quanto a sua adesão ao farisaísmo, esta o inclui como rigorista na observância da lei. O próprio apóstolo confessa-se como tal na seguinte passagem: “e como progredia no judaísmo mais do que muitos compatriotas da minha idade, distinguindo-me no zelo pelas tradições paternas” (Gl 1,14). Os fariseus constituíam uma elite de leigos intocáveis em relação à moral (cf. Fl 3,6). Tinham como característica a defesa da fé monoteísta. O próprio Paulo demonstrava isso, pois era um homem justo e reto, diante do Deus da lei (cf. Fl 3,6-9). Porém, todo o esforço estava centrado no esforço ascético da pessoa. Todo o fariseu tinha como meta a realização religiosa e moral de si mesmo, que se dava no cumprimento das boas obras.

É bem verdade que toda a fidelidade judaica e farisaica de Paulo acabou por levá-lo a assumir uma postura dura em relação aos cristãos. Por mais de uma vez, ele invocará seu passado de perseguidor. Na Carta aos Gálatas, ele escreve: “Ouvistes certamente da minha conduta de outrora no judaísmo, de como perseguia sobremaneira e devastava a Igreja de Deus” (1,13). Diante da comunidade de Corinto, Paulo reconhece sua indignidade de apóstolo de Cristo: “em último lugar, apareceu também a mim como a um abortivo. Pois sou o menor dos apóstolos, nem sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a Igreja” (15,8-9). Ao escrever a Carta aos Filipenses, ele evoca a ação perseguidora: “quanto ao zelo, perseguidor da Igreja” (3,6a). Ele lutava para

defender a herança judaica contra aqueles que promoviam desvios. (BARBAGLIO, 1989, p.18).

Como era de se esperar de um judeu e de um judeu-cristão Paulo, continuava servindo a um Deus único. Todavia, ele assumiu uma nova vocação: ser o anunciador do Evangelho, levando a mensagem de Deus aos gentios. Enquanto o antigo judaísmo procurava preservar sua identidade religiosa e étnica, o cristianismo primitivo em formação ultrapassou os limites étnicos, culturais e religiosos. Ele trouxe um conceito universal de salvação messiânica para toda a pessoa humana. O próprio Paulo teve uma experiência a caminho de Damasco com o Ressuscitado. Encontrou-se com a própria sabedoria.

Paulo narra que Deus o escolheu sem que tivesse qualquer mérito (cf. 1Cor 7,25; 2Cor 4,1). Na verdade, ele não era simplesmente um pecador que reencontrou as verdades do bem, depois de ter percorrido unicamente o caminho mal. E muito menos era um agnóstico que chegou a aceitar Deus na visão religiosa da realidade. Paulo se converteu a Cristo e, n'Ele, aos olhos da fé, descobriu a dimensão transcendental do Ressuscitado, mediador único e universal da salvação. Todas as vezes que falava sobre Cristo, ele dizia que foi o Senhor que veio ao seu encontro, no esplendor de sua glória. Pode-se dizer que, na história da salvação, a experiência paulina foi um evento de graça (cf. 1Cor 15,10) que pode ser vivido por toda a humanidade. Deus oferece a salvação a toda a humanidade como um dom (cf. Fl 3,7-11). Ainda tomando o exemplo de Paulo, pode-se igualmente dizer que tal salvação pode ser definida como nova criação, o esplendor de luz que iluminou o seu mundo interior e tirou o universo das trevas (cf. 2Cor 4,6) (BARBAGLIO, 1989, p.19).

Enfim, no caminho de Damasco, nasce um novo homem e um missionário, no qual o Ressuscitado se revela para que ele possa anunciá-Lo. Como um zeloso fariseu, Paulo esperava a salvação através da observância sincera e escrupulosa de suas prescrições. Acreditava que, no final, seria premiado por Deus por seus méritos. Com a conversão, a confiança em si mesmo foi derrotada. Agora, Paulo crê em Jesus Cristo, no crucificado que ressuscitou, esperando como dom a salvação, que havia pensado criar com suas próprias mãos. O orgulhoso abandonou a lógica da onipotência e reconheceu ser dependente.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE PRIMEIRA CORÍNTIOS

A fim de poder discernir o tipo de situação que o apóstolo Paulo enfrentou em Corinto, exercendo grande influência na interpretação da carta destinada a esta comunidade, será destacada características sociológicas de Corinto, juntamente com o ambiente religioso e filosófico da região. Corinto, (em grego: *Κόρινθος*, transl. *Kórinthos*) cidade grega localizada na pequena faixa de terra, Istmo no nordeste da Península do Peloponeso, sobressaindo ao sul por uma colina íngreme de “607 metros de altura, aproximadamente, a Acrocorinto” (BROWN, 2004, p. 678), era governada por Esparta: “Foi lá que o uso original da palavra istmo (estreito, passagem estreita) começou” (Hale, 2001, p. 211). O istmo tem cerca de dezesseis quilômetros de extensão e seis de largura, ligando o continente ao Peloponeso.

Corinto era uma cidade muito importante. Geograficamente, ela ocupava um ponto estratégico na rota marítima entre o Ocidente e o Oriente, o que favoreceu muito o comércio. Por ocupar tal posição estratégica no istmo, Corinto controlava as comunicações entre a Grécia continental e o Peloponeso. Todas as transações nos dois mares levaram-na a distâncias ainda maiores, o que significa dizer, comunicação com a “Ásia no oriente e com a Itália no ocidente. O máximo esplendor da antiga Corinto grega se dá com o governo dos Baquíadas, do século VIII ao VI a.C. ao qual sucede o da família de Cipselo” (FABRIS, 2008, p. 352). Neste momento, Corinto chega a um grande apogeu. Era chamada a “luz de toda a Grécia” por Cícero (apud BROWN, 2004, p. 678).

Corinto se situava em torno de uma colina íngreme, chamada Acrocorinto. Nos séculos seguintes, Corinto disputa com Atenas, Tebas e Esparta a supremacia política e busca o poder e o controle do comércio nos territórios da Ática e do Peloponeso, chegando o conflito até a colônia coríntia de Siracusa: “Após a conquista de Felipe II, o macedônio no ano 335 a.C., Corinto é declarada cidade livre, e em 196 se torna cidade piloto da liga aquéia. Como tal, sofre as consequências da intervenção repressiva romana” (FABRIS, 2008, p. 353).

A antiga Corinto fora destruída por Roma em 146 a.C., pelo general romano Lúcio Múmio (SUETÔNIO, 2006, p. 327), que “sucedeu ao cônsul Metelo na guerra contra a liga aquéia liderada por Corinto. Depois da vitória sobre Déio, ocupou a cidade, a saqueou e a destruiu, enviando seus tesouros para Roma”

(FABRIS, 2008, p. 352). Por cem anos, a área esteve largamente desabitada. A Corinto do Novo Testamento foi reconstruída por Júlio César, no ano 44 a.C., como uma colônia romana, devido à população inicial de soldados romanos: “Corinto logo superou Atenas em importância para os romanos, e em 27 a.C., tornou-se a capital da Província Senatorial Romana de Acaia, sob o governo de um procônsul” (Hale, 2001, p. 222).

Conforme dito, em virtude de sua localização, a cidade de Corinto experimentou um notável desenvolvimento comercial. Tinha uma fértil planície que se estendia por toda a sua costa. Corinto era chamada de opulenta por causa dos seus comércios marítimos. Situava-se entre os seus dois portos: Lequeu, (cerca de três quilômetros para o oeste) no golfo de Corinto, aberto para o mar Adriático; e Cencréia, (cerca de treze quilômetros para o leste) no golfo Sarônico, aberto para o mar Egeu. Através da exportação e importação que ocorria nestes portos, Corinto se tornava cada vez mais rica. Por causa das fortes e constantes tempestades daquela região, era arriscado viajar de navio próximo às ilhas do Sul da Grécia.

As mercadorias eram transportadas de um porto para o outro. O transporte era realizado através de carretas chamadas *holkós*, e estas eram puxadas com a força animal, através do istmo, numa pista “pavimentada de mais ou menos três metros e meio de largura, chamada *Diolkós*, do verbo *diélkein*, arrastar, transportar” (FABRIS, 2008, p. 347), desde o golfo *Sarônico*, no mar Egeu, até o Golfo de Corinto, no mar Jônico, e vice-versa. Para utilizar essa pista, pagava-se uma taxa pelo transporte, gerando um alto lucro.

Devido às suas habilidades, desde tempos antigos, Corinto tornara-se um centro de indústria naval: construindo o primeiro navio grego trirreme, remado por escravos, durante o Império Romano, era o porto base da marinha romana (HALE, 2001, p. 221). Era também conhecida por seus produtos de bronze, famoso no mundo inteiro. Isso nos leva a deduzirmos que o poder econômico e político estavam concentrados nas mãos de poucos privilegiados, que viviam explorando os pobres e escravos. Ela também se destacava pela sua indústria de porcelana. Além disso, em Corinto, havia um grande número de tecelões e manufactureiros (BORTOLINI, 2002, p. 13).

Corinto era seguramente o mais importante centro comercial do sul da Grécia daquela época. Atraía gente de todas as raças e religiões e havia

conseguido uma reputação internacional. Todos vinham à procura de trabalho, conforto e lazer. A população da cidade era cosmopolita: “Era habitada por italianos, gregos, egípcios, sírios, judeus. Pessoas de diferentes raças traziam para Corinto sua herança intelectual, seus costumes sociais, suas crenças e práticas religiosas” (HOEFELMAUN, 1990, p. 25). Por ser uma cidade greco-romana relativamente nova, não tinha ainda uma definição cultural. Por suas estradas, muitos trafegavam.

Embora a cidade de Corinto gozasse de uma grande riqueza, o luxo excessivo de uns contratava com a miséria do povo em geral. Havia um grande número de escravos e pobres. Sobre os primeiros, sabe-se que havia um grande comércio atacadista de escravos do Império. Com base na população de cerca de “600.000 habitantes estimou-se que somente 140.000 eram livres (HALE, 2001, p. 222). Havia um forte comércio de escravos que eram vendidos todos os dias, os mais fortes eram criados como animais. E os demais escravos, tidos como sem valor comercial, eram descartados e poderiam ser eliminados (HALE, 2001, p. 222).

Dentre os integrantes da classe livre de Corinto, estavam: “grandes comerciantes, industriais, latifundiários, armadores, banqueiros, militares, representantes do imperialismo e da ideologia dominante” (HOEFELMAUN, 1990, p. 25). Sabe-se que a lei, a cultura e as religiões romanas eram dominantes em Corinto e a língua oficial era o latim. Porém, “inscrições mostram o uso difuso do grego, a língua do comércio” (BROWN, 2004, p. 678). Corinto era a cidade dos contrastes.

A imoralidade, a corrupção e a ganância eram grandes: “A religião praticada era politeísta, isto é, cultuavam-se os mais diversos deuses romanos, gregos e egípcios” (STRABELI, 1998, p. 11). Corinto era intelectualmente arrogante, materialmente próspera e moralmente corrupta. Em função de seu forte comércio e das viagens marítimas, era de uma moral decadente. Havia pecado em todas as formas. Nela, grassava principalmente a corrupção sexual: “Em vista da fama da cidade, Aristófanes (c.450-385 a.C.) chegou a inventar a palavra *Korinthiazesthai* (‘agir como um coríntio,’ cometer adultério). Platão usou a expressão ‘garota coríntia’ como eufemismo para prostituta” (apud HAWTHORNE, 2008, p. 281).

Devido ao fato de ser uma cidade com várias religiões e à circunstância de ter sido fundada por uma colônia romana, havia, dentro da cultura de Corinto, uma propensão ao culto e à adoração aos deuses. Entre eles, é possível citar o deus grego equivalente ao deus romano Baco, de maneira especial deus dos ciclos vitais, das festas, do vinho, da alegria, do prazer, do lazer, do pão e da vegetação chamado Dionísio, filho de Zeus e da princesa Semele. Foi o único deus filho de uma mortal, o que o faz uma divindade grega atípica.

As divindades gregas comuns eram veneradas nos templos. Corinto estava cheia de locais religiosos pagãos (cf. 1Cor 8,4-6; 10,14; 20-30). Juntamente com a dedicação dos Césares, a deusa Roma tinha de ser adorada. Os deuses romanos Júpiter, Marte e Vênus também eram adorados e tinham muitos adeptos. Os deuses egípcios Serápis e Isis também possuíam templo no qual eram cultuados (HALE, 2001, p. 222)

Além do grande templo de Apolo, havia vários outros templos dedicados a Atenas e a *Poseidon*, o protetor dos navegantes. Os jogos pan-helênicos, “celebrados em honra de *Poseidon*, segundo uma das duas tradições, foram instituídos por *Sísifo*, rei de Corinto, para celebrar o deus marinho *Palemon*, ao qual é dedicado o santuário de *Palémion*” (FABRIS, 2008, p. 349-350). A estrada que leva a Corinto passa exatamente na cidade *Istmia*, local onde se encontrava o santuário dedicado a *Poseidon*. Isso nos leva a supor que a “construção civil também formava importante elemento da economia de Corinto” (HOEFELMAUN, 1990, p. 25).

Os jogos ístmicos compreendiam várias provas: corridas, lançamento, salto *pentatlo*, corridas a cavalo. Também havia concursos musicais, teatrais e de pintura. Esses jogos ístmicos aconteciam a cada dois anos e eram superados em importância apenas pelos jogos olímpicos. A coroa para os vencedores consistia num ramo de pinheiro sagrado que crescia junto ao altar de *Palemon*. Por controlar os jogos ístmicos, Corinto atraía atletas de todo o império para esta competição.

Havia também um importante santuário de *Esculápio*, o deus da medicina, abrangendo um templo e um hospital. Entretanto, o “maior dos santuários era o templo de Afrodite” (MCKENZIE, 2008, p.188), a deusa da fertilidade, trazida para Corinto do Oriente, construíram em sua honra um templo, que podia ser visto de toda parte da cidade, foi construído no topo de Acro

Corinto. A natureza licenciosa da adoração era provida por mil sacerdotisas, prostitutas sagradas, dedicadas à glória da deusa. A própria cidade promovia esse culto, de adoração a Afrodite, que tinha como duração dois dias por ano. Tal serviço era prestado pela sacerdotisa ou pelas mulheres responsáveis que tinham como sinal distintivo para tal serviço a cabeça raspada. Por isso, uma mulher com cabelo curto era reconhecida como quem estava a serviço ou recentemente havia terminado seus deveres cívicos no templo.

A cidade possuía banhos públicos, dois teatros (um deles com capacidade para dezoito mil pessoas sentadas) e um anfiteatro. Mas essa cidade cosmopolita era também um centro intelectual onde todas as correntes de idéias estavam representadas. Por fim, vale dizer que, no século II, havia inúmeras escolas, muitos filósofos, embora não tivesse o status de Atenas do ponto de vista da cultura e do número grande de letrados.

1.1.2 O NASCIMENTO DA COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO

A nossa principal fonte de informações sobre a história da Igreja apostólica se encontra no livro dos Atos dos Apóstolos, escrito por Lucas, no ano 80 d.C. Paulo chegou a Corinto inicialmente sozinho, no fim do inverno de 50/51 d.C. Isso se deu durante a sua segunda viagem missionária (cf. At 17,16-34). Depois de sua atuação na província romana da Macedônia, onde dera origem a algumas comunidades cristãs, particularmente em Filipos e em Tessalônica, na qual tinha sofrido hostilidades e perseguições, Paulo chega à cidade de Atenas (At 17,15).

Atenas havia perdido o seu papel político e se refugiava na vida intelectual de seus sábios e suas universidades, centro do helenismo gentio. Porém, o apóstolo permanece em solo grego por um curto tempo. Lucas também explora a ida do apóstolo até a cidade símbolo da cultura grega, “colocando-lhe na boca um discurso admirável de abertura irônica para o mundo dos filósofos e dos sábios (At 17,22-34), não consegue esconder os magros resultados ali obtidos” (BARBAGLIO, 1989, p. 135) Então, segue para Corinto, a verdadeira metrópole do mundo grego.

Paulo permaneceu em Corinto em torno de um ano e seis meses (cf. At 18,11). Os Atos dos Apóstolos também testemunham que os aborrecimentos vindos da parte do meio judaico não cessaram e Paulo foi levado diante do tribunal de Galião, procônsul romano da província da Acaia.¹ Isso nos revela que os judeus assumiram sempre uma atitude hostil em relação a Paulo. Por tais razões, as comunidades paulinas tinham se tornado uma expressão de um cristianismo com feição grega, livre das amarras da tradição judaica e totalmente aberto ao mundo dos pagãos. Portanto, a verdadeira relação entre Paulo e Corinto só pode ser conhecida através das suas próprias cartas.

No que se refere à fundação da comunidade, somos informados nos Atos dos Apóstolos (18) que Paulo se hospedou na casa de Áquila e Priscila, casal recém chegado de Roma. Juntamente com todos os judeus, eles haviam sido expulsos da capital romana pelo imperador Cláudio (cf. At 18,2). Áquila e Priscila são de origem judaica, mas devem ter sido cristãos já antes de se encontrarem com Paulo. O apóstolo passou a trabalhar no mesmo comércio de confecção de tendas que eles (At 18,3) e, aos sábados, pregava nas sinagogas.

Crispo, pessoa importante na comunidade judaica, creu, juntamente com sua família e seus serviçais, e abraçou a fé cristã (cf. 18,8). O mesmo aconteceu com Estéfanos e sua família, bem como Gaio e Sóstenes. Estes foram os primeiros que foram batizados – com exceção do último, batizado pelo próprio apóstolo (cf. 1,14s). De acordo com o livro dos Atos dos Apóstolos, eles foram os únicos judeus convertidos em Corinto. Mas, sabe-se que muitos coríntios creram e foram batizados.

Os primeiros cristãos da comunidade de Corinto apresentam uma diversidade cultural, religiosa e social que também se reflete de maneira especial na comunidade. A maior parte dessa comunidade era composta de pessoas que pertenciam às classes humildes, a saber: escravos, operários e pequenos artesãos (cf. 1Cor 12,2; 8,10; 10,27) que participavam de fenômenos violentos e desordenados de cultos pagãos. Tais pessoas eram consideradas loucas, fracas, desprezíveis, vis e sem nenhum valor (cf. 1Cor 1,26; 7,21; 11,22b). Além deles, também havia pessoas que pertenciam à classe rica, como o próprio Crispo (cf.

¹ Cujo mandato administrativo em Corinto é atestado por uma inscrição encontrada em Delfos e que permite situá-la por volta do ano de 52 d.C. Então a estada de Paulo em Corinto pode ser situada com base nesse dado no período compreendido entre o inverno de 50 e o verão de 52. (QUESNEL, Michel. As Epístolas aos Coríntios. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 21).

1Cor 1,14) e Erasto, que possuía em Corinto um alto cargo de administrador da cidade (cf. Rm 16,23).

As reuniões dos cristãos coríntios ocorriam em várias comunidades domésticas (cf. 1Cor 14, 23: com a comunidade inteira; 1,16; 16,15; Estéfanos; 16,19: Prisca e Áquila; Rm 16,23: Gaio, Erasto; At 18,7.8: Tito, Justo, Cripó). O número de cristãos de Corinto era de cerca de cem membros (SCHNELLE, 2010, p. 238). Pode-se dizer que Deus atuou de maneira surpreendente na eleição da comunidade, pois “Deus não elegeu muitos sábios e poderosos, mas os fracos do mundo. Para envergonhar os fortes, Deus elegeu aquilo que não é nada, para tornar um nada aquilo que é alguma coisa (cf. 1Cor 1,27-28)” (SCHNELLE, 2010, p. 245).

Paulo usa em Corinto, a linguagem da cruz enquanto expressão de loucura e contradição para um mundo acostumado com vitória e grandes conquistas. Para Paulo, a cruz é fundamental na história da humanidade. Ela representa o ponto principal de sua teologia e funciona como o meio pelo qual a salvação é concedida a toda a criatura. Embora os militares romanos fizessem uso da crucifixão como um instrumento de tortura para aterrorizar os povos subjugados, a fim de submetê-los ao regime imperial, Paulo coloca a cruz, algo tão desprezível aos olhos dos gregos e dos judeus, no centro de sua pregação.

Numericamente falando, o cristianismo em Corinto prosperou de forma acentuada, razão pela qual tal comunidade se tornou um dos mais importantes centros da Igreja primitiva cristã. Com os cristãos coríntios, o apóstolo manteve a sua mais extensa correspondência. É precisamente da cidade de Corinto que foram escritas pelo menos três das epístolas de Paulo: Romanos e I e II Tessalonicenses. Como resultado, antes de deixar a comunidade, ele confiou a Estéfanos a função de coordená-la. Com o auxílio de Fotunato e Acaico, Estéfanos dá sequência a toda evangelização e mantém as relações entre Paulo e a comunidade cristã de Corinto.

1.1.3 OS CONFLITOS NA COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO

Embora a comunidade cristã de Corinto fosse viva e muito fervorosa, por ser constituída por uma grande mistura de raças, tal diferença cultural acabou por

promover um confronto entre correntes de pensamento e de religião muito diversas, o que resultou nalguns conflitos e divisões no anúncio da mensagem cristã: “As questões abordadas derivam em grande parte do fenômeno da inculturação do Evangelho em ambiente helenista” (NOVA Bíblia Capuchinhos, 1998, p. 1863).

Havia se passado cinco anos desde que a comunidade tinha sido fundada. Paulo recebe, informações por meio dos familiares de Cloé (cf. 1,11) que vieram encontrá-lo, acerca dos problemas da comunidade. O objetivo era pedir ao apóstolo instruções.

O contato da jovem fé cristã com a capital do paganismo suscitou, para os cristãos, situações difíceis, como: divisões amargas (3); permissão de vícios entre eles (6 e 9); abuso da liberdade cristã (8 e 9); deixaram-se influenciar por mestres legalistas, que ensinavam de maneira contrária a de Paulo (9); corromperam as formas cristãs de adoração, agindo de forma ultrajante, até mesmo quando da participação na Ceia do Senhor, comendo em excesso, deixando-se embriagar e negligenciando os menos favorecidos da Igreja, que ficavam com fome e esquecidos (10); o abuso em relação aos dons, criando desordem nos cultos da Igreja (12-14); falsas doutrinas a respeito da ressurreição (15). Portanto, é na solução desses problemas que o apóstolo se empenha em escrever esta Primeira Carta aos Coríntios.

A medida preventiva de Paulo era evitar tudo o que não levasse à santidade. E, para chamar atenção, ele, colocando-se na condição de um pai que se dirige aos filhos, mostra à comunidade, como “corpo de Cristo”, que o caminho não é outro senão o da cruz que deve ser imitado (cf. 1Cor 4,14-17). Como se pode observar, a comunidade é fundada na cruz de Cristo. Paulo inseriu a cruz de Cristo como fundamento do reconhecimento de Deus, do mundo e de si mesmo. Para o apóstolo, “a cruz de Cristo é o critério teológico decisivo, ele não argumenta sobre a cruz, ele fala a partir da cruz” (SCHNELLE, 2010, p. 244).

1.1.4 ORIENTAÇÕES DE PAULO À COMUNIDADE CRISTÃ DE CORINTO

Havia se passado tão pouco tempo que o apóstolo tinha se ausentado da comunidade, mas esse pouco tempo foi o suficiente para criar na Igreja de

Corinto situações alarmantes. Paulo toma posição e lhes escreve. Nasce assim a Primeira Carta aos Coríntios quando ele ainda se encontrava em Éfeso (cf. 1Cor 16,8), na primavera de 56 d.C., durante a sua terceira visita missionária (cf. At 18,23; 21,16).

A carta tem uma forma típica de cartas da antiguidade. Estas são introduzidas pela indicação do remetente, do destinatário e por uma breve saudação, depois da qual se segue uma ação de graças. Paulo apresenta-se como apóstolo de Jesus Cristo, que é por vontade de Deus (v.1). Ele deixa claro que seu apostolado não era obra sua, nem tampouco uma idealização humana, mas sim um chamado divino: “A palavra ‘chamado’ (*Kletos*) faz referência à sua vocação mediante a aparição de Jesus Cristo, à qual Paulo deve sua conversão e da qual deriva o seu apostolado” (BRAKEMEIER, 2008, p. 19).

O apóstolo se apóia sobre sua experiência pessoal: primeiro, “viu” Cristo perto de Damasco (cf. At 9,17; 22,14; 26,16; 1Cor 9,1; 15,8); depois, continuou a vê-lo muitas vezes (cf. At 26,16; 22,17-21). Embora Paulo não tivesse acompanhado Jesus de Nazaré em sua trajetória, nem pertencido ao grupo dos doze, foi testemunha da ressurreição.

Paulo exercia autoridade especial sobre a comunidade de Corinto, sobretudo por ter sido ele o seu fundador. A defesa do seu apostolado se fez necessária. Isso se deveu “aos golpes aplicados por seus adversários, em Corinto, os quais tinham provocado o aparecimento do espírito de partidarismo, levando muitos, a duvidarem da autenticidade do seu apostolado” (CHAMPLIN, 2002, p. 7).

É interessante observar que Paulo não coloca peso sobre a comunidade de Corinto com a sua autoridade. Ele não decreta nem exige do cristão obediência cega. Dito de outro modo, ele não se comporta como o senhor da comunidade, mas, pelo contrário, antes argumenta, buscando compreensão e adesão voluntária. Sua autoridade como apóstolo depende da autoridade do Evangelho do qual é porta-voz. São os conteúdos que decidem sobre a verdade. Se Paulo faz questão de ser ouvido na qualidade de apóstolo, é porque ele insiste que o Evangelho precisa ser ouvido, perante o qual os coríntios deverão se responsabilizar por suas convicções e práticas (BRAKEMEIER, 2008, p. 20). Paulo era possuidor de um grande juízo sobre sua missão, era alguém revestido de seriedade.

Paulo (1,1) faz menção a Sóstenes, o que muito provável se trate de alguém associado ao apóstolo, colaborador, mostra-nos que se tornara crente de alguma maneira, e que era um homem respeitado na comunidade de Corinto. Este pode ser o homem mencionado como o principal da sinagoga (cf. At 18,17). Mas como seu nome é comum não da completa certeza em relação a isto.

A epístola é endereçada à Igreja de Deus que está em Corinto. Paulo afirma com o anúncio do Evangelho que os cristãos são a Igreja de Deus. A palavra Igreja vem de *“qahal lahwah* em hebraico, expressão de comunidade reunida, convocada por Deus” (STRABELI, 1998, p. 15).

O termo no grego *ἐκκλησία* (transl. *ekklesia*) significa: “Congregação, Igreja (local) (cf. Rm 16,16); Igreja (universal) (cf. Mt 16,18); assembléia, reunião (grupo de cidadãos reunidos para atividade sócio-político) (cf. At 19,39)” (O NOVO TESTAMENTO GREGO, 2009, p. 827). Segundo a nota de rodapé da *Bíblia de Jerusalém*, o termo grego *“ekklesia* tornou-se nossa palavra Igreja (cf. At 5,11; Mt 16,18). Designava, em Dt 4,10, a assembléia do povo santo no deserto. Conforme a convocação santa (cf. Ex 12,16; Lv 23,3; Nm 29,1), a Igreja, novo povo dos santos (At 9,13), é herdeira do antigo” (1995, p. 2060).

Na visão de Rudolf Bultmann, a Igreja manifesta, sobretudo, na separação em relação ao mundo enquanto domínio da impureza moral e do pecado. A comunidade passa a ser o santo templo de Deus, separada de tudo o que é mundano-pecaminoso (cf. 1Cor 3,16s.; 2Cor 6.16; Ef 2,21s.; Ef 9,1). Ela passa a ser *οἶκος πνευματικός* (transl. *oikos pneumatikos*) [casa espiritual] de Deus (cf. 1Pe 2,5 cf. 1Tm 3,15; Hb 3,6; 10,21; Herm sim I 13.9; 14.1). O autor continua ressaltando que a comunidade escatológica não faz mais parte do mundo passageiro. Afirma que, aqui, os membros não têm pátria; seu *πολιτεύμα* (transl. *politeuma*), (direito de cidadãos, sua cidadania) encontra-se no céu (cf. Fp 3,30), e deixa bem claro que sua *πόλις* (transl. *polis*) [cidade, pátria] é a futura (cf. Hb 13,14). Aqui, neste mundo, somos peregrinos em terra estranha (2008, p. 147).

Portanto, em contraste com a cidade de Corinto, os crentes deveriam ser um povo santificado, separado, dedicado às coisas santas do Senhor. A santificação, por sua vez, tem início a partir da conversão, momento em que a pessoa é separada para o Deus santo, para um elevadíssimo destino. Embora

essa santificação aconteça neste mundo de forma progressiva, ninguém fica inteiramente livre da mancha do pecado, mas sempre poderá ser purificado ainda mais (CHAMPLIN, 2002, p. 8).

As comunidades cristãs adotaram este termo, assim como o encontramos no livro dos Atos dos Apóstolos 5,11, com o sentido de reunião ou assembléia de todas aquelas pessoas que acreditavam em Jesus, ou ao grupo que eles constituíam em uma localidade. De igual forma, é importante insistir que o termo Igreja só é empregado pelo autor depois de os discípulos terem se agrupado em comunhão em Jerusalém, nascida do testemunho apostólico, voltada para a fé no Ressuscitado e animada pelo Espírito Santo. O termo *ekklesia*, no Novo Testamento, é usado para designar tanto a comunidade local quanto a Igreja universal. Da mesma maneira, Paulo “enxergava na comunidade de Corinto uma concretização específica da única Igreja de Deus no mundo” (BRAKEMEIER, 2008, p. 20).

Nos Atos dos Apóstolos, a palavra *ekklesia* aparece 23 vezes e se refere às Igrejas locais de Jerusalém, de Antioquia, de Corinto, de Éfeso, de Derbe, Listra e Icônio: “Mesmo que se ressalte a comunidade de Jerusalém como Igreja-mãe e modelo para as outras Igrejas, cada Igreja local passa a ser considerada *ekklesia*, no mesmo sentido em que o título era dado à comunidade de Jerusalém” (LORASCHI, 2010). Cada Igreja, em particular, com seu jeito próprio, diante dos desafios de caráter religioso, sai em busca de resposta com base em Jesus de Nazaré.

Com Cristo crucificado, os discípulos experimentaram uma nova maneira de ser e também experimentaram novos termos. Embriagados pelo Espírito de Cristo, eles tiveram um encontro com o Ressuscitado. No entanto, quando Paulo fala de Igreja, necessariamente ele fala do “espírito de Cristo, isto é, de Deus e dos seus efeitos. O Espírito é o sinal decisivo de que alguém vive na comunhão salvadora com Cristo” (SCHNEIDER, 2002, p. 67). Paulo salienta ainda que a Igreja, que é a comunidade cristã, é também o corpo de Cristo, o templo de Deus tomado do Espírito, o Templo da nova Aliança. Nela, habita o que realiza e prefigura o Templo, lugar onde habitava a glória de Deus.

Ao examinarmos a Sagrada Escritura (cf. 1Cor 3,16s; 6,19; 2Cor 6,16; 1Rs 8,10-13; Jo 2,21; Ap 21,22), constatamos que as promessas do Antigo Testamento se cumpriram e que o templo messiânico é o povo de Deus vivo (cf.

2Cor 6,16), exatamente porque “Deus nele habita no Espírito, no qual se deve a Igreja, pelo qual ela é edificada, o qual lhe conceda os serviços e dons de que precisa, santifica-a para uma vida santa perante Deus (cf. Rm 8,9s; 1Cor 2,10s; 12,1; 2Cor 3)” (SCHNEIDER, 2002, p. 67).

Paulo não só se dirige aos coríntios, mas, a todos que invocam o nome do Senhor Jesus Cristo. É claro que a carta é dirigida, em primeiro lugar, à comunidade de Corinto. Contudo, o que ele tem a dizer não é privado, mas também se aplica a toda a Igreja de Deus espalhada em todos os lugares. Vale ainda ressaltar que Paulo não se dirige a um grupo de líderes, mas a toda a comunidade. Embora os responsáveis sejam necessários, isso não significa dizer que se deve deixar de fora a responsabilidade coletiva da comunidade (BRAKEMEIER, 2008, p. 21).

No versículo 3, Paulo promove uma união em sua saudação. Ele usa o termo grego “graça” (*charis*) para indicar a bondade de Deus desmerecida pelos homens; e o termo hebraico “paz” (*shalom*) para indicar a salvação divina. Todavia, Paulo não queria dizer que Deus é a origem da graça e que de Cristo se originou a paz. Graça e paz são qualidades que procedem tanto Deus Pai, como do Deus Filho (CHAMPLIN, 2002, p. 9).

Paulo normalmente faz uma ação de graças em suas cartas, voltada à revelação de Jesus Cristo no fim dos tempos (v.7). Nos escritos de Paulo, a expressão “Dia do Senhor” aparece oito vezes: 1Ts 5,2; 2Ts 2,2; 1Cor 1,8; 5,5; 2 Cor 1,14; Fl 1,6-10; 2,16. Trata-se do grande Dia do Senhor anunciado pelo profeta Amós (cf. 5,18s), que espera uma intervenção de Deus e tem em vista o seu juízo. Trata-se do cumprimento, na era escatológica inaugurada por Cristo. Em parte realizada pela primeira vinda de Cristo (cf. Lc 17,20-24), e com a destruição de Jerusalém (cf. Mt 24,1), no fim dos tempos, sendo esse evento último na história da salvação (cf. At 1,7), será consumada pela volta Gloriosa de Cristo (cf. 1Cor 1,7; 15,23). Paulo considerava que esse dia estava muito próximo, a ponto de achar que ele estaria ainda vivo quando acontecesse a segunda vinda de Cristo (cf. Ts 4,15-17).

O apóstolo insistia no caráter surpreendente do acontecimento que estava para ocorrer na vida das pessoas tão pouco vigilante: “O Dia do Senhor virá como ladrão noturno. Quando as pessoas disserem: paz e segurança!, então, lhes sobrevirá repentina destruição, como as dores sobre a mulher grávida; e não

poderão escapar” (Ts 5,2). Para o apóstolo, o Dia do Senhor será o cumprimento de tudo. Aqueles que caminham na vida cristã serão puros e irrepreensíveis (cf. 1Cor 1,8; Fl 1,10). O que houver de melhor no homem será salvo (cf. 1Cor 5,5). A obra realizada pelo Senhor em cada um aparecerá naquilo que tem de perfeição (cf. Fl 1,6). Os cristãos esperam nesse dia a salvação. Embora a comunidade confie na misericórdia de seu Deus, a responsabilidade cristã por seus atos não se anula: “Somente o Dia do Senhor vai revelar o que persiste” (BRAKEMEIER, 2008, p. 23).

O primeiro tema nos apresenta: os partidos da comunidade e a sabedoria do Evangelho. A exortação inicial reprova as cismas, segue, afirmando a palavra cruz como crise do mundo e sabedoria verdadeira. No capítulo 3, novamente Paulo fala dos grupos. Imediatamente, coloca de volta na pauta o tema da sabedoria. Tais assuntos apresentam conexões. No capítulo (4), fecha o bloco com mais outras exortações.

Paulo recebe informação que vem de pessoas da casa de Cloé (cf. v. 11), não sabemos se essa mulher era cristã e se de fato pertencia à comunidade. Embora a probabilidade seja grande. São pessoas de sua casa, provavelmente familiares ou pessoas que trabalhavam em sua casa, que comunica Paulo sobre as contendas e discórdias na comunidade de Corinto.

Ainda que muito provavelmente sem incentivo dos próprios missionários, adesões causavam conflitos dentro da comunidade. Reinava um verdadeiro culto da personalidade: eles se agregavam em torno do nome de um personagem, mais do que em torno da pessoa de Jesus. Os cristãos de Corinto manifestavam preferências: uns diziam que eram adeptos de Paulo, já que foi ele quem fundou a comunidade. Outro grupo dizia ser seguidor de Apolo, o pregador que Paulo havia enviado a Corinto, apresentado, nos Atos dos Apóstolos, como um homem eloquente e versado nas Escrituras (18,24). Outro ainda dizia que era adepto de Pedro (Cefas nome aramaico de Pedro, traduzido em grego por Petros) (cf. 1Cor 1,10-16).

É possível que o próprio Pedro tenha até mesmo visitado Corinto (cf. 1Cor 9,5), porque ele parecia ser bem conhecido entre os coríntios. E, quanto ao “partido de Cristo” (1Cor 1,13), foram emitidas muitas hipóteses: “judaizantes que só queriam reconhecer em Jesus o Messias judaico, gnósticos, espiritualistas que pretendiam só depender do Espírito de Cristo e rejeitavam qualquer organização,

qualquer comunidade eclesial” (A BÍBLIA: Tradução Ecumênica, 1994, p. 2202). Para Paulo, a resposta àqueles que apelavam para tal mestre humano é 1Cor 1,12: “*Εγὼ δὲ χριστοῦ*”, (transl. ego de Christou) “Eu sou de Cristo!”.

Essas contendas deram origem a divisões entre os dirigentes da comunidade de Corinto, divisões ameaçadoras da unidade da Igreja, sem contar a supervalorização do papel dos pregadores e dos líderes. Alguns começaram a dar maior valor a certos ministros do Evangelho do que ao próprio Evangelho. Paulo chama a atenção com relação a essa atitude, e os faz lembrar que nem ele, nem qualquer outro homem, foi crucificado por amor aos homens. Na comunidade cristã, não pode haver partidos (cf. 1Cor 1,1ss).

Paulo batizou bem pouco na comunidade de Corinto e considerou tal fato providencial e digno de louvor a Deus. É interessante frisar que o próprio Cristo delegou o batismo aos seus seguidores (cf. Jo 4,1-2). Segundo Boussett, o apóstolo não nega o valor do sacramento do batismo, porém “dá uma importância secundária em relação ao Evangelho e a fé” (apud. PESCE, 1996, p. 40). De acordo com Barrett, esse versículo dá o testemunho do antigo método apostólico, no qual o apóstolo era investido somente com a responsabilidade da pregação, e ficava em torno de três dias em cada lugar, não tendo muito tempo para se envolver com a constituição da comunidade e com a realização do batismo (apud. PESCE, 1996, p.40). A afirmação de At 18,11, que se refere à permanência de Paulo um ano e meio, não seria histórica, porém é um método missionário mais tardio.

Para Paulo, a função primordial era pregar o Evangelho (cf. v. 7), dar testemunho do ato salvador de Deus em Cristo. Sua principal ocupação era proclamá-lo, incessantemente com labores, fazendo o Evangelho conhecido em toda a Terra. Alguns coríntios estavam dando importância demasiada à sabedoria humana e se admiravam com a retórica e a filosofia grega. Por isso, insistiam em pregar com a sabedoria da palavra. Este tipo de pregação corria o risco de atrair a pessoa para o pregador, anulando, assim, a cruz de Cristo. Portanto, a fiel pregação deveria levar as pessoas a colocarem sua confiança em Cristo.

Paulo segue desenvolvendo o contraste entre a sabedoria do mundo e a sabedoria de Deus. Emprega o termo sabedoria com linguagem ousada. Ele usa o método de Deus, a sabedoria divina, que, aos olhos dos cristãos, parece loucura se comparado àquilo o mundo toma por sabedoria.

Deus poderia ter confiado o Evangelho aos intelectuais, porém o método de Deus não necessita da sabedoria humana. Deus vira pelo avesso todos os padrões humanos e chama o é que é nada. Ele envergonha os poderosos. Paulo recorre, nessa passagem, ao pensamento judaico da queda dos poderosos, derrubados do trono, e da exaltação dos humildes (cf. Lc 1,52; Mc 10,31). Vale lembrar que Paulo não apregoa nenhum ideal de pobreza. Na realidade, na comunidade de Corinto, havia também pessoas de posses (cf. 11,21s). Gaio era proprietário de uma casa (cf. Rm 16,23) e Crispo era o chefe da sinagoga (cf. At 18,8). Todas essas pessoas não eram excluídas.

É sabido que a Igreja jamais acolhe uma só classe social. O que prevalece em Corinto são os humildes. O amor de Deus não se condiciona aos privilégios e reivindicações. Nem a riqueza nem a pobreza salvam a pessoa humana. A salvação é gratuita, nenhuma condição humana pode assegurar esse favor de Deus (BRAKEMEIER, 2008, p. 33).

Na visão de Paulo (cf. v. 39), quem se gloria diante de Deus ignora o quanto dele é devedor, engana-se com relação à própria condição. Vanglória tem o significado de arrogância, de desprezo a Deus e ao próximo, é contrária a fé (cf. Rm 3,27; Ef 2,9). Portanto, só existe uma forma legítima de se gloriar: “glorie-se no Senhor” (cf. v. 31).

A misteriosa sabedoria de Deus, escondida dos chefes deste mundo que crucificaram o Senhor da glória, foi proclamada por Paulo em palavras ensinadas pelo Espírito. Deste modo, eram verdades espirituais em palavras espirituais (cf. 1Cor 2,6,16). Somente a cruz pode ajudar a vencer as rixas, as divisões e os partidos: “A lógica da cruz se opõe à dos príncipes deste mundo (2,8) e derruba, portanto, as pretensões de poder que certamente estavam contaminando os coríntios. Na mística da cruz são superados os conflitos” (SILVA, 2005, p. 42).

O centro do anúncio de Paulo à comunidade de Corinto é o Cristo crucificado. Trata-se, pois, da inversão identificada no misterioso projeto de Deus em relação aos planos humanos de superioridade e poderio. Desse modo, o paradoxal conteúdo da mensagem anunciada, “Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado” (1Cor 2,2), sublinha a forma empregada por Deus, a fim de revelar aos homens sua sabedoria misteriosa, oculta pelos séculos, mas agora manifestada em Jesus Cristo mediante o Espírito Santo (cf. 1Cor 2,7-10). Cumpre notar também que é apoiado nessa sabedoria que o apóstolo constrói o discurso

dirigido aos coríntios. Assim sendo, ele põe em evidência a superioridade desta em relação à sabedoria humana, sem recorrer à linguagem elegante e dialética, digna de prestígio e crédito tão cara ao mundo grego.

Esta postura de Paulo está ligada a outro aspecto complementar de sua pedagogia. A opção é por manter puro e imaculado o anúncio de Cristo crucificado, sem adorná-lo com características provenientes de vãs elucubrações. Emergiu, assim, a sabedoria da cruz com toda a dramaticidade e impacto que poderia causar em uma comunidade até então indiferente a este tipo de linguagem. De outro modo, é necessário observar ainda que a radicalidade da mensagem cristã e sua aparente inferioridade em relação aos persuasivos discursos humanos acabam por manifestar-se exemplarmente na figura do pregador: “Estive entre vós cheio de fraqueza, receio e tremor; minha palavra e minha pregação nada tinham da persuasiva linguagem da sabedoria, mas era uma demonstração de Espírito e poder, a fim de que a vossa fé não se baseie na sabedoria dos homens, mas no poder de Deus” (1Cor 2,4-5).

Se, num primeiro momento, o apóstolo contrapõe o orgulhoso e o auto-suficiente saber humano à misteriosa e paradoxal sabedoria de Deus, o discurso segue acerca da existência de uma sabedoria superior, cujo princípio doador é o Espírito Santo e não está acessível a todos os fiéis, mas àqueles que, desprendendo-se das vãs satisfações temporais (psíquicas), são capazes de elevar-se à verdade de Cristo. Segundo Paulo: “Ensinamos a sabedoria de Deus, misteriosa e oculta, que Deus, antes dos séculos, de antemão destinou para nossa glória” (2,7). De acordo com Barbaglio (1989, p. 194), “negada qualquer relação com a sabedoria do mundo, Paulo agora fala positivamente, referindo-se a uma sabedoria que é própria de Deus, ou seja, de seu desígnio eterno, elaborado antes da origem da criação, e que tem como objetivo a salvação final dos fiéis” e a sua participação na glória divina.

Percebe-se, pois, que a sabedoria anunciada aos coríntios difere da pretensa sabedoria humana não somente pela origem, mas também pela finalidade. Enquanto as vãs construções retóricas objetivam o envolvimento dos interlocutores e a promoção do orador, o alvo da sabedoria divina é a glória daqueles que a ela aderem e por ela se deixam conduzir. Portanto, origem e destino divinos são marcas irrenunciáveis de mesma. Além disso, é uma sabedoria preexistente e desconhecida do mundo, mas na plenitude dos tempos

revelada aos cristãos pelo Espírito Santo (cf. 1Cor 2,10). Só ele é capaz de sondar a vida de Deus. Concedido à humanidade, capacita-a a fim de que conheça os dons divinos (cf. 1Cor 2,12).

Conseqüentemente, a abertura ao Espírito Santo confere ao homem espiritual a posse da sabedoria, não apenas em nível de conhecimento. Os efeitos desta são tão grandiosos e profundos no homem *pneumático*, que ele é estabelecido na condição de julgar e avaliar o que é divinamente inspirado, até a máxima possibilidade de poder julgar a todos e não ser julgado por ninguém (cf. 2,15). O homem espiritual busca contemplar as coisas através da luz do mistério de Deus revelado em Jesus Cristo; é exatamente por isso que ele se encontra, conforme Rossano (1978, p. 120), “no grau de emitir juízos que transcendam os juízos históricos e filosóficos, os quais julgam com base em princípios imanentes à realidade; o homem espiritual não pode ser julgado com base em nenhum princípio puramente empírico ou racional”.

Assim sendo, a profunda comunhão estabelecida entre o homem espiritual, que é imagem dos cristãos, e o Espírito doador da sabedoria do alto inaugura nestes um novo modo de vida. Nas palavras de Paulo, “nós, porém, temos o pensamento de Cristo” (2,16), ou seja, o cristão torna-se partícipe no próprio *nous* de Cristo e por ele ingressa na luz do mistério trinitário, onde contempla a plenitude da sabedoria e da verdade, tornando-se delas portadores. Ao encerrar o discurso sobre a verdadeira sabedoria em 1Cor 2,16-25, o apóstolo estabelece uma correspondência importante entre o Espírito e Cristo. Se origem e destino da sabedoria são divinos, conforme assinalado anteriormente, o v. 16 precisa que é de Cristo que ela procede e para ele retorna mediante a ação do Espírito. Enfim, Cristo é a sabedoria de Deus anunciada ao mundo, superior e elevada acima de qualquer outro saber.

O conhecimento da sabedoria divina é exclusivamente fruto da graça, é dom recebido gratuitamente, “e não conquista humana da qual se poderia contar vantagem. Quem a possui é apenas o beneficiário de uma luz divina penetrante que provém do Espírito, este sim o perscrutador dos segredos profundíssimos de Deus” (BARBAGLIO, 1989, p. 195). Por sua vez, o caráter gratuito da sabedoria divina concedida pelo Espírito Santo exige do homem uma resposta favorável.

O Espírito, que é fonte de iluminação e único distribuidor desse conhecimento elevado, age conforme a disponibilidade particular de seus

interlocutores. Assim, Paulo distingue entre homem psíquico e homem espiritual. O primeiro rejeita o que provém do Espírito, deixando-se guiar unicamente pelo princípio racional da *psyché*, apoiando-se nos recursos da inteligência pura. Diversamente, o homem espiritual é aquele que se deixa guiar pelo Espírito doador da sabedoria inefável, apegando-se com docilidade à sua ação.

As divisões na comunidade de Corinto são produzidas por uma falsa compreensão de ministério. Atribuíam-se aos líderes religiosos as devoções, substituindo, assim, a sabedoria de Deus. A verdadeira identidade cristã, na visão de Paulo, não vem do simples fato de alguém seguir este ou aquele fundador. Por tal razão, em Cristo, a comunidade se torna senhora de tudo, até daqueles que a levam à fé (cf. 1Cor 3,5). Assim dito, “ninguém procure nos homens motivo de orgulho, pois tudo pertence a vós: Paulo, Apolo, Cefas, o mundo, a vida, a morte, as coisas presentes e as futuras. Tudo é vosso; mas vós sois de Cristo e Cristo é de Deus” (1Cor 3,21-23).

O apóstolo segue dizendo aos coríntios que se orgulham da própria postura religiosa, ele os alerta que tudo o que eles possuem receberam de Deus (1Cor 4,7): “Somos loucos por causa de Cristo, vós, porém sois prudentes em Cristo [...]” (cf. 1Cor 4,10-13). Essa carta é a advertência de um pai a seus filhos, e Timóteo está sendo enviado a Corinto para recordar aos seus habitantes a vida e o ensinamento de Paulo, antes que este vá para pôr à prova os arrogantes: “Que preferis? Que eu vos visite com vara ou com amor e em espírito de mansidão?” (1Cor 4,17-21).

Na segunda parte do corpo da carta, Paulo volta-se para os problemas de comportamento cristão dos coríntios. A primeira situação tratada por Paulo, diz respeito a um cristão que tomou a madrasta como esposa, caso de incesto (cf. 1Cor 5). Paulo toma como base suas raízes judaicas, pois o casamento em tal grau de parentesco era proibido pela lei judaica (cf. Lv 18,8; 20,11). O apóstolo afirma que nem mesmo entre os gentios tolerava-se tal atitude (BROWN, 1997, 685) e toma decisão severa contra o cristão que dava o contratestemunho. Ele reprova e condena esse procedimento totalmente antievangélico solicitando à comunidade que aja em nome de Jesus. Paulo os exorta dizendo que sua sentença é revestida do poder de Jesus (cf. Mt 18,18) e exige a exclusão dos escandalosos da comunidade.

Como havia na comunidade grandes escândalos, Paulo, em toda a passagem de Coríntios 6,1-11, censura os coríntios por exporem as suas discórdias diante dos tribunais romanos, em vez de as resolverem de forma pacífica entre si. Segundo o apóstolo, os magistrados romanos não tinham a justiça dada por Deus. Ele questiona essa conduta e ressalta que os santos julgarão o mundo (cf. v. 2) e os coríntios não necessitam buscar nos tribunais seus direitos, porque ele já foi dado, Cristo é o soberano juiz do mundo. Paulo recorre a uma “tradição batismal, que define, em contraste à antiga existência (cf. v. 9-11a), a nova existência dos cristãos” (SCHNELLE, 2010, p. 256).

O apóstolo destaca: “Eis o que vós fostes, ao menos alguns. Mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus” (v. 11). Paulo propõe outra maneira de proceder. Os problemas enfrentados pela comunidade devem ser resolvidos na presença de um sábio. E alega que um cristão deve estar disposto a sofrer injustiças.

O apóstolo apresenta uma frase que resume toda a moral paulina: “Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém” (6,12). Ele ressalta neste versículo que não se trata de saber simplesmente o que é permitido ou o que é proibido, mas, acima de tudo, ele fundamenta e determina o que favorece e prejudica o crescimento do homem e da mulher nova, regenerado em Cristo (cf. Rm 6,15). No final do capítulo seis da carta, “condenando a imoralidade, lança o fundamento da teologia do corpo: o corpo é sagrado, pois é templo do Espírito Santo (1Cor 6,15-20)” (STRABELI, 1998, p. 13).

No capítulo sete, há uma série de perguntas levantadas a respeito do casamento, divórcio, celibato, virgindade, escravidão, viuvez, continência. O que seria melhor: Casar? Ficar solteiro? Qual seria o critério cristão? Por isso, pediram a Paulo que lhes ajudassem nessas questões, pois havia muitas dúvidas. Paulo parte do princípio geral para a solução dos problemas abordados nos vv. 17.20.24. Segundo o apóstolo, seria oportuno que cada um permanecesse na condição em que se encontrava quando Cristo o chamou (judeus circuncidados, gentios incircuncisos, escravos, celibatários, casados, viúvos), visto que o tempo se tornou breve (cf. 1Cor 7,29).

Outro assunto abordado pelo apóstolo em sua carta foi sobre as carnes sacrificadas aos ídolos e depois oferecidas a quem quisesse comprar (1Cor 8,1-

11). Ele apresenta a liberdade de se alimentar, mas sempre unido ao dever de renunciar a liberdade para evitar a queda dos fracos, cuja compreensão é imperfeita. Paulo parte do princípio da caridade que exige respeito com os escrupulosos para evitar, assim, escândalo.

Segundo Brown, Paulo “faz uma apaixonada defesa de seus direitos de apóstolo” (1997, p. 688). O apóstolo renuncia a certos direitos que a própria missão lhe conferia de ser mantido pela comunidade (cf. 1Cor 9,1-27). Ele prega o Evangelho sem nada cobrar, por medo talvez de que um pedido de ajuda pudesse se tornar obstáculo à fé, mostrando-se independente e convincente. Paulo prega livremente o Evangelho. E, com todo o entusiasmo, anuncia: “Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!” (1Cor 9,16).

Ele finaliza o capítulo nove mostrando o desempenho de seu ministério, usando a linguagem própria do universo do atletismo difundida em Corinto, os jogos pan-helênicos ístmicos. Ele usa da metáfora atlética para ilustrar a vitória, o prêmio imperecível, incorruptível reservado aos que crêem. Refere-se à vitória de obtermos a salvação, a vida cristã, renunciando as coisas que nos eliminariam para a corrida espiritual. Submete-se ao treinamento, de viver uma vida santa, buscar as coisas do alto com a intensidade do seu coração para que, após proclamar o Evangelho aos homens, não corra o risco de ser reprovado. Para Paulo, a meta é Cristo.

No capítulo dez, o apóstolo trata de problemas que afetam o culto comunitário. O argumento de Paulo é que, da mesma maneira que Deus não tolerou a idolatria, pecado e imoralidade de Israel, assim também não tolerará o pecado dos cristãos da Nova Aliança. Paulo adverte os coríntios que, se eles forem infiéis como Israel, também serão julgados e não entrarão na pátria celeste prometida: “Os cristãos são ‘o Israel de Deus’ (Gl 6,16), o verdadeiro Israel” (A BÍBLIA de Jerusalém, 1973, p. 2160).

Paulo destaca algumas intuições importantes dentro da teologia sacramental, que, de acordo com Brown, “torna claro que, por meio do batismo e da eucaristia, Deus liberta e sustenta os cristãos, e mostra ainda que tão excelsa ajuda não imuniza contra o pecado nem exime do julgamento divino aqueles que recebem os sacramentos” (2004, p. 690). É impossível conciliar a participação na eucaristia com os sacrifícios pagãos, que, na verdade, são oferecidos aos demônios. Paulo coloca o sacramento da eucaristia em perspectiva sacrificial.

Assim como se observa no Antigo Testamento, em Ex 20,5; Dt 4,24 o nosso Deus é um Deus ciumento, e exige de Israel um culto exclusivo, que é a condição da Aliança. Esse termo remete ao tema nupcial (cf. Os 2,21s), a palavra *hesed* em Deus exprime a fidelidade à sua aliança, e a sua bondade que dela decorre em favor do povo escolhido. Este termo reaparece muitas vezes no Novo Testamento, tomando seu sentido pleno: a adoração ao verdadeiro Deus exclui toda a comunhão com a idolatria.

Segundo consta, havia abuso no culto litúrgico. As reuniões de comunidade fazem referência a vários problemas relacionados ao véu das mulheres (cf. 1Cor 11-14). Registra-se que havia também muita incoerência na celebração da eucaristia e diferenças entre ricos e pobres.

Na visão paulina, tudo tinha que ser revisto: o papel da lei e da circuncisão, as tradições, a história, os costumes, o trabalho, a missão do povo no mundo. As divisões deveriam deixar de existir a partir do momento em que se tornaram Igreja: “Todos fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, quer sejamos judeus ou gregos, quer escravos ou livres” (cf. 1Cor 12,13). De igual forma, havia problemas com relação à questão da manifestação dos carismas. Os coríntios, levados pela sociedade injusta que privilegia os poderosos sábios, somente valorizavam os dons extraordinários (cf. 1Cor 12-14). Paulo fala sobre o primado da caridade (cf. 1Cor 12,13) e ressalta a hierarquia dos dons, na qual deve ser estabelecida de acordo com a contribuição que cada dom traz à edificação da comunidade.

Na terceira parte do corpo da carta, no décimo quinto capítulo, o apóstolo expressa as dúvidas de parte da comunidade sobre a ressurreição dos mortos. Alguns afirmavam não existir ressurreição, reduzindo tudo a esta vida passageira. Paulo retomará a catequese inicial (querigma) como base e fundamentará a pregação evangélica, reforçando o mistério pascal de Cristo morto e ressuscitado, e assegurará que “Deus revela-Se a Si mesmo juntamente com a força do Amor trinitário que aniquila as forças destruidoras do mal e da morte” (Bento XVI, 2011, p. 30).

Convicto, Paulo aponta Cristo como verdadeira primícia e a causa eficiente da ressurreição dos mortos (cf. 1Cor 15,20-25; Rm 8,11). Ele afirma que Cristo destruirá “todo o Principado, toda Autoridade, todo o Poder” (1Cor 15,24), e que o “último inimigo a ser destruído será a Morte” (1Cor 15,26). Portanto, o Filho

deve cumprir seu reinado libertador ao entregar o Reino ao Pai “para que Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28). Segundo Moltmann (2007, p. 65), para o apóstolo, “o criador não fica parado diante de sua criação, mas entra nela com sua glória, de modo a permear tudo. Isso inclui o aniquilamento de todas as forças aniquiladoras e, portanto, a nova criação de todas as coisas a partir da glória de Deus.”

Paulo conclui a carta no capítulo dezesseis. Ele convoca os coríntios a fazer uma coleta em prol dos cristãos de Jerusalém que, desde os primeiros decênios, necessitavam de ajuda. Contudo, ele planejava ir a Corinto, via Macedônia, e talvez passasse lá o inverno (cf. v.v. 10-11). Solicita aos coríntios que recebam bem a Timóteo (cf. v.v. 10-11). Paulo menciona Apolo, embora tivesse pedido a Apolo com grande insistência para retornar a Corinto, ele recusa, muito provavelmente para não alimentar com sua presença, partido que havia se formado em relação ao seu nome (cf. v. 12). Entre as saudações conclusivas cita Áquila e Priscila e a todos os irmãos. Paulo também menciona a todos os que não amam o Senhor que seja anátema, seja excluído.

Estendendo palavras de amor a todos, pronuncia: “*Maran atha*” (16,22), que é uma expressão aramaica cujo significado é “Vem, Senhor”, e que muito provavelmente foi usada como oração ou saudação entre os primeiros cristãos (A BÍBLIA de Jerusalém, 1985, p. 2172). A Igreja primitiva orava sempre pela imediata vinda do Senhor (cf. 2Tm 4,8). E finaliza manifestando o desejo de que a graça de Deus guie o caminho da comunidade de Corinto.

2 CRUZ E CRUCIFIXÃO NO TEMPO DE CRISTO

A morte de Cristo na cruz ganha um novo enfoque à medida que, em Jesus, revela-se a manifestação amorosa de Deus. A cruz transformou verdadeiramente o mundo. A maioria dos homens e mulheres, ao refletir sobre a cruz, somente observa o ocorrido na sua brutalidade, visto que a mesma era considerada o tipo de morte mais terrível, cruel e humilhante, sendo aplicada aos piores marginais. Deus, desde sempre, tem amado este mundo de forma apaixonada: Uma paixão que se encarnou no Cristo e nele atingiu seu ápice. Em Cristo, Deus deixa-se crucificar para a salvação da humanidade.

Jesus teve como opção preferencial os pobres, os pequeninos, as prostitutas, os órfãos, as viúvas, os doentes e os abandonados. Esse comprometimento com os oprimidos lhe custou a vida. A morte de Jesus foi causada em consequência de seus enfrentamentos políticos e religiosos, que ocorreram no decorrer da sua vida. É bem verdade que Cristo não se acovardou ante aos poderes malignos de seu tempo. Soube ser consequente até o fim – o qual se deu de modo doloroso e trágico.

No mundo secularizado, muitos têm como indicativo Cristo abandonado na cruz pelo seu próprio Pai. Para aqueles que assim entendem, Deus é sádico e necessita do sofrimento do homem para apaziguar o seu ânimo em relação à humanidade pecadora. Porém, é preciso ter em mente que a cruz de Cristo é uma expressão do solidário sofrimento de Deus com seu Filho para com todos os que sofrem no mundo. O Deus e Pai de Jesus Cristo é, na verdade, aquele que sempre terá misericórdia dos seus filhos, tendo como marca fundamental e distintiva a paixão pela vida.

Para o apóstolo Paulo, a cruz é a origem de todo o saber sobre a humanidade inteira. A cruz é sabedoria, a sabedoria é a cruz. A cruz exprime o início anterior à criação e contém o fim escatológico. Contém também aquilo que será definitivo. Para René Girard, quando Paulo afirma nada querer conhecer fora de Cristo crucificado, “não faz anti-intelectualismo. Não é um desprezo pelo conhecimento que se exhibe. Julga, muito literalmente, que não há saber superior ao de Cristo crucificado” (1999, p. 179).

Com base em tais considerações, pode-se deduzir que, se seguirmos as pegadas do Crucificado Ressuscitado na via crucis, saberemos muito mais sobre

Deus e a humanidade do que se pesquisarmos sobre qualquer outra fonte. Veremos que o divino passa pela ferida, pelo sofrimento, e não pelo poder. Passa pela glória, pela chaga do Crucificado.

2.1 O SIGNIFICADO DO TERMO CRUZ

Consultando-se o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, é possível constatar que o termo “cruz” apresenta a seguinte definição: “1) Antigo instrumento de suplício, constituído por dois madeiros, um atravessado no outro, em que amarravam ou pregavam os condenados à morte. 2) O madeiro em que foi pregado Jesus Cristo. 3) A paixão e morte de Cristo. 4) Símbolo da redenção para os cristãos (FERREIRA, 2010, p. 618).

O termo corresponde ao grego “*σταυρός (stauros)*, estaca, cruz; *σταυρόω (stauroō)*, pendurar numa cruz, crucificar; *ανασταυρόω (anastauroō)*, crucificar; *συσταυρόω (systauroō)*, crucificar com; *κρεμάννυμι (kremannymi)*, enforcar” (COENEN, 2000, p. 477). O termo *stauros* pode ainda significar uma estaca, em muitos momentos com pontas, na qual eram empalados os condenados publicamente para que pudessem ser mostrados como sinal de vergonha, sendo este um castigo adicional. O castigo poderia vir em forma de enforcamento. *Stauros* podia também ter o significado de um instrumento de suplício.

É possível que a cruz tivesse uma viga atravessada para completar a sua forma, a haste transversal, “chamada pelos latinos de *patibulum*” (FABRIS, 1988, p. 274). As fontes não permitem concluir sobre a forma exata da cruz, se de fato “era a *crux immissa* + ou a *crux commissa* T” (COENEN, 2000, p. 558).

De acordo com o *Dicionário de Paulo e suas cartas*, excluindo-se os Evangelhos e os Atos dos Apóstolos, o apóstolo Paulo apresenta-se como o responsável por todos os empregos, exceto dois, do verbo crucificar (*stauroō*: 1Cor 1,13-23; 2,2-8; 2Cor 13,4; Gl 3,1; 5,24; 6,14; Rm 6,6; Gl 2,19) e do substantivo cruz (*stauros*: 1Cor 1,17-18; Gl 5,11; 6,12-14; Ef 2,8; 3,18; Cl 1,20; 2,14) (HAWTHORNE, 2008, p. 353).

2.1.2 A CRUCIFIXÃO ROMANA

A crucifixão era um método cruel de suplício e de execução popular no Império Romano do século I. Essa pena provém do Oriente, sobretudo dos povos persas. Conforme atesta Born, “[...] é de origem fenícia, os persas estaqueavam como também os babilônicos e os assírios” (2004, p. 336). Os gregos não recorriam muito à crucifixão, porém ela era muito usada pelos cartagineses e romanos.

Para os romanos, a crucifixão era um símbolo de desprezo, aplicada contra as classes inferiores, de modo especial, contra os escravos e os inimigos a quem, de alguma maneira, queriam punir pelo cometimento de crimes atrozes, como assassinio, furto grave, traição e rebelião. Sua finalidade principal era mostrar força contra o inimigo e controlar tropas que se manifestassem de forma contrária ao regime e resistissem à sua autoridade. Era uma arma de punição, colocada em lugar de destaque aberto, para causar certo terror e temor, tornando possível o controle social em larga escala. A crucifixão era um castigo por demais severo na época e era considerada penalidade suprema. Josefo a chama de “[...] a mais desgraçada das mortes” (apud SLOYAN, 2006, p. 22).

Quanto aos cidadãos romanos, esses eram imunes ao suplício da crucifixão. Todavia, se cometessem atos de traição, assassinato, roubo, pirataria, deserção e etc. e renunciassem à proteção da cidadania, podiam ser crucificados, mas remotos foram os casos. Disse Cícero: “O que quer que seja a cruz, ela deve ficar longe dos corpos dos cidadãos de Roma, e também dos seus pensamentos, seus olhos e ouvidos” (apud MOLTSMANN, 2011, 53). Cumpre lembrar que Paulo, quando preso no pátio do templo, esclarece ao centurião ser ele cidadão romano, e, como tal, merecia que não lhe fosse infligida nenhuma punição sem antes passar por um julgamento apropriado. Lê-se nos Atos dos Apóstolos que até mesmo o tribuno teve receio “ao reconhecer que era um cidadão romano” (At 22,29b).

Segundo consta, os romanos crucificaram dezenas de milhares de judeus na Judéia. O general romano Varo neutralizou uma rebelião nessa região, tendo crucificado, de uma só vez, 2 mil suspeitos de rebeldia (JOSEFO, 2009. Antiguidades judaicas, Livro XVII, cap. 12, n. 752). No subsequente cerco de Jerusalém, o general romano Tito crucificou cerca de 500 refugiados da cidade

por dia, e, às vezes, mais, até que não houvesse espaço suficiente para as cruzes fora dos muros da cidade (JOSEFO, 2009, Guerra dos Judeus contra os Romanos, Livro V, cap. 28, n. 418). Josefo também registra que Antíoco Epifanes crucificou os hebreus que se haviam recusado a obedecer aos seus decretos sobre a helenização (2009, Antiquidades judaicas, Livro XII, cap. 7, n. 465), bem como Alexandre Janeu crucificou oitocentos dos seus adversários fariseus (JOSEFO, 2009, Antiquidades judaicas, Livro XIII, cap. 22, n. 559).

Sobre a crucifixão, sabe-se que havia diferentes formas de torturas em cruzes: “Algumas vítimas são amarradas de cabeça para baixo, outras têm os órgãos genitais empalados por uma estaca” (SLOYAN, 2006, p. 22). Sabe-se também que era pendurada ao pescoço do condenado uma placa com “[...] uma inscrição com o nome do criminoso e a natureza do seu crime” (MCKENZIE, 2008, p. 203).

A crucifixão era precedida pela flagelação, que era uma forma de tortura e punição, e pela cena de zombarias. A vítima era inteiramente despida e flagelada publicamente. Essa praxe era uma parte importante da crucifixão e tinha lugar entre o sentenciamento e a crucifixão propriamente dita. Segundo Fabris, a vítima era colocada em um poste e chicoteada até sangrar. O flagelo utilizado era feito de cabo curto, porém dotado de duas correias de couro grossas e largas, e, na extremidade das correias, havia duas bolas de chumbo ou ossinhos de carneiro. A flagelação, entre os judeus, tinha como limite trinta e nove chicotadas. Ela provocava lacerações cutâneas e musculares que debilitavam o organismo da vítima. Em alguns casos, o condenado, sob fortes golpes, desmaiava. Esse procedimento enfraquecia as vítimas de tal forma que seu tempo na cruz era abreviado (1988, p. 272-273).

Após ser julgado e sentenciado, o condenado era conduzido ao lugar de execução, acompanhado por um centurião e quatro soldados, devendo levar consigo o *patibulum* (*antenna*). Esse lugar da crucifixão usualmente ficava fora da cidade, onde já se encontrava fixado o tronco vertical da cruz, o *stipes*. A crucifixão deveria acontecer em lugar visível para que o público pudesse contemplá-la como um espetáculo horrendo: “Um lugar especial era reservado no *Campus Esquilinus*, em Roma, para a crucifixão pública de escravos” (HORSLEY, 2008, p. 170). Em Jerusalém, havia o *Gólgota*, “transcrição do termo aramaico *Gulgotha*, lugar da caveira, em latim *Calvaria*, de onde calvário” (A

BÍBLIA de Jerusalém, 1995, p.1893). Na Colina do crânio, já havia postes fixos para crucifixão. Tal colina era um lugar rochoso que, anteriormente, havia sido uma pedreira de extração de material para construção da cidade.

Era comum que o condenado fosse colocado com os braços abertos. Depois, o mesmo era suspenso juntamente com a viga transversal. Na viga vertical, era usado, em alguns casos, cravos, e, em outros, cordas para fixar os pés. Geralmente, eram utilizados quatro cravos. As cordas eram usadas em volta dos braços, das pernas e da cintura. Como os cravos não davam conta de sustentar o peso do corpo, as cordas davam suporte para o condenado não escorregar (MCKENZIE 2008, p. 203).

De acordo com Mckenzie, havia também uma espécie de apoio, que sustentava a maior parte do peso do corpo. Era sobre este apoio que a vítima era colocada. O Novo Testamento não faz menção desse item, porém há informações provenientes de escritores romanos antigos. O apoio para os pés aparece com muita frequência representada na arte cristã, porém, é desconhecido por fontes da Antiguidade. Durante o processo de crucifixão, a vítima não era levantada mais de cinquenta centímetros do chão, facilitando aos presentes alcançar a boca da vítima com um gesto de compaixão através de uma esponja umedecida fixada na ponta de uma vara (cf. Mt 27,48; Mc 15,36) (2008, p. 203).

O condenado, depois de amarrado à cruz, era deixado para morrer de inanição. Às vezes, davam-lhe uma bebida entorpecente. O sofrimento era intenso, especialmente em climas quentes. Os ferimentos causavam febre altíssima e uma agonia excruciante. A mente se enchia de pavor e ansiedade. Podia ocorrer inclusive tétano e graves convulsões. A duração da agonia dependia da vítima e da intensidade dos flagelos. A morte raramente ocorria antes de 36 horas. A morte de Jesus foi motivo de surpresa (cf. Mc 15,44). Além disso, a prática romana negava o sepultamento da pessoa crucificada; o cadáver ficava na cruz para servir de espetáculo e alimento para os pássaros (HAWTHORNE, 2008, p. 353). Às vezes, as pernas das vítimas eram quebradas para pôr fim à agonia do condenado, acelerando o lento processo de morte por asfixia. Foi o que aconteceu com os criminosos crucificados juntamente com Jesus (cf. Jo 19,32).

Sobre a crucifixão, não se encontram muitos escritos detalhados. Além disso, por muito tempo, não foram encontradas evidências materiais sobre ela. Em junho de 1968, uma equipe de arqueólogos descobriu o único esqueleto conhecido de um homem crucificado. De acordo com os escritos de Coenen, foi descoberto, ao norte de Jerusalém, um ossuário na Colina das Munições, contendo os ossos de um jovem que, muito provavelmente, havia sido crucificado no início do século I d.C. Aparentemente com idade de 24 a 28 anos, com 1,67m de altura, havia sido colocado num de seus antebraços um prego, atravessando-o, e outro prego, que atravessou ambos os calcanhares. Também suas pernas tinham sido quebradas como as dos dois ladrões que haviam sido crucificados juntos de Jesus (cf. Jo 19,32) (2000, p. 559).

A crucifixão tem seu fim, como pena judicial, com o primeiro imperador cristão, Constantino (306-337 d.C.) (MCKENZIE, 2008, p. 204). Ela deixa de ser um instrumento de tortura e passa a ser um símbolo cristão. Para Schiller, o cristianismo passa a ser designado como a “religião da cruz” (apud MOLTSMANN, 2011, p. 52). Goethe a declara como a “última religião” (apud MOLTSMANN, 2011, p. 52). Ressalta Wanderjahre, que somente o cristianismo poderia ter dado à humanidade acesso “à profundidade divina do sofrimento.” Ainda de acordo com o autor, “é preciso não só esquecer a terra sob si e se reportar a um local de nascimento mais nobre, mas reconhecer a baixez e pobreza, escárnio e desprezo, vergonha e miséria, sofrimento e morte como divinos” (apud MOLTSMANN, 2011, p. 52).

2.1.3 A PENA DE MORTE NOS CÍRCULOS JUDAICOS

De acordo com Hawthorne, a “crucifixão nos círculos judaicos do século I está fora de questão” (2008, p. 353). Eles detestavam a prática romana de crucifixão. Segundo as práticas judaicas, as execuções eram por apedrejamento. Após serem apedrejados, os idólatras ou blasfemos deviam ser pendurados em uma árvore (cf. Dt 21,22). Isso demonstrava que haviam sido amaldiçoados e serviam de advertência. Esses corpos, considerados malditos (cf. Gl 3,13), tinham de ser sepultados antes do anoitecer (cf. Jo 19,31). Embora a crucificação não se encontrasse na lei judaica, os judeus conheciam a forma de execução

devido à experiência vivida pela opressão do Império romano. Isso explica as referências à cruz de Cristo como um madeiro ou árvore (cf. At 5,30; 10,39; 13,29; 1Pd 2,24), um símbolo de humilhação.

As percepções negativas associadas à crucifixão no mundo do século I são sugeridas por dois textos paulinos: 1Cor 1,18-25 e Gl 3,13. Para libertar a humanidade pecadora da maldição divina, que a violação da lei fazia pesar sobre eles, Cristo se fez maldito e solidário dessa mesma maldição.

Paulo se baseia no contexto veterotestamentário, a passagem deuteronomica (cf. Dt 21,22-23): “Se um homem, culpado de um crime que merece a pena de morte, é morto e suspenso a uma árvore, seu cadáver não poderá permanecer na árvore à noite, tu o sepultarás no mesmo dia, pois o que for suspenso é um maldito de Deus. Deste modo não tornarás impuro o solo que *lahweh* teu Deus te dará como herança”. Ser considerado blasfemo pela lei e sofrer tal morte significava ser extirpado do mundo dos vivos e da comunhão com Deus. Essa situação aparece registrada no Novo Testamento, quando o próprio Cristo sofre acusação de ter blasfemado: “Nós temos uma Lei, ele deve morrer, porque se fez Filho de Deus” (Jo 19,7).

Em síntese, o texto de Dt 21,23 desempenhou um papel evidente na reflexão cristã primitiva no sentido da cruz, como indicam as alusões em At 5,30 e Gl 3,13-14. Paulo reuniu palavras contraditórias produzindo o oxímoro: “o ‘maldito’ é, de fato, o ‘Ungido’ (Cristo), em sua expressão querigmática: ‘um Messias crucificado’ (Jesus Cristo crucificado; *christos estauromenos*), em (cf. 1Cor 1,23; 2,2; Gl 3,1; 2,19)” (HAWTHORNE, 2008, p. 354).

2.1.4 A CRUCIFIXÃO DE JESUS DE NAZARÉ

A crucificação é narrada com poucas palavras e não oferece ao leitor grandes detalhes. Jesus de Nazaré morreu muito provavelmente “no ano 30 d.C.” (SLOYAN, 2006, p. 19), em Jerusalém. Foi vítima da justiça romana, depois de um longo julgamento, de ter passado uma noite escura de angústia e agonia, sofrido diversos maus tratos, vivenciado uma experiência de abandono por parte de seus discípulos e de fracasso, debaixo do escárnio dos soldados e da

multidão curiosa que o seguira, além de uma dor física tremenda, no percurso do horto das Oliveiras ao Calvário. A cruz foi seu instrumento de martírio.

Numerosas fontes bíblicas atestam a crucifixão de Jesus de Nazaré sob Pôncio Pilatos (cf. Mc 15,1-39; Lc 23,1-7; Lc 23,13-25; Jo 19,1-16; Mt 27,1-2; Mt 27,11-25; At 3,13). A causa histórica da morte de Jesus, de acordo com o pensamento de Rubio, foi o fechamento da humanidade, que não aceitou a proposta do Reino de Deus (1994, p. 86). Portanto, só restou para Jesus a rejeição e a cruz.

Para o historiador Flávio Josefo, Jesus era um homem sábio, simples, muito admirável em suas obras, instruía na verdade e muitos judeus bem como gentios o seguiam (2009, *Antiguidades Judaicas*, Livro VIII, cap. 4, n. 772). O autor afirma que “os mais ilustres dentre os de nossa nação acusaram-no perante Pilatos, e este ordenou que o crucificassem” (JOSEFO, 2009, *Antiguidades Judaicas*, Livro VII, cap. 4, n. 772). Como se observa, o Império romano reservava para si, mesmo em suas províncias como a Judéia e outras, o direito de impor a pena de morte. Quanto aos judeus, sabe-se que tinham de recorrer ao governador para obter a confirmação e a execução da sentença por eles pronunciada.

Maier apresenta, na sua obra *Josefo los escritos esenciales*, uma foto referente ao nome de Pôncio Pilatos². As informações não cristãs sobre Pilatos também são fornecidas pelo historiador Flávio Josefo que, na obra *História dos Hebreus*, relata alguns episódios de seu governo na Judéia, ocorridos entre os anos 26 e 36, e que proporcionam um perfil político entre os judeus e as autoridades do templo, ao suceder o governador Valério Grato. Segundo informações, nos primeiros anos da administração de Pilatos, devido à sua posição, ele rompe com o costume dos seus predecessores. Por ocasião de uma transferência de soldados, na calada da noite, ele manda, dos quartéis de inverno de Cesaréia a Jerusalém, tropas que traziam em seus estandartes a imagem do imperador bem como medalhões com a mesma efígie e que faziam parte das insígnias militares romanas. Isso acabou gerando, entre os Judeus, grandes revoltas, por ter feito entrar em Jerusalém as bandeiras que traziam a imagem do imperador, consideradas uma violação da tradição judaica e do estatuto da

² Que consta sobre a pedra de 60x90 cm, descoberta em 1961, em Cesárea, que registra o nome de Pôncio Pilatos (1992, p. 251).

cidade santa de Jerusalém (2009, Antiquidades Judaicas, Livro VII, cap. 4, n. 770).

Como se observa, nenhum outro governador antes havia procedido assim. Foram imediatamente em busca de Pilatos, que se encontrava em Cesaréia, e rogaram-lhe que removesse de Jerusalém aqueles estandartes, mas o pedido foi negado, pois Pilatos não queria ofender o imperador. Além disso, ameaçou de morte os judeus, caso continuassem a insistir. Porém, os judeus não se renderam, “lançaram-se todos por terra e apresentaram-lhe a garganta descoberta, para mostrar que a observância de suas leis lhes era muito mais cara que própria vida” (JOSEFO, 2009 Antiquidades Judaicas, Livro 18, cap. 4, n. 770). O comportamento dos judeus desarmou Pilatos, que acabou cedendo e retirando os estandartes.

Anos mais tarde, em outro momento da história, mais precisamente por ocasião da decisão de construção de um aqueduto de cerca de 50 km para trazer água da região de Belém até Jerusalém, Pilatos teve outra ação. Embora se tratasse de uma obra pública, para que todos fossem beneficiados, ele queria utilizar o tesouro do templo. Tal dinheiro era “considerado *Korban*, consagrado a Deus” (PAGOLA, 2010, p. 456). Muitos se levantaram contra o seu procedimento, protestaram e cercaram o seu palácio com gritos. Porém, a resposta não foi a mesma dada anteriormente, uma vez que ele não cedeu. Colocou soldados à paisana entre as pessoas, mandou que não utilizassem a espada, mas não poupou da violência, ordenou que golpeasse com paus os manifestantes. De acordo com Josefo, “os judeus não estavam armados, e por isso muitos morreram e vários foram feridos” (2009, Antiquidades Judaicas, Livro VII, cap. 4, n. 771).

Nesse mesmo período, observa-se, na Judéia, um momento de turbulências políticas e fanatismos religiosos, com muita agitação social e revoltas civis. Nesse tempo, a cruz era empregada como um instrumento eficaz com propósito de repressão: “Nas províncias do império e, em particular, na Judéia, o recurso às crucificações em série dos revoltosos ou bandidos perigosos servia de escarmento para manter o controle até nas situações mais tensas” (FABRIS, 1988, p. 275). Prova disso é que, juntamente com Jesus, foram efetuadas duas outras condenações à morte (cf. Mc 15,27).

Em relação ao momento em que Jesus se encontra diante de Pilatos, a Sagrada Escritura diz: “Quando os chefes dos sacerdotes e os guardas o viram, gritaram: Crucifica-o! Crucifica-o!” (Jo 19,6). É aplicada a Jesus uma frase muito simples presente nos Salmos: “Me odeiam sem motivo” (35,19). Essa frase exprime a natureza essencial da hostilidade contra a vítima: injustificada.

De acordo com René Girard, “a multidão não tem qualquer motivo verdadeiramente pessoal para atribuir culpas à vítima selecionada e não a qualquer outro indivíduo. Não tem qualquer razão de queixa legítima ou mesmo ilegítima” (1999, p. 162). É bem verdade que em uma sociedade sujeita, muitas vezes, à anarquia, “as vitimas sucumbem a uma voracidade de perseguição que pode saciar-se à custa de pouco importa quem” (Girard, 1999, p. 162). Ninguém se preocupa com a culpa ou com a inocência da vítima, o que acaba acentuando a expressão “sem motivo”, descrevendo, assim, uma verdadeira matilha humana. Jesus é, de fato, vítima do mesmo tipo de injustiça.

No Evangelho de Lucas, capítulo 23, a morte de Jesus acalma a multidão. Estavam presentes os revoltosos coletivos ou assassinos coletivos que produziram situações pelas quais Pilatos temia. Por isso, o mesmo dá ordem de sentenciar Jesus, permitindo um sacrifício com vítima humana, para que fosse impedida uma revolta. O evangelista continua narrando que, nesse dia, “Herodes e Pilatos ficaram amigos entre si, pois antes eram inimigos” (23,12). Ambos não têm consciência de que toda a sua reconciliação se fundamenta na crucifixão de Jesus (Girard, 1999, p.167-168).

Nesse sentido, deve-se questionar: Quem era responsável pela morte de Jesus? Na visão do evangelista João, são, na verdade, os judeus (cf. Jo 19,15). Bento XVI afirma que, ao generalizarmos o povo de Israel, estaríamos adotando uma postura racista mesmo porque o próprio Jesus e também João eram judeus. E, ainda, como se não bastasse, toda a comunidade primitiva era formada por israelitas. Porém, para Bento XVI, o termo usado por João se refere à aristocracia do templo (2011, p. 171-172). Isso é muito claro em João 7,50-52. Conforme atesta Bortolini, não é o povo o responsável pela morte de Jesus, mas “as lideranças religiosas sim, pois rejeitam o humano e a vida” (1994, p. 173).

Paulo alega “que não apenas os judeus mataram Jesus (1Ts 2,14s.), mas que também os senhores deste mundo o crucificaram (cf. 1Cor 2,8). Para Girard, as forças demoníacas acostumadas a desencadear o mecanismo vitimário

pregaram Jesus na cruz. Elas esperavam que o mecanismo funcionasse de modo favorável aos seus próprios interesses e definitivamente ficassem livres de Jesus e de sua Palavra (1999, p. 185-186).

Para o evangelista Marcos, cujo Evangelho é o escrito mais antigo dos sinóticos (cf. Mc 14,43), foi por instigação dos judeus, isto é, do círculo das autoridades sacerdotais, que Jesus foi preso, julgado e entregue para ser condenado à morte pelo próprio Sinédrio, que representava o povo judeu junto às autoridades romanas. Portanto, as autoridades religiosas do povo judeu, sob acusação de blasfêmia, resolvem eliminá-lo (cf. Mt 26,57-66).

O Sinédrio tinha uma liberdade de ação. Desde que estivesse de acordo com a política geral de Roma, tinha como função dirigir a vida política dos judeus, pronunciar e executar a pena – ainda que, segundo os historiadores, não conseguisse chegar a um acordo a este respeito: “Com notáveis nuances, as narrativas evangélicas parecem indicar que o possuía, mas que a autorização do governo era necessária para a execução da pena” (A BÍBLIA: Tradução Ecumênica, 1994, p. 1913).

Os chefes dos judeus sentenciaram Jesus: “Para Caifás, era necessário sacrificar Jesus a fim de preservar a nação do pretense perigo político que Jesus fazia correr: no desígnio divino, Jesus devia morrer para a salvação do mundo” (cf. Jo 11,50-51) (A BÍBLIA de Jerusalém, 1985, p. 170). Caifás manifesta a sua razão, a razão política: “Ele é o sacrificador por excelência, aquele que faz morrer vítimas para salvar os vivos” (GIRARD, 2004, p.150).

Segundo Pagola, quando Pilatos chega à Judéia, Caifás já se encontrava como sumo sacerdote instalado pelo prefeito anterior, Valério Grato. Fora mantido por Pilatos e ambos destituídos no ano de 36/37. Vale lembrar que os sumos sacerdotes eram escolhidos pelo prefeito por causa de sua disponibilidade em colaborar com Roma e não por causa de sua piedade religiosa. Tudo indica que ambos se apoiavam a ponto de levantar rumores que havia certa cumplicidade entre Pilatos e Caifás e de maneira especial na situação do problema de Jesus (2010, p. 457).

Seguramente, Caifás era um homem forte em Jerusalém. Na função de sumo sacerdote, governava o templo da cidade santa e tinha a máxima autoridade sobre o povo de Israel disperso sobre todo Império. Morava no Sinédrio e representava todo o povo de Israel perante Roma. Casou-se com a

filha de Anás, tornando-se, assim, a família sacerdotal mais poderosa de Jerusalém (PAGOLA, 2010, p. 447). Nenhum outro sumo sacerdote do século I manteve-se tanto tempo no cargo de suas funções como Caifás (em exercício de 18 a 37 d.C.) (JEREMIAS, 2005, p. 270).

Jesus é interrogado por Pilatos, mas este não encontra nele fundamento suficiente para condená-lo à morte. Pôncio Pilatos e sua mulher são testemunhas que confirmam a inocência de Jesus. Por meio de um sonho (cf. Mt 1,20; 2,13-19), Pilatos é avisado por sua esposa para não se envolver com “esse justo” (cf. Mt 27,19). O próprio Pilatos lava suas mãos de modo a se inocentar (cf. Mt 27,24). Com esse gesto, subentende-se que Pilatos faz recair sobre os judeus toda a responsabilidade do que sucederia. Até mesmo o governador Herodes Antipas, que esperava ver Jesus operando um milagre, não encontrou nele nenhum crime que merecesse a morte (cf. Lc 23,6-12).

A multidão tem um poder grandioso. Embora a comunidade não estivesse totalmente reunida, a parcela que ali se encontrava obtém resultados surpreendentes. As autoridades constituídas se dobram diante dela, e, para contê-la, é preciso uma vítima. Como era costume soltar um preso no dia da festa da Páscoa, “Pilatos sentenciou que se atendesse ao pedido deles (cf. Lc 23,24).

A multidão pede para soltar o culpado e condenar o inocente, gritando: “Crucifica-o” (Mc 15,13), desencadeando, dessa maneira, uma violência unânime. Pilatos, então, para satisfazer a multidão, solta Barrabás aquele que fora posto na prisão por motim e homicídio (cf. Lc 23,25) e entrega a vítima que é Jesus para ser crucificado depois de ter mandado flagelá-lo (cf. Mt 27,26). A humanidade tem dificuldade em dizer sim a Deus que é a Verdade e o amor, deixa de apoiar-se no concreto, para apoiar-se “naquilo que está ao alcance da mão, na violência” (BENTO XVI, 2011, p. 180).

Há elementos que indicam que a execução teve caráter político, uma vez que os romanos zombavam dele como rei. Despiram Jesus e colocaram-lhe uma capa vermelha, como a púrpura real (cf. Mt 27,28). Sobre a cabeça de Jesus, puseram uma coroa de espinhos (cf. Mt 27,29). Segundo a tradição, tal coroa era feita com os ramos do arbusto “*shizaf matzu*” (RUSHANSKY, 2010, p. 81), muito comum em toda a região da Judéia e da Galiléia. Para os judeus, refletia muito bem o aspecto religioso, pois caçoavam dele como profeta. É bem verdade que tanto o caráter político quanto o religioso tiveram influência no processo de

execução de Jesus: “As tropas auxiliares a serviço do governador romano eram autóctones, gregos e sírios, cheios de prevenção e hostilidade contra os judeus” (FABRIS, 1988, p. 273).

Seguindo procedimento comum à época, Jesus carregou a cruz até o local da execução, chamado Gólgota. Segundo Moltmann, o rei messiânico de Israel caminha sem nenhuma resistência em direção à cruz romana. Ele, sendo Filho de Deus, renuncia a glória de sua divindade e faz o caminho do pobre escravo até a morte de cruz (2009, p. 274). Conforme os Evangelhos sinóticos, para carregar a cruz até o local, Jesus teve ajuda de um homem chamado Simão, da cidade de Cirene (na atual Líbia), que era pai de Alexandre e Rufo (cf. Mt 27,32; Lc 23,26; Mc 15,21). Já para o evangelista João, Jesus carrega a cruz sozinho (cf. Jo 19,17).

Era costume dos judeus darem bebida narcotizante ao condenado antes da execução (cf. Mt 27,34). Essa bebida também foi oferecida a Jesus, que, no entanto, a recusou “para enfrentar o sofrimento e a morte totalmente consciente. No Getsêmani, Jesus estava disposto a beber o cálice do sofrimento até o fim (cf. Mc 14,36)” (GARMUS, 2008, p. 152). A bebida entorpecente fazia parte de um uso palestino inspirado no livro de Provérbios (31,6-7), no qual sugeria oferecer a quem estava para morrer uma bebida aromatizada, a fim de ser um anestésico. Tratava-se de uma bebida dos moribundos.

De acordo com Mckenzie, a cruz na qual Jesus foi crucificado “era uma cruz *commissa*, em forma de T, ou uma *crux immissa ou capitata*, em forma de adaga ou punhal. O fato de o motivo da condenação ter sido colocado acima de Jesus (cf. Mt 27,37) faz pensar na segunda forma de cruz” (2008, p. 203).

Os criminosos ao serem crucificados eram desnudados (Mt 27,35), se “admita não tenha incluído a tanga” (BORN, 2004, p. 336). As vestes do crucificado cabiam de direito aos soldados. O detalhe é ampliado pelo evangelista João (cf. 19,23-24), que fala de uma “túnica sem costura”, provável alusão à túnica que o sumo sacerdote vestia, tecida com um contínuo fio, uma só peça (JOSEFO, 2009, Antiguidades Judaicas, Livro III, cap.8, n. 119): “E após crucificá-lo, repartiram entre si as suas vestes, lançando a sorte” (cf. Mt 27,48). Trata-se do cumprimento da profecia: “Repartem entre si as minhas vestes e sobre a minha túnica tiram sorte” (Sl 22,19).

Quanto ao letreiro que o condenado levava contendo a natureza da sua culpa, o próprio Pilatos redigiu e mandou colocá-lo sobre a cruz de Jesus. Tal letreiro não indicava nenhum crime, apenas registrava sua culpa: “Jesus Nazareu, o rei dos judeus” (Jo 19,19). A inscrição feita para Jesus foi redigida em três línguas: no hebraico, isto é aramaico, o dialeto local, a língua sagrada mais utilizada no templo, ישוע מנצרת מלך היהודים (transl. *Yehudim vMelech HaNazarei Yeshua*); no grego, a língua do mundo romano, comum dos povos do Oriente, certamente a mais falada pelos judeus da diáspora, “Ἰησοῦς ὁ Ναζωραῖος ὁ βασιλεὺς τῶν Ἰουδαίων” (transl. *Iesous o Nazoraïos ὁ Basileus ton Ioudaïos*); no latim, a língua oficial da administração romana, “*Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum*” (transl. *Iesvs Nazarenvs Rex Ivdaeorvm*).

Assim, “o governante incrédulo involuntariamente se torna testemunha da verdade perante os sumos sacerdotes incrédulos” (THEISSEN, 2004, p. 481). E o povo diz: “Nós não temos outro rei, senão César” (Jo,19-15). É bem verdade que é pela cruz que Jesus se torna rei messiânico e este acontecimento deve ser anunciado a todas as línguas do mundo. Com isso, fica demonstrado o caráter universal da missão de Jesus.

Junto à cruz de Jesus estava a sua mãe (cf. Jo 19,25). Ensina-nos Clodovis Boff que a mãe de Jesus é a *Mater dolorosa*, como tantas mães das dores, sofrendo pelos filhos mortos: Rispa (cf. 2Sm 21,10), a Mãe macabéia (cf. 2Mc 7), as de Belém (cf. Mt 2,18). É também a *Mater gloriosa*, que participou com o Filho na cruz na hora da sua Exaltação gloriosa. Finalmente, Maria é a *Mater viventium*, ao lado do novo Adão a nova Eva, a mãe de toda a humanidade (2009, p. 83).

Na cruz, Jesus é escarnecido e duramente injuriado até mesmo pelos dois ladrões que foram crucificados juntamente com ele (cf. Mt 27,44). A Sagrada Escritura, em Marcos e em Mateus, cita dois sinais que anunciam a morte de Jesus: as trevas e o véu do Templo que se rasga. Narra também que houve treva em toda a terra desde a hora sexta até a hora nona. Este fenômeno não foi um simples efeito cósmico, ele faz parte do dia do Senhor na linguagem escatológica, abrangendo o julgamento divino, que se dá por causa da vinda do Filho do Homem: “Naqueles dias, porém, depois daquela tribulação, o sol escurecerá” (Mc 13,24). E também o profeta Amós: “Acontecerá naquele dia, que eu farei o sol

declinar em pleno meio-dia e escurecerei a terra em um dia de luz” (Am 8,9). No momento em que “as trevas tentam cobrir a terra em ato de descreiçaõ, a morte de Jesus devolve-nos a luz” (PIKAZA, 1998, p. 204).

Mateus assim narra o grito de abandono dado por Jesus na cruz (Mt 27,46): “Jesus deu um grande grito: *Eli, Eli, lemá sabachtáni?* Isto é: Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?”. Certamente é uma expressão de angústia mortal, não é “simplesmente a recitação do Salmo 22 [21], senão que nele nos mostra em seu grau máximo a experiência real de abandono” (LADARIA, 2005, p. 84). Jesus assume em Si mesmo toda a dor, toda a aflição, todos os tormentos não só dos israelitas, mas de toda a humanidade que sofre pela ocultação de Deus. No coração do próprio Cristo encontra-se o brado de angústia do mundo atormentado pela ausência de Deus (BENTO XVI, 2011, p. 195). A resposta dada por Deus é o silêncio, é no silêncio que ele se revela.

No entanto, apesar de todas as reservas, Jesus não chama a Deus de *Abba*, Pai, expressão familiar e habitual. Ele o chama de *Eli*, meu Deus, como todos os demais seres humanos. Ele continua confiante em Deus, apesar de toda a situação: “Jesus não dúvida de sua existência nem mesmo de seu poder para salvá-lo. Queixa-se de seu silêncio: onde está? Por que se cala? Por que o abandona precisamente no momento em que mais precisa dele?” (PAGOLA, 2010, p. 483- 484). É sabido que todos os seus fugiram, o povo não o defendeu. Ao seu redor só houve zombarias e desprezo. É por fidelidade ao Pai e por amor extremo aos homens que Jesus vive a distância longínqua de Deus e a rejeição dos homens.

Muitos elementos presentes no Evangelho de Lucas relatam a conversão com testemunhas: um dos ladrões reconhece Jesus como o rei, e se converte (cf. Lc 23,39); grande multidão de mulheres que o seguia batia no peito e se lamentava por sua causa (cf. Lc 23,27). Finalmente, o evangelista narra as últimas palavras de Jesus que continua exercendo o ministério do perdão para seus algozes e faz uma promessa de salvação imediata para o “bom ladrão”. Em vez do grito de abandono, Lucas põe nos lábios de Jesus uma palavra de entrega a Deus (cf. Lc 23,46).

Segundo o evangelista João, no processo da paixão, enquanto estava suspenso na cruz, Jesus disse: “Tenho sede!” (Jo 19,28b), e deram-lhe vinagre para beber. O termo “vinagre”, no grego *ξύδι*, (transl. *xudí*), que quer dizer vinho

azedo: “Nossa palavra vinagre vem do francês *vin* (vinho) e *aigre* (azedo), vinho azedo. O vinagre vem do álcool pela formação ácido acético. Jesus cumpriu a profecia de SL 69,21. Na minha sede me deram a beber vinagre” (BÍBLIA de Estudo Pentecostal, 1995, p. 1611).

O profeta Isaías diz o seguinte sobre a vinha de Israel: “Esperava que ela produzisse uvas boas, mas só produziu uvas azedas” (5,2). Na visão de Bento XVI, a vinha de Israel não produz para “Deus o fruto nobre da justiça, que tem o seu fundamento no amor; produz as uvas azedas do homem que se preocupa apenas consigo mesmo, produz vinagre em vez de vinho” (2011, p. 198). Para Bortolini, o vinagre é de fato o vinho azedo, que simboliza o ódio (1994, p. 182).

No texto joanino, o primeiro sinal realizado por Jesus (cf. Jo 2,1-12) está ligado ao vinho como símbolo da alegria messiânica. O coração de Jesus, que se abre na cruz por nós, é, para João, a sétima talha da qual o vinho do amor divino entra em nós. No coração de Jesus, o vinho representa o amor, o inverso do que representa o vinagre. Jesus destrói e aniquila o ódio com o seu imenso amor.

A sede de Jesus é para que se cumprisse a profecia sobre seu sofrimento. Segundo João, uma esponja embebida de vinagre é fixada em um ramo de hissopo (cf. 19,29). Benoit faz questão de lembrar que o hissopo era um ramo litúrgico que servia para aspergir o sangue do cordeiro pascal (cf. Ex 12,22). Fica, portanto, muito bem aplicado no caso de Jesus, pois ele morre na cruz como o novo Cordeiro pascal (1987, p. 225).

Após Jesus ter tomado o vinagre, disse: “Está consumado! E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (Jo 19,30). Ele não “deixa que lhe tomem a vida; ele mesmo, livremente a dá como se deu durante toda a vida” (BOFF, 1978, p. 61). É o próprio Jesus que entrega o seu espírito, sua vida não lhe é tirada: “Por isso o Pai me ama, porque dou a minha vida para retomá-la. Ninguém a tira de mim, mas eu a dou livremente” (Jo 10,17-18). O Evangelho de João apresenta a morte de Jesus na cruz como a grandiosa manifestação de sua glória. Jesus é “elevado da terra” (Jo 12,32).

A extraordinária obra do Pai é anunciada pela Escritura. A salvação do mundo se dá pelo sacrifício de Cristo. Cumpre observar que João não relata o grito de Jesus em desamparo como em Mt 27,46 e Mc 15,34; ele quis guardar somente a serena majestade dessa morte. Nessa linha de análise, Bento XVI diz: “Este fim, este extremo cumprimento do amar foi alcançado agora, no momento

da morte Jesus foi verdadeiramente até o fim, até o limite e para além do limite. Ele realizou a totalidade do amor, deu-Se a Si mesmo” (2011, p. 202).

Diz o texto bíblico que as pernas daqueles que haviam sido crucificados junto com Jesus foram quebradas. No entanto, quanto a Jesus, este já estava morto e suas pernas não foram quebradas para que se cumprisse a profecia: “nenhum osso lhe será quebrado” (Jo 19,32-36).

As Sagradas Escrituras narram que um dos soldados traspassou o lado de Jesus com a lança e imediatamente saiu sangue e água (cf. Jo 19,34). O sangue significa o Cordeiro imolado para a salvação do mundo (cf. Lv 1,5; Ex 24,8). Já a água é símbolo do Espírito e de sua fecundidade. Eis o significado teológico e sacramental da água e do sangue em João: Numerosos Padres, com fundamento, viram na água o símbolo do batismo; no sangue, o da eucaristia e, nesses dois sacramentos, o sinal da Igreja (cf. Ef. 5,23-32) (LITURGIA DAS HORAS II, 2000, p. 416).

Bento XVI descreve que é exatamente na hora que os cordeiros pascais são degolados. Jesus aparece como o verdadeiro Cordeiro pascal, puro sem mancha (2011, p. 203). Tal como dissera João Batista: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). A hora em que Israel provoca a morte de seu Messias, pelas mãos dos romanos, é o momento que ressoa a primeira profissão de fé nele, proveniente da boca de um gentio. O centurião confessou a fé: “neste abandono de Jesus por parte de Deus, soube ler o abandono de Jesus a Deus e o dom do Pai ao Filho” (PIKAZA, 1998, p. 204). “Este homem realmente era o Filho de Deus” (Mc 15,39).

Os romanos pouco se importavam com o sepultamento dos condenados, mas a lei judaica ordenava que o corpo do condenado devia ser sepultado antes do pôr sol (cf. Dt 21,22-23). José de Arimatéia solicitou a Pilatos, depois de tê-lo crucificado, autorização para retirar o corpo de Jesus do madeiro; e, após a concessão, desceram-no e o depositaram no sepulcro (cf. Mc 15,42), evitando a última desonra.

É bem verdade que, se os príncipes deste mundo tivessem conhecido a sabedoria de Deus, não teriam crucificado o Senhor da glória (cf. 1Cor 2,8). Por “príncipes deste mundo entendam-se: ou as autoridades humanas; ou, melhor, os poderes malignos, os demônios que reinam sobre o mundo (cf. 1Cor 15,24-25; Ef 6,12)” (A BÍBLIA de Jerusalém. 1985, p. 2149). Segundo René Girard, quando os

principados deste mundo tiveram a compreensão real da importância da cruz, já era tarde demais para voltarem atrás, Jesus estava crucificado, os Evangelhos já estavam escritos (1999, p. 187). O príncipe deste mundo foi derrotado, portanto, pela sua própria impotência em compreender o amor divino.

É preciso insistir que, nesses relatos da Paixão, manifesta-se a inocência de Jesus que pagou toda a dívida e a fez desaparecer, encravando-a em sua própria cruz. Em sua própria pessoa, ele destruiu toda a falsidade, acusação, mentira e condenação que pesava sobre toda humanidade. Paulo escreve aos Colossenses que Cristo “pagou, em detrimento das ordens legais, o título de dívida que existia contra nós; e o suprimiu, pregando-o na cruz, na qual ele desposou os Principados e as Autoridades, expondo-os em espetáculo em face do mundo, levando-os em cortejo triunfal” (Cl 2,14-15).

A cruz faz triunfar a verdade de Cristo que não precisa acusar a ninguém. Porém, é revelada a mentira de Satanás: “A vitória de Cristo sobre a cruz nada tem a ver com um general vitorioso; em vez de infligir a violência aos outros, Cristo sofre-a” (GIRARD, 1999, p. 176).

É importante salientar que Cristo é o verdadeiro portador da liberdade e do gozo do reino de Deus. Ele quis ser vítima decisiva da injustiça e do mal deste mundo. O Crucificado assumiu a dor da criação e ofereceu a sua vida em sacrifício por todos. Ele é o Sumo Sacerdote, ressalta João Paulo II: “Capaz de compartilhar as nossas riquezas, Vítima Pascal que nos redime de nossos pecados, Filho obediente que encarna, perante a justiça salvadora de seu Pai, o clamor de libertação e de redenção de todos os homens” (PUEBLA, n. 194, p. 1979).

Em suma, ainda que pudesse ser evitado, o sofrimento de Jesus foi voluntário. O amor não necessitaria passar pela cruz, mas o amor de Cristo o levou à cruz. A cruz revela como é Deus, o que significa o homem aos seus olhos e até onde Ele pode chegar em sua busca por esse mesmo homem. A cruz não é nenhuma invenção teológica, mas é a resposta dada pelo mundo à tentativa de libertação. A cruz é o símbolo da realidade humana que sofre pela opressão e injustiças do mundo e que ainda não aprendeu a amar (SÖLLE, 1996, p. 166-172). Definitivamente, a cruz mudou de sentido: não se trata mais de uma execução de desonra, mas sim, do cumprimento de um amor inaudito.

3 ANÁLISE DE 1COR 1,17-25: PREGAÇÃO DO CRISTO CRUCIFICADO

O presente capítulo visa efetivar uma análise exegética de 1Cor 1,17-25, uma vez que esta perícopa trata de elementos fundamentais da teologia paulina que são abordados neste trabalho.

O primeiro passo para tal tarefa, conforme Uwe Wegner (1998, p. 28), é abordar o texto na sua fonte mais primitiva. No caso de nosso corpus, como acontece com os textos do Novo Testamento, este fora escrito originalmente em grego e, como se não bastasse, em uma redação antiga não mais em uso. Daí a necessidade, de acordo com o mencionado autor, de se dedicar especial atenção a sua tradução.

Posteriormente, o texto será brevemente avaliado na sua constituição literária de modo a evidenciar algumas de suas particularidades composicionais. Esse trabalho auxiliará na efetivação da última parte que é a análise e interpretação teológica.

3.1 TRADUÇÃO LITERAL

Apresentamos, abaixo, um quadro com o texto bíblico de 1Cor 1,17-25, que está em sua versão original, na língua grega (O NOVO TESTAMENTO GREGO, 2009, p. 483-484).

- v. 17 οὐ γὰρ ἀπέστειλέν με Χριστὸς βαπτίζειν ἀλλὰ εὐαγγελίζεσθαι οὐκ ἐν σοφίᾳ λόγου ἵνα μὴ κενωθῇ ὁ σταυρὸς τοῦ Χριστοῦ
- v. 18 Ὁ λόγος γὰρ ὁ τοῦ σταυροῦ τοῖς μὲν ἀπολλυμένοις μωρία ἐστίν τοῖς δὲ σωζομένοις ἡμῖν δύναμις θεοῦ ἐστίν
- v. 19 γέγραπται γάρ Ἀπολῶ τὴν σοφίαν τῶν σοφῶν καὶ τὴν σύνεσιν τῶν συνετῶν ἀθετήσω
- v. 20 ποῦ σοφός ποῦ γραμματεὺς ποῦ συζητητῆς τοῦ αἰῶνος τούτου οὐχὶ ἐμώρανεν ὁ θεὸς τὴν σοφίαν τοῦ κόσμου

- v. 21 ἐπειδὴ γὰρ ἐν τῇ σοφίᾳ τοῦ θεοῦ οὐκ ἔγνω ὁ κόσμος διὰ τῆς σοφίας τὸν θεόν εὐδόκησεν ὁ θεὸς διὰ τῆς μωρίας τοῦ κηρύγματος σῶσαι τοὺς πιστεύοντας·
- v. 22 ἐπειδὴ καὶ Ἰουδαῖοι σημεῖα αἰτοῦσιν καὶ Ἕλληνες σοφίαν ζητοῦσιν
- v. 23 ἡμεῖς δὲ κηρύσσομεν Χριστὸν ἐσταυρωμένον Ἰουδαίοις μὲν σκάνδαλον ἔθνεσιν δὲ μωρίαν
- v. 24 αὐτοῖς δὲ τοῖς κλητοῖς Ἰουδαίοις τε καὶ Ἕλλησιν Χριστὸν θεοῦ δύναμιν καὶ θεοῦ σοφίαν·
- v. 25 ὅτι τὸ μωρὸν τοῦ θεοῦ σοφώτερον τῶν ἀνθρώπων ἐστίν καὶ τὸ ἀσθενὲς τοῦ θεοῦ ἰσχυρότερον τῶν ἀνθρώπων

Para a tradução literal da perícope, o princípio de tradução a ser empregado é o da correspondência formal, que estará em um texto literal, semelhante ao que aparece nas “traduções interlineares ou justalineaes” (WEGNER, 2009, p. 30). Serão preservadas as “características originais de estilo, métrica e gramática” (2009, p. 30), de tal maneira que se manterá o mais fiel possível ao texto original, transpondo palavra por palavra, na tentativa de resultar num bom português que, de fato, “consiga reproduzir, da melhor maneira possível, as construções gramaticais, a ordem das palavras e a forma da língua original” (2009, 30).

Segue abaixo uma versão traduzida literalmente do texto de 1Cor 1,17-25:

- v. 17 De fato, Cristo não me enviou para batizar, mas para evangelizar, não na sabedoria da palavra, a fim de não tornar vã a cruz de Cristo.
- v. 18 De fato, a palavra da cruz é loucura para os que se perdem, mas para aqueles que se salvam, a nós, é poder de Deus.
- v. 19 De fato, está escrito: destruirei a sabedoria dos sábios e rejeitarei a inteligência dos inteligentes.
- v. 20 Onde está o sábio? Onde está o homem estudado? Onde está o argumentador deste século? Deus não tornou louca a sabedoria deste século?

- v. 21 Com efeito, visto que o mundo, por meio da sabedoria, não conheceu a Deus na sabedoria de Deus, aprouve a Deus, através da loucura da pregação, salvar os que crêem.
- v. 22 Com efeito, também os judeus pedem sinais e os gregos buscam sabedoria,
- v. 23 nós, porém, pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gentios,
- v. 24 aos chamados, porém, judeus e gregos, Cristo é poder de Deus e sabedoria de Deus.
- v. 25 Pois o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens, e o que é fraqueza de Deus é mais forte que os homens.

3.1.2 ANÁLISE LITERÁRIA

É sabido que a análise literária, também chamada de crítica literária, procede ao estudo dos textos enquanto “unidades literariamente formuladas e acabadas” (WEGNER, 2009, p. 84). Sua preocupação, entre outras, é abordar, no texto, elementos como: o estilo, a forma, o conteúdo, a integridade e a coesão. Em seu estudo, Wegner (2009, p. 84) diz que, dentre os objetivos de tal crítica, estariam: (1) a delimitação literária dos textos; (2) a estrutura literária dos textos.

A seguir, a perícopes de 1Cor 1,17-25 será analisada sob os dois pontos acima mencionados, tendo em vista determinar, com maior precisão e fidelidade, o texto grego, objeto da presente análise exegética. Isso se faz necessário devido à inexistência do texto original da carta de Paulo, dirigida à comunidade de Corinto, mas apenas cópias feitas ao longo dos séculos, com diferenças entre si.

3.1.3 DELIMITAÇÃO E DIVISÃO DO TEXTO

Há certa dificuldade com respeito à delimitação do início desta seção. Uma boa parte dos estudiosos (BARBAGLIO, 1989; BRAKEMEIER, 2008; GARLAND, 2003 e outros) iniciam a perícopes no v. 18. A dificuldade está no v. 17 apresentar-se como um versículo de transição: ao mesmo tempo que encerra a

discussão sobre o batismo iniciada no v. 10, apresenta o novo tema: o repúdio à sabedoria da linguagem e a valorização da cruz de Cristo. Entretanto, ele também exerce uma função relacional: a função do apóstolo (evangelizar e não batizar) também será determinada a partir da cruz de Cristo, motivo pelo qual parece adaptar-se melhor no bloco que segue. Portanto, uma vez que não há cortes linguísticos decisivos³, decidiu-se pela questão temática delimitar a perícopé a partir do v. 17.

O v. 26 indica uma continuidade do discurso finalizado no v. 25, porém em tônica praxística. A seção compreendida entre os vv. 26-31 apresenta-se como um exemplo concreto do argumento que defende a tese levantada no v. 18, seguindo a antítese fraco/forte. Este argumento é concluído no v. 31: “[...] aquele que se gloria, glorie-se no Senhor”.

A afirmação que segue em 1Cor 2,1 inicia outra perícopé, pois há mudança de gênero literário. Paulo inicia dando testemunho da sua passagem por Corinto, fala do método de evangelizar, não recorrendo à linguagem da sabedoria humana, mas anunciando Cristo crucificado.

3.1.4 CONTEXTO LITERÁRIO

Os estudiosos de 1 Coríntios usualmente compreendem a primeira seção que segue as saudações e agradecimento (cf. 1,1-9) entre os versos 1,10 e 4,21, com o tema dos partidos na comunidade de Corinto (SACCHI, 2002, p. 113; GETY, 2001, p. 196; BARBAGLIO, 1989, p. 176-177, entre outros). Trata-se de um discurso fechado, sendo considerado até como uma carta completa, com uma conclusão tipicamente epistolar (BOSCH, 2002, p. 183).

Há uma lógica interna que rege a estrutura argumentativa de Paulo. Getty (2001, p. 196) defende que a estrutura seguida pelo apóstolo em toda a Primeira Carta aos Coríntios pode ser apresentada no esquema ABA', no qual:

A Introduce um assunto;

B Interrompe a discussão com outro tema;

³ Na verdade, a conjunção γὰρ, que poderia ser entendida como conclusão do discurso iniciado no v. 10, parece ser um elemento estilístico para a construção do discurso de 1,17-25, uma vez que se repete nos v. 18 e 19.

A' Retoma o assunto inicial.

Em uma primeira visão, esta estrutura pode parecer bastante complexa e confusa. Entretanto, “[...] a percepção de seu propósito e frequência ajuda-nos a ficar menos perplexos com o método de Paulo e a entender as implicações de toda sua perspectiva” (GETTY, 2001, p. 196).

A introdução a Primeira Carta aos Coríntios da Tradução Ecumênica da Bíblia (NOVO..., 1987, p. 414) aprofunda esta proposta, propondo uma elaboração mais sofisticada do esquema ABA' para os quatro primeiros capítulos da carta, especialmente diante das digressões ainda mais numerosas nesta seção. A divisão indicada é bipartida: a primeira parte, compreendida em 1,10–3,23, contém uma exposição catequética sobre o tema; o capítulo 4 indica a aplicação parenética dos grandes princípios expostos. Neste primeiro recorte, pode-se enxergar o esquema AA₁BA'₁A'. Nele, duas desordens são anunciadas, representadas pela letra A e o princípio fundamental é proposto, representado pela letra B. Abaixo, um quadro oferece um aporte gráfico deste esquema:

		Versículos	Tema
Denúncia das desordens	A	1,10-16	As divisões
	A₁	1,17-25	A sabedoria humana
Apresentação do princípio fundamental	B	1,30	A existência cristã é uma existência no Cristo, fonte única de sabedoria e de salvação
Aplicação do princípio nas desordens	A'₁	3,1-16	Características da verdadeira sabedoria que é dom do Espírito
Conclusão	A'	3,18-23	Retoma divisões e falsa sabedoria

A conclusão (A') apresenta uma estrutura em forma de quiasmo, que retoma o tema das divisões e falsa sabedoria, em ordem inversa da apresentada em 1,10-25: aquele que se crê sábio à maneira deste mundo deve aceitar o dom da sabedoria de Cristo, ainda que deva passar por louco aos olhos do mundo (3,18). Assim, a pertença a Cristo elimina as divisões, fazendo que todos pertençam a Ele, dando também a liberdade e o domínio de todas as coisas (3,21-23).

Barbaglio (1989, p. 176-177), por sua vez, apresenta uma estrutura distinta para a seção de 1,10–4,21. Para o autor, dois temas fundamentais são

intercalados: o eclesiológico (unidade da Igreja e papel dos pregadores), representado por **A** e a cruz de Cristo e sabedoria divina, antitética à humana, representado por **B**:

A 1,10-17: tema da unidade da Igreja

B 1,18-25: antítese entre a pregação de Cristo crucificado e a sabedoria orgulhosa.

1,26–2,5: dois exemplos desta antítese.

2,6-16: revela a existência de uma sabedoria cristã superior, centrada na cruz de Cristo.

A 3,1-17: retoma as divisões, mas em eco ao discurso anterior, esclarecendo o papel dos pregadores e mestres.

B 3,18-23: retoma a antítese sabedoria-tolice de forma exortativa.

A 4,1-13: aprofunda sobre o papel dos pregadores

4,14-21: conclui com a ênfase em sua preocupação de único pai da Igreja de Corinto.

Neste esquema, fica mais evidente o papel central ocupado pelo discurso sobre Cristo crucificado e a sabedoria do mundo, que oferece a base teológica para a discussão sobre o papel dos pregadores e o tema das divisões na comunidade, como veremos a seguir.

Portanto, a perícopre de 1Cor 1,17-25 está inserida no contexto das divisões da comunidade, apresentado nos quatro primeiros capítulos da carta. O apóstolo começa seu discurso saudando e agradecendo a comunidade de Corinto. Em seguida, ele a exorta no que diz respeito a presença de divisões e escândalos. No que diz respeito às divisões, parte que especialmente nos interessa, ele destaca informação recebida sobre a existência de rixas e a origem de partidos na comunidade (v. 11-12) e pergunta: “Cristo estaria dividido?” (v. 13). Segundo o apóstolo, foi Cristo quem realizou a expiação e nenhum outro ser humano. A esse respeito, o próprio Paulo diz não ter promovido vários batizados pois, caso o fizesse, poderia correr o risco de ser eleito herói pelos neófitos (vvv. 14-15-16).

No recorte por nós estabelecido, Paulo, inicialmente, volta abordar o item batismo. Neste momento, o apóstolo diz que sua missão é “pregar” o Evangelho e

não “batizar” (v. 17). Para demonstrar tal ideia, ele usa o termo “mas” justamente para salientar a distinção entre os dois verbos. Ele prossegue destacando a linguagem da cruz (v. 18), assunto ainda a ser devidamente desenvolvido nesta parte do trabalho. No versículo seguinte, ele coloca em cheque a sabedoria dos sábios (v. 19), questionando aqueles que se julgam detentores do verdadeiro conhecimento (v. 20) e mostrando que tal conhecimento é inoperante para a salvação da humanidade. A salvação só acontece mediante a loucura da pregação aos que crêem (vv. 21-23). Para estes – judeus e gregos – Cristo é poder e sabedoria de Deus (vv. 24-25). O versículo 25 fecha a breve perícopé “com uma afirmação de caráter geral sobre a superioridade do projeto divino, que transcende a sabedoria e a força dos projetos humanos” (BARGAGLIO, 1989, p. 181). Nele, o apóstolo afirma que Cristo se tornou para nós sabedoria proveniente de Deus.

Embora não faça parte do recorte escolhido, nos versículos 26-31, Paulo ainda transita pelo tema de nossa perícopé que é: Cristo – poder e sabedoria de Deus. Considerando essa perspectiva, acreditamos que, conforme Bosch (2002, p. 183) afirma, “Deus estaria desclassificando todo o carnal de modo que, em Cristo Jesus, voltássemos a ser algo”.

3.1.5 ANÁLISE LINGUÍSTICO-SINTÁTICA

A presente análise linguístico-sintática objetiva a identificação das expressões mais utilizadas na perícopé selecionada, apontar a presença do vocabulário teológico para que seja possível esclarecer sua riqueza, ressaltar o estilo, como o jogo de palavras (semiótica) dentro do discurso de Paulo. Este tipo de análise destaca o objetivo da nossa pesquisa, que foi mostrar a sabedoria na experiência de Cristo crucificado.

V. 17 οὐ γὰρ ἀπέστειλέν με Χριστὸς βαπτίζειν ἀλλὰ εὐαγγελίζεσθαι οὐκ ἐν σοφίᾳ λόγου ἵνα μὴ κενωθῆ ὁ σταυρὸς τοῦ Χριστοῦ

Palavra	Forma e função sintática ⁴
οὐ	Advérbio
γὰρ	Conjunção coordenada
ἀπέστειλέν	Verbo ἀποστέλλω indicativo aoristo ativo 3ps
με	Pronome pessoal ἐγώ acusativo singular
Χριστὸς	Substantivo nominativo masculino singular
βαπτίζειν	Verbo βαπτίζω infinitivo presente ativo
ἀλλὰ	Conjunção coordenada
εὐαγγελίζεσθαι	Verbo εὐαγγελίζω infinitivo presente médio
οὐκ	Advérbio οὐ
ἐν	Preposição dativa
σοφία	Substantivo dativo feminino singular comum
λόγου	Substantivo λόγος genitivo masculino singular comum
ἵνα	Conjunção subordinada
μὴ	Partícula negativa particípio
κενωθῆ	Verbo κενώω subjuntivo aoristo passivo 3ps
ὁ	Artigo definido nominativo masculino singular
σταυρὸς	Substantivo nominativo masculino singular comum
τοῦ	Artigo ὁ definido genitivo masculino singular
Χριστοῦ	Substantivo Χριστός nominativo masculino singular

v. 18 Ὁ λόγος γὰρ ὁ τοῦ σταυροῦ τοῖς μὲν ἀπολλυμένοις μωρία ἐστὶν τοῖς δὲ σωζομένοις ἡμῖν δύναμις θεοῦ ἐστίν

Palavra	Forma e função sintática
Ὁ	Artigo definido nominativo masculino singular
λόγος	Substantivo genitivo masculino singular comum
γὰρ	Conjunção coordenada
ὁ	Artigo definido nominativo masculino singular
τοῦ	Artigo ὁ definido genitivo masculino singular
σταυροῦ	Substantivo σταυρὸς nominativo masculino singular comum
τοῖς	artigo ὁ definido dativo masculino plural
μὲν	partícula μὲν particípio afirmativo
ἀπολλυμένοις	verbo ἀπόλλυμι particípio presente médio ou passivo dativo masculino na forma plural
μωρία	substantivo nominativo feminino singular comum
ἐστίν	verbo εἶμι indicativo presente ativo 3ps
τοῖς	artigo ὁ definido dativo masculino plural
δὲ	conjunção δέ coordenada
σωζομένοις	verbo σώζω particípio presente passivo dativo masculino plural
ἡμῖν	pronome pessoal ἐγώ dativo plural

⁴ Identificada a partir do software Bible Works (BIBLEWORKS, LLC. **Bible Works for Windows**. Versão 7.0.012g. Norfolk: BibleWorks, LLC, 2006. 1 CD-ROM).

Δύναμις	substantivo nominativo feminino singular comum
θεοῦ	substantivo θεός genitivo masculino singular comum
ἐστίν	verbo εἶμι indicativo presente ativo 3ps

v. 19 γέγραπται γάρ Ἀπολῶ τὴν σοφίαν τῶν σοφῶν καὶ τὴν σύνεσιν τῶν συνετῶν ἀθετήσω γέγραπται

Palavra	Forma e função sintática
Γέγραπται	verbo γράφω indicativo perfeito passivo 3 os
γάρ	conjunção coordenativa
Ἀπολῶ	verbo ἀπόλλυμι indicativo futuro ativo 1ps
τὴν	artigo definido ὁ acusativo feminino singular
σοφίαν	substantivo σοφός acusativo feminino singular
τῶν	artigo definido ὁ genitivo masculino plural
σοφῶν	adjetivo σοφός normal genitivo masculino plural sem grau
καὶ	conjunção coordenativa
τὴν	artigo definido ὁ acusativo feminino singular
σύνεσιν	substantivo σύνεσις acusativo feminino singular comum
τῶν	artigo definido ὁ genitivo masculino plural
συνετῶν	adjetivo σύνεσις normal genitivo masculino plural sem grau
ἀθετήσω	verbo ἀθετέω indicativo futuro ativo 1ps

v. 20 ποῦ σοφός ποῦ γραμματεὺς ποῦ συζητητῆς τοῦ αἰῶνος τούτου οὐχὶ ἐμώρηνεν ὁ θεὸς τὴν σοφίαν τοῦ κόσμου

Palavra	Forma e função sintática
ποῦ	advérbio
σοφός	adjetivo σοφός normal nominativo masculino singular sem grau
ποῦ	advérbio
γραμματεὺς	substantivo nominativo masculino singular comum
ποῦ	advérbio
συζητητῆς	substantivo συζητητής nominativo masculino singular comum
τοῦ	artigo ὁ definido genitivo masculino singular
αἰῶνος	substantivo αἰών genitivo masculino singular comum
τούτου	pronome οὗτος demonstrativo genitivo masculino singular
οὐχὶ	advérbio de οὐχί
ἐμώρηνεν	verbo μωραίνω indicativo aoristo ativo 3ps
ὁ	artigo definido nominativo masculino singular
θεός	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
τὴν	artigo definido ὁ acusativo feminino singular
σοφίαν	substantivo σοφία acusativo feminino singular
τοῦ	artigo ὁ definido genitivo masculino singular

κόσμου	substantivo κόσμος masculino genitivo masculino singular comum
--------	--

v. 21 ἔπειδῃ γὰρ ἐν τῇ σοφίᾳ τοῦ θεοῦ οὐκ ἔγνω ὁ κόσμος διὰ τῆς σοφίας τὸν θεόν εὐδόκησεν ὁ θεὸς διὰ θεὸς τῆς μωρίας τοῦ κηρύγματος σῶσαι τοὺς πιστεύοντας·

Palavra	Forma e função sintática
ἔπειδῃ	conjunção ἔπειδή subordinativa
γὰρ	conjunção γάρ coordenada
ἐν	preposição dativa
τῇ	artigo definido ὁ dativo feminino singular
σοφία	substantivo σοφία dativo feminino singular comum
τοῦ	artigo ὁ definido genitivo masculino singular
θεοῦ	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
οὐκ	advérbio de οὐ
ἔγνω	verbo γινώσκω indicativo aoristo ativo 3ps
ὁ	artigo definido nominativo masculino singular
κόσμος	substantivo nominativo masculino singular comum
διὰ	preposição διὰ genitiva
τῆς	artigo ὁ definido genitivo feminino singular
σοφίας	substantivo σοφία genitivo feminino singular comum
τὸν	artigo ὁ definido acusativo masculino singular
θεόν	substantivo θεός acusativo masculino singular comum
εὐδόκησεν	verbo εὐδοκέω indicativo aoristo ativo 3ps
ὁ	artigo definido nominativo masculino singular
θεὸς	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
διὰ	preposição διὰ genitivo
θεὸς	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
τῆς	artigo ὁ definido genitivo feminino singular
μωρίας	substantivo μωρία genitivo feminino singular comum
τοῦ	artigo ὁ definido genitivo masculino singular
κηρύγματος	substantivo κήρυγμα genitivo neutro singular comum
σῶσαι	verbo σώζω infinitivo aoristo ativo
τοὺς	artigo ὁ definido acusativo masculino plural
πιστεύοντας	verbo πιστεύω participio presente ativo acusativo masculino plural

v. 22 ἔπειδῃ καὶ Ἰουδαῖοι σημεῖα αἰτοῦσιν καὶ Ἕλληνες σοφίαν ζητοῦσιν

Palavra	Forma e função sintática
ἔπειδῃ	conjunção ἔπειδή subordinativa

και	conjunção καί coordenativa
Ἰουδαῖοι	adjetivo Ἰουδαῖος normal nominativo masculino plural sem grau
σημεῖα	substantivo σημεῖον acusativo neutro plural comum
αἰτοῦσιν	verbo αἰτέω indicativo presente ativo 3pp
καὶ	conjunção καί coordenativa
Ἕλληνες	substantivo Ἕλλην nominativo masculino plural próprio
σοφίαν	substantivo σοφία acusativo feminino singular comum
ζητοῦσιν	verbo ζητέω indicativo presente ativo 3pp

v. 23 ἡμεῖς δὲ κηρύσσομεν Χριστὸν ἑσταυρωμένον Ἰουδαίοις μὲν σκάνδαλον ἔθνεσιν δὲ μωρίαν

Palavra	Forma e função sintática
ἡμεῖς	pronome pessoal ἐγώ nominativo plural
δὲ	conjunção coordenativa δέ
κηρύσσομεν	verbo indicativo κηρύσσω presente ativo 1pp
Χριστὸν	substantivo Χριστός acusativo masculino singular próprio
ἑσταυρωμένον	verbo σταυρόω participio perfeito passivo acusativo masculino singular
Ἰουδαίοις	adjetivo Ἰουδαῖος normal dativo masculino plural sem grau
μὲν	participio de μέν
σκάνδαλον	substantivo σκάνδαλον acusativo neutro singular comum
ἔθνεσιν	substantivo ἔθνος dativo neutro plural comum
δὲ	conjunção coordenativa δέ
μωρίαν	substantivo μωρία acusativo feminino singular comum

v. 24 αὐτοῖς δὲ τοῖς κλητοῖς Ἰουδαίοις τε καὶ Ἕλλησιν Χριστὸν θεοῦ δύναμιν καὶ θεοῦ σοφίαν·

Palavra	Forma e função sintática
αὐτοῖς	pronome pessoal αὐτός dativo masculino plural
δὲ	conjunção δέ coordenativa
τοῖς	artigo definido ὁ dativo masculino plural
κλητοῖς	adjetivo κλητός normal dativo masculino plural sem grau
Ἰουδαίοις	adjetivo Ἰουδαῖος normal dativo masculino plural sem grau
τε	conjunção τέ coordenativa
καὶ	conjunção καί coordenativa
Ἕλλησιν	substantivo Ἕλλην nominativo masculino plural próprio
Χριστὸν	substantivo Χριστός acusativo masculino singular próprio
θεοῦ	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
δύναμιν	substantivo δύναμις acusativo feminino singular comum
καὶ	conjunção καί coordenativa

θεοῦ	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
σοφίᾱ	substantivo σοφία acusativo feminino singular comum

v. 25 ὅτι τὸ μωρὸν τοῦ θεοῦ σοφώτερον τῶν ἀνθρώπων ἐστίν καὶ τὸ ἀσθενὲς τοῦ θεοῦ ἰσχυρότερον τῶν ἀνθρώπων

Palavra	Forma e função sintática
ὅτι	conjunção ὅτι subordinativa
τὸ	artigo definido ὁ nominativo neutro singular
μωρὸν	adjetivo μωρός normal nominativo neutro singular sem grau
τοῦ	artigo definido ὁ genitivo masculino singular
θεοῦ	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
σοφώτερον	adjetivo σοφός normal nominativo neutro singular comparativo
καὶ	conjunção καί coordenativa
τὸ	artigo ὁ definido nominativo neutro singular
ἀσθενὲς	adjetivo ἀσθενής normal nominativo neutro singular sem grau
τοῦ	artigo definido ὁ genitivo masculino singular
θεοῦ	substantivo θεός nominativo masculino singular comum
ἰσχυρότερον	adjetivo ἰσχυρός normal nominativo neutro singular comparativo
τῶν	artigo definido ὁ genitivo masculino plural
ἀνθρώπων	substantivo ἄνθρωπος genitivo masculino plural comum

A partir desta análise, foi estruturado um quadro apresentando os vocábulos mais recorrentes, organizados e discutidos a partir da forma e da função sintática que exerciam no texto. Os termos são apresentados a partir de sua forma não-flexionada.

Substantivo	Ocorrências	Advérbio	Ocorrências
θεός	9	ποῦ	3
σοφία	7	οὐ	3
Χριστὸς	4	οὐχί	1
μωρία	3		
Verbo	Ocorrências	Conjunção	Ocorrências
ἀπόλλυμι	2	καὶ	6
εἰμί	2	γάρ	4
σώζω	2	δὲ	3

Ressalta-se o caráter teológico de muitas destas expressões mais frequentes: θεός, σοφία, Χριστός, σῶζω, entre outras, que evocam temas importantes para a teologia paulina. Isso reforça esta compreensão da passagem como uma tentativa de construir um discurso teológico em uma carta pastoral. Nesse sentido, o texto ganha um caráter catequético, carregado de significações teológicas.

No geral, a perícopa apresenta vários termos que são bastante característicos do *corpus paulinum* como um todo. Alguns exemplos:

- a) O substantivo σοφία (“sabedoria”): das 71 ocorrências no Novo Testamento, 44 estão nas cartas de Paulo (HARTHORNE, 2008, p. 1117-1118). É um termo que ganha especial destaque em 1Cor, aparecendo 15 vezes.
- b) O substantivo συζητητής (“argumentador”, v. 20) é um *hapax*, não aparecendo tampouco na LXX;
- c) O termo que designa “loucura”, (μωρία), está presente somente em 1Cor (1,18.21.23; 2,14; 3,19). Outros termos que podem ser traduzidos da mesma maneira estão em Mc 7,22 (ἀφροσύνη) e 2Pd 2,16 (παραφρονία);
- d) O substantivo σταυρός (“cruz”) ocorre 27 vezes no Novo Testamento, das quais 10 estão nas cartas paulinas e uma em Hebreus;
- e) O termo usado nesta passagem para designar Jesus é (“Cristo”), presente 529 vezes no Novo Testamento. Delas, 382 estão nas cartas paulinas, totalizando 72%;
- f) O verbo κενόω (“tornar vazio”) é usado somente por Paulo (Rm 4,14; 1Cor 1,17; 9,15; 2Cor 9,3; Fil 2,7).
- g) O adjetivo σοφός (“sábio”) está majoritariamente no material paulino (somando 16 das 20 ocorrências) e κλητός (“chamado”) também aparece 7 vezes em Paulo, do total de 10.

As conjunções utilizadas também são expressivas para compreender a dinâmica impressa nesta passagem. Ao todo, são 8 conjunções que aparecem 20 vezes no texto. A mais frequente é καὶ, usada como conector para dar cadência ao texto. Por sua vez, γὰρ e ἐπειδή são usadas para estruturar um esquema para este discurso, esta última, de maneira especial, reforçando a intenção de explicar

a tese proposta no discurso e as implicações dela, reforçando o caráter catequético do texto. Por cinco vezes, o autor utiliza coordenadas adversativas ($\delta\epsilon$ e $\alpha\lambda\lambda\alpha$), as quais reforçam as construções antitéticas presentes. Esta característica é evidenciada no uso dos advérbios de negação $\text{o}\acute{\upsilon}\chi\iota$ e $\text{o}\upsilon$, além da partícula afirmativa $\mu\acute{\epsilon}\nu$ e da negativa $\mu\grave{\eta}$, que marcam as afirmações e negações presentes nas antíteses.

Nos vv. 24 e 25, nota-se que há somente uma ocorrência de verbo, $\epsilon\acute{\iota}\mu\acute{\iota}$ (“ser”, v. 25). Entretanto, a tradução literal apresenta outras quatro possibilidades deste verbo em sua forma oclusa, o que reforça o caráter conclusivo do discurso nestes versículos.

Por fim, ressalta-se o título dado a Jesus nesta perícopre, $\text{Χριστ}\acute{o}\varsigma$, aparecendo ora como sujeito das orações (vv. 17.24), ora como adjunto adverbial (v. 23), ora como complemento nominal (v. 17).

3.1.6 ANÁLISE ESTILÍSTICO-LITERÁRIA

Será destacado na análise estilístico-literária, como Paulo vai estruturar seu discurso, usando: estrutura retórica, análise discursiva e os elementos estilísticos.

3.1.6.1 Composição: a estrutura retórica

Usualmente, as formas das cartas na época de Paulo seguiam estruturas retóricas semelhantes a discursos orais. No mundo helênico, uma carta era considerada parte de um diálogo, tanto que a arte de escrever cartas era estudada em escolas de retórica (COLLINS, 1999, p. 18).

Assim, Paulo também esperava que suas cartas fossem lidas diante das comunidades, como manifesta em 1Tes 5,27, um ato que não seria meramente uma experiência visual, mas uma comunicação oral em forma de discurso. Por isso, manifesta por 15 vezes que está falando com a comunidade de Corinto por

meio de sua carta, que pode ser considerada um ato de discurso (COLLINS, 1999, p. 18).

Nesse sentido, constrói suas cartas a partir de elementos de retórica, ainda que os níveis de uso da retórica clássica por Paulo é bastante discutido atualmente pelos estudiosos. A retórica clássica refere-se a categorias refletidas nos oradores clássicos e nos livros antigos de retórica. No tempo de Paulo, a retórica era uma disciplina fundamental na alta educação romana e cidades como Tarso, Corinto e até Jerusalém devem ter sido regularmente expostas a oradores (CIAMPA; ROSNER, 2010).

De fato, presume-se o conhecimento da retórica grega por Paulo: era o que se poderia esperar de um homem inteligente e literato, que nasceu na cidade romana de Tarso, falava grego e viveu e moveu-se de maneira perceptiva no mundo helenístico do primeiro século, um mundo no qual a retórica e oratória eram características comuns da vida diária (LIFTIN, 1994, p. 138-139).

Collins (1999, p. 17-20) recorrendo a Aristóteles e a manuais de retórica clássica, apresenta aproximações do material produzido por Paulo com aspectos da retórica clássica grega. Neste caminho, Mitchell (1992) qualifica a retórica paulina como deliberativa, ou seja, é a seção da retórica clássica que delibera sobre o futuro enquanto inquire sobre o passado, com função dupla: aconselhar e persuadir.

Lampe (1990 apud GARLAND, 2003, p. 59) indica que Paulo usou a forma retórica de discurso chamada *schema*, a qual consiste em uma fala oculta que força o público a interrogar-se sobre o verdadeiro significado ou aplicação de uma afirmação. O discurso de 1,18-25 (sobre o perecimento de toda sabedoria do mundo), aliado ao de 2,6-16 (dizendo que a sabedoria cristã é um dom de Deus pelo Espírito), são uma crítica as celebrações de adoração aos pregadores cristãos e à sua sabedoria. Assim, Paulo prepararia uma crítica direta aos membros da comunidade de Corinto em 3,18-19 depois de entretê-los com as críticas à concepção de sabedoria de judeus e gregos, revelando a condenação de sua ostentação partidária com relação aos pregadores cristãos.

O uso de um *schema* poderia ser melhor aqui aplicado à sabedoria de membros da Igreja dos coríntios, que deflagravam a concepção de Cristo crucificado, favorecendo suas concepções pessoais do Messias. Para eles, Paulo oferece a loucura da cruz que derruba a sabedoria humana.

Seguindo os moldes da retórica helênica clássica, Bünker (apud BIGUZZI, 2001, p. 16) apresenta a seção de 1,17-25 da seguinte forma: o versículo 17 seria a *propositio*, ou seja, um breve enunciado da matéria (tema) que está prestes a ser tratado, acompanhado da prova dos temas dos quais quer obter a aprovação. Por sua vez, a seção entre 1,18–2,16 seria a *narratio*, ou seja, uma exposição inicial que apresenta o fato e explica o pano de fundo da situação do remetente e do destinatário.

Entretanto, há opiniões contrastantes. J. S. Vos (apud BIGUZZI, 2001, p. 16) indica que o v. 17 seria uma sub-*propositio* diante da *propositio* apresentada no v. 10, o que é corroborado por Bosch (2002, p. 183). Vos classifica os v. 11-12 como uma breve *narratio* e os v. 18-25 como uma prova dos princípios de 1,17, sendo parte da *argumentatio*.

Há ainda os que classifiquem a seção como um midrash no material paulino, como Ellis (1978, p. 213-220). Para o autor, a seção deveria ser assim entendida:

- v. 18-20 tema e texto inicial: Is 29,14 + 19,11-12 (cf. 33,18);
- v. 20-30 exposição: concatenação (*sophia*, *sophos* e seus antônimos);
- v. 31 texto final: Jer 9,22-23 LXX

Para os fins práticos deste estudo, a análise do discurso a seguir será conduzida a partir da abordagem da retórica grega clássica. Ulteriores divisões e classificações da retórica não serão aqui consideradas, diante da dificuldade de precisar as especificidades paulinas na utilização deste método discursivo. Nesse sentido, Collins (1999, p. 86), citando um exemplo de Aristóteles, afirma que algumas tentativas de divisões na retórica são absurdas, sendo que algo similar pode ser aplicado às tentativas contemporâneas de análise da carta de Paulo aos Coríntios a partir da retórica antiga. Segundo o autor, o recurso à retórica clássica é útil, porque oferece várias vantagens para o olhar às cartas de Paulo, mas não deve ser levado ao extremo, sob o risco de cair em categorias artificiais propostas pelos manuais.

Além do mais, Thiselton (2000, p. 51) ressalta a necessidade de centrar-se nos atos de discurso que estão presentes nas cartas, entre os quais ele destaca a forma da *perlocução*, no qual a percepção e os valores de uma pessoa podem ser mudados simplesmente pela proclamação do orador, ganhando uma

forma performativa. Assim, valoriza-se o conteúdo em detrimento da forma, colocando esta em função daquele.

3.1.6.2 Análise discursiva

À luz das propostas da retórica clássica e diante do contexto sócio-literário da perícopé, pode-se compreender a estrutura do discurso de Paulo da seguinte maneira:

O enunciado de 1,10 de fato caracteriza-se como um *propositio* em forma de introdução, a partir da exortação de Paulo: “[...] guardai a concórdia uns com os outros, de sorte que não haja divisões entre vós; sede estreitamente unidos no mesmo espírito e no mesmo modo de pensar”. A questão crucial é sobre a unidade: não pode haver cismas na comunidade de Corinto.

O que segue é uma exposição sobre os partidos que haviam sido retratados por Cloé ao apóstolo (vv. 11-16), terminando com a afirmação de que Paulo havia batizado pouquíssimas pessoas na comunidade (v. 16). O versículo 17 caracteriza-se como um verso de transição, que liga este discurso, sobre o batismo, ao tema da cruz de Cristo.

A questão levantada não é a do batismo em si, refere-se, na verdade, à finalidade para qual o Senhor havia enviado Paulo: anunciar o Evangelho, ressaltada pela forte conjunção adversativa ἀλλὰ (transl. *allá*). Junto ao anúncio do Evangelho, está uma característica epistemológica de sua missão: sua ação seria efetiva à medida que não recorresse à sabedoria da linguagem, sob o risco de tornar vã a cruz de Cristo. O uso da conjunção subordinada ἵνα (*ína*), resalta a dependência das duas ações: se o apóstolo se utilizasse da sabedoria da linguagem, tornaria inútil a cruz de Cristo, deixando espaço para a inferência de que isto também esvaziaria de sentido seu ministério apostólico.

Segue então o *argumentatio*, o coração do discurso persuasivo. Para validar sua proposição, oferece uma tese: a mensagem evangélica, centrada na cruz de Cristo, é lugar de contradição. Loucura para uns, sabiamente eficaz por outros (v. 18). Agora, já não fala mais da “sabedoria da linguagem”. Seu discurso

vai guiando o leitor com jogos de palavras, apresentando a “linguagem da cruz”, aplicada a duas categorias de pessoas presentes em todo o discurso:

- a) Aqueles que se perdem, para os quais é loucura;
- b) Aqueles que se salvam, para os quais representa o poder de Deus.

O leitor naturalmente se inclina a incluir-se no segundo grupo. Paulo facilita este posicionamento indicando que tanto judeus como gregos são chamados a salvação (v. 24).

Permanece também o tema da cruz, que deixa margem para uma série de dúvidas. Porque pode ser sinal do poder de Deus, já que manifesta uma das mortes mais constrangedoras? Em uma análise sócio-literária, no v. 18, Paulo começa a tocar naqueles que não pregavam abertamente a morte de Cristo, por considerarem-na demasiado ignominiosa. É preciso então aprofundar seu argumento.

Thiselton (2000, p. 43) indica que o *argumentatio* de Paulo tem duas características fundamentais: o apelo à Escritura e o apelo à razão. As premissas formadas pelo apóstolo, no entanto, não concretizam meras induções e deduções; melhor, a inferência racional expressa no discurso paulino valorizam os aspectos social e comunicativo da linguagem, favorecendo a persuasão a atitudes de mudança. Este processo é feito sem sacrificar a verdade do que Paulo está proclamando, uma vez que é esta verdade que confere autoridade às suas palavras. Getty (2001, p. 196) concorda, dizendo que um dos instrumentos pedagógicos mais usados por Paulo em Primeiro Coríntios é o esquema indicativo-imperativo, o que significa que sua resposta às discórdias originam-se de certas premissas fundamentais, baseadas no entendimento que Paulo tem da natureza da vida cristã que, ela própria, flui da ação de Cristo na cruz.

É neste panorama que a *argumentatio* é desenvolvida. Os vv. 19-20 apresentam a prova escriturística, com citação expressa e diluída de textos veterotestamentários (cf. Is 19,12; 29,14; 33,18; Sl 33,10). Com eles, o autor segue afirmando a sua tese e indicando a origem teológica: a “sabedoria da linguagem” do v. 17, mostrada pelos sábios e inteligentes, é rejeitada por Deus.

O v. 20 apresenta uma série de perguntas retóricas estrategicamente colocadas em tom de ironia. Paulo evoca a figura do homem estudado (γραμματεὺς, talvez um escriba judeu), termo ligado ao judaísmo e do debatedor (συζητητής), modelo tipicamente grego, indicando a superioridade de Deus diante

deles: “Deus não tornou louca a sabedoria deste século”. Assim, as ideias que valorizam a sabedoria do mundo são negadas, preparando as afirmações, marcadas pelo termo “com efeito” (ἐπεὶ οὕτως).

Após a prova vinda da Escritura, Paulo desenvolve o argumento racional diante das premissas que advém de suas concepções pessoais (vv. 21-24). Assim, apresenta o fundamento teológico para a cruz, considerada loucura, ser instrumento da sabedoria de Deus.

- a) A humanidade não foi capaz de reconhecer a Deus na sabedoria de Deus por meio da sabedoria humana. Mais uma vez, um ataque aos adversários “iluministas”, que se vangloriavam pela sua formação intelectual: esta sabedoria dos homens é insuficiente e não foi capaz de reconhecer a Deus (v. 21);
- b) Diante da posição negativa do homem, Deus decide salvá-lo e escolhe como método a pregação, na qual se deve crer (v. 21). Nesse momento, está em jogo o caráter epistemológico levantado no v. 17: Qual é o conteúdo desse anúncio? O que fundamenta o ministério evangelizador de um verdadeiro apóstolo? O termo κηρύγματος evoca o εὐαγγελίζεσθαι do v. 17. Deve-se responder sobre quais são as boas novas que se deve proclamar;
- c) Dois grupos opostos à visão cristocêntrica são colocados como anti-modelos de salvação: os judeus estão preocupados com sinais e os gregos com a sabedoria (v. 22). Então, acontece a virada no discurso: “nós, porém, anunciamos Cristo crucificado” (v. 23), que é causa de escândalo e loucura para os judeus e gentios. Assim, Paulo deixa claro o conteúdo fundamental do anúncio. Não se trata somente da cruz, nem tampouco de Cristo e sim de Cristo crucificado.

Assim, a fé no Cristo crucificado é colocada como necessária para a salvação, uma vez que manifesta a revelação de Deus, o poder de Deus e a “sabedoria de Deus” (v. 24). É importante ressaltar o campo semântico no qual estes versículos são desenvolvidos. Diante do leitor que conhece o judaísmo, o termo “sabedoria” é caro, remetendo aos textos sapienciais do judaísmo. Também ao leitor grego, denota uma implicada significação relacionada à filosofia e aos

grandes sábios helênicos. Agora, a ligação do termo com a cruz é uma virada retórica de impacto.

Esse é o fundamento teológico que unifica todos os homens, não importando a origem, se judeus ou gregos – e, por inferência, não importando o pregador que se seguia –. À medida que judeus ou gregos crêem no Cristo crucificado, fazem parte de uma mesma classe, os “chamados”.

O v. 25 apresenta uma conclusão, afirmando a superioridade do projeto divino, ressaltada por um jogo de palavras em oposição: a loucura de Deus é mais sábia que os homens e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens. Assim, o leitor pode tirar duas conclusões importantes para a *propositio*:

- a) A sabedoria humana é insuficiente e está submetida à divina;
- b) A proclamação de Cristo crucificado é fundamento de uma comunidade e de um ministério apostólico.

3.1.6.3 Elementos estilísticos

Para definir o *gênero* desta perícopé, é preciso um olhar sobre o vocabulário do contraste usado por Paulo, como já indicado na análise linguística. Os termos antagônicos colocados em oposição (sabedoria e loucura; fraco e forte; os chamados e os judeus e gregos; Deus e o mundo), o uso de conjunções coordenadas adversativas, os advérbios de negação e as partículas afirmativas e negativas ressaltam o caráter antitético do discurso.

Assim, ressaltando as oposições e contrastes, pode-se dizer que o texto tem um forte sentido exortativo, expresso através do gênero da controvérsia, amplamente explorado em forma de diatribe, uma espécie de debate judiciário desenvolvido como se fosse um discurso proferido diante do adversário, ganhando eloquência, sendo, muitas vezes, injurioso e ávido. De fato, Bultman (1908 apud THISELTON, 2000, p. 47) já indicava uma grande similaridade de estilo entre Paulo e a diatribe cínico-estóica, indicada nos paradoxos, paródias, antíteses, entre outras características.

Além disso, as expressões carregadas de significado teológico presentes no texto (Deus, Cristo, salvar, sabedoria) também indicam um caráter catequético

exortativo, que se expressa em uma construção retórica bem formulada a fim de não se limitar ao campo teórico, mas gerar uma resposta concreta nos ouvintes.

O *tema* principal desta seção certamente é o de Cristo crucificado como sinal da sabedoria de Deus. Segundo Barbaglio (1989, p. 182), o “[...] trecho constitui a apresentação, na linha dos princípios, da teologia paulina da cruz”. O tema aparece por outra problemática, desenvolvida a partir do capítulo 10, mas que permeia toda a perícopes: a questão das divisões em Corinto. Entretanto, o vocabulário específico desta seção (cf. a lista das palavras mais frequentes no item 2.2) não deixa dúvidas quanto ao tema principal que fundamenta o texto. A unidade da comunidade de Corinto é alcançada a partir do Cristo crucificado.

Para desenvolver esta ideia, Paulo constrói uma *malha* para o discurso muito bem elaborada, que valoriza o tema da cruz e constrói um efeito bastante adequado para a leitura pública do texto. Assim, faz três afirmações iniciais a partir da conjunção γὰρ (v. 17-19), segue o discurso com três perguntas retóricas (v. 20), para partir para duas afirmações construídas com a conjunção ἐπειδὴ (v. 21-22).

Essa estrutura é aliada a *ferramentas estilísticas* para favorecer um discurso persuasivo quando lido diante da comunidade. Segundo J. Weiss (1897 apud THISELTON, 2000, p. 44), os textos de Paulo eram feitos para a leitura pública, por isso, continham características para o discurso oral:

- a) “Efeitos com som”, como se nota na repetição de γὰρ e ἐπειδὴ em 1,17-25;
- b) Perguntas retóricas, que demonstram o interesse claro de diálogo com o interlocutor e a tentativa de gerar uma resposta à argumentação apresentada. Assim, o v. 20 apresenta: “Onde está o sábio? Onde está o homem estudado? Onde está o argumentador deste século? Deus não tornou louca a sabedoria deste século?”;
- c) Simetria, expressa na utilização de paralelismos e quiasmos.

Esta última característica merece maior atenção, uma vez que a perícopes de 1,17-25 recorre inúmeras vezes aos paralelismos e quiasmos, reforçando o gênero da controvérsia característico da diatribe.

No tempo de Paulo, era muito comum a utilização de paralelismos para expressar idéias. Nos paralelismos, as frases de um ou mais versículos “estão

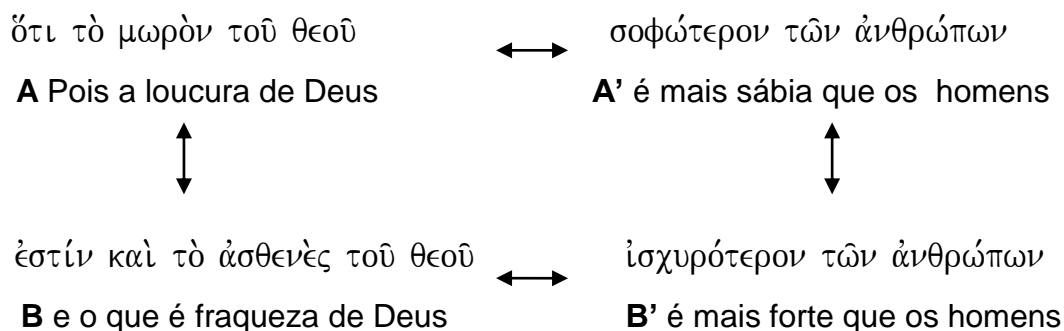
dispostas de tal maneira que duas linhas (ou membros) de um período se correspondem” (WEGNER, 2002, p. 91). Segundo Preuss (apud WEGNER, 2002, p. 91), uma das razões para o uso do paralelismo é que “essa forma de comunicação seja expressão de uma convicção fundamental segundo a qual não se capta a essência das coisas descrevendo-as numa única sentença, mas considerando-as a partir de vários aspectos e facetas a elas inerentes”.

É apresentado abaixo um esquema adaptado de Biguzzi (2001, p. 22), o qual ressalta os paralelismos da perícopes em questão, no qual **A** e **a** representam características dos que se perdem, judeus **(i)** e gregos/gentios **(ii)**, enquanto que **B** e **b** estão relacionados aos que se salvam, os cristãos.

- a** (v. 18) τοῖς μὲν ἀπολλυμένοις μωρία ἐστίν
“é loucura para os que se perdem”
- b** τοῖς δὲ σωζομένοις ἡμῖν δύναμις θεοῦ ἐστίν
“mas para aqueles que se salvam, a nós, é poder de Deus”
- A** (v. 21a) οὐκ ἔγνω ὁ κόσμος διὰ τῆς σοφίας τὸν θεόν
“o mundo, não conheceu por meio da sabedoria de Deus”
- b** (v. 21b) ὑδόκησεν ὁ θεὸς διὰ τῆς μωρίας τοῦ κηρύγματος σῶσαι τοὺς πιστεύοντας
“aprouve a Deus através da loucura da pregação, salvar os que creem”
- a'** (v. 22) **(i)** ἐπειδὴ καὶ Ἰουδαῖοι σημεῖα αἰτοῦσιν
“com efeito, também os judeus pedem sinais”
(ii) καὶ Ἑλληνας σοφίαν ζητοῦσιν
“e os gregos buscaram sabedoria”
- B'** (v. 23-25) ἡμεῖς δὲ κηρύσσομεν Χριστὸν ἐσταυρωμένον
“nós, porém, pregamos Cristo crucificado”
- a** (v. 23) **(i)** Ἰουδαίοις μὲν σκάνδαλον
“escândalo para os judeus”
(ii) ἔθνεσιν δὲ μωρίαν
“loucura para os gentios”
- b** (v. 24s) αὐτοῖς δὲ τοῖς κλητοῖς
“aos chamados, porém”
(i) Ἰουδαίοις τε
“judeus”
(ii) καὶ Ἑλλησιν
“e gregos”
- Χριστὸν θεοῦ δύναμιν καὶ θεοῦ σοφίαν
“Cristo é poder de Deus e sabedoria de Deus”

É notável a complexidade das simetrias construídas neste discurso. As palavras geralmente não se repetem no mesmo versículo estabelecendo relações, estruturando paralelismos antitéticos, sinonímicos sintéticos ou culminativos (com exceção de **ab** no v. 18, um paralelismo culminativo), mas estabelecem fortes relações de oposição e antítese em nível semântico.

Ressalta-se a presença das estruturas quiásticas, como no v. 25, que também é um exemplo de paralelismo, adaptado de Quesnel (1983, p. 33):



Ao mesmo tempo que se estrutura um paralelismo antitético (**AA'** x **BB'**), o arranjo dá um caráter de oposição (**A** x **A'**; **B** x **B'**): o mais sábio não é o mais forte. Em um contexto sócio-literário, Paulo contrasta o mais forte com o mais sábio, mas de forma inversamente proporcional. Este é o argumento forte de Paulo. Em partes, é uma estrutura quiástica. Porém, o quiasmo formado mediante um paralelismo antitético: fraco/forte e o louco/sábio.

Na estrutura de Biguzzi, também não é considerado o v. 17, que estrutura uma importante oposição quiástica com o v. 18. A “sabedoria da palavra” (v. 17) está em oposição à “palavra da cruz” (v. 18); a primeira esvazia de sentido a cruz de Cristo, torna-a vã. O acontecimento da cruz, tradução possível de “palavra da cruz” diante do campo semântico de λόγος, é instrumento de salvação e sinal do poder de Deus, em oposição à sabedoria da palavra.

3.1.7 ANÁLISE TEOLÓGICA

O texto de 1Cor 1,17-25 explora a ideia da sabedoria da cruz e a elabora a partir da retórica grega com as perguntas retóricas e a diatribe, revelando uma

teologia da cruz, amadurecida em Paulo, que fundamenta tanto a atuação das comunidades quanto a atividade apostólica dos cristãos. Diante desta perícopé, pode-se levantar alguns temas teológicos que merecem destaque, desenvolvidos a seguir.

3.1.7.1 As divisões: uma questão teológica

A proposição que abre a primeira Carta aos Coríntios trata de um assunto eminentemente prático: as divisões na comunidade. De fato, nesta comunidade houve uma supervalorização dos primeiros pregadores Cristãos: havia os seguidores de Apolo, eloquente em seu discurso (cf. At 18,24.27); Pedro, que havia vivido com Jesus, garantindo-lhe um status bastante confortável diante dos coríntios. Ainda haviam os que se diziam seguidores de Cristo e outros de Paulo.

Alguns estudiosos, como Liftin (1994, p. 161), ressaltam que em Corinto Paulo se apresentou com uma aparência física e uma fala deficiente, sendo desprezado por aqueles acostumados com os padrões da retórica grega. O autor afirma que o povo estava acostumado com a técnica de oradores como Favorinus, que encantava até mesmo os oradores que não entendiam o grego por meio de seu tom de voz, de seu olhar expressivo e pelo ritmo de sua fala.

Então, mesmo sendo um dos pais da fé da comunidade cristã de Corinto, sua postura talvez tenha aberto espaço para as disputas entre um ou outro pregador. Além do mais, Barbaglio (1989, p. 175) diz que estes grupos partidários espirituais eram uma forma de organização comum do mundo grego, que estava acostumado aos *thíasos*, associações religiosas que se apoiavam em um personagem importante.

Apesar deste panorama eminentemente prático, este tipo de comportamento da comunidade de Corinto deixava entrever raízes essencialmente teológicas para suas disputas. Isto fica evidente na análise do discurso de Paulo em 1Cor 1,17-25, um discurso teológico fundamentando um debate bastante prático. Apesar de o autor seguir a lógica de digressões e temas intermitentes, nesta passagem em particular, o tema da cruz e o da unidade da Igreja estão tão imbricados, que em determinado ponto o leitor pode até mesmo confundir-se sobre qual dos dois Paulo quer tocar com o discurso. Note-se as estruturas de simetria

formadas pelo apóstolo, os paralelismos e quismos identificados na análise da perícopa, também entrelaçando os temas de maneira demasiada. Isso reforça a ideia de que as divisões na comunidade de Corinto têm raízes essencialmente teológicas. Brakemeier (2008, p. 15) diz que “[...] o emaranhado dos assuntos mostra haver estreita conexão entre ambos”.

A raiz teológica das divisões está na origem delas. Cada um dos pregadores deles devia oferecer aos seus ouvintes uma forma pessoal de compreender a fé cristã, de propor a vida cristã, indicando uma orientação particular de pensamento. Porém, estavam, “[...] desatentos à tradição apostólica, que era a testemunha dos eventos salvíficos da morte e ressurreição de Jesus (15,1-5). Mas eles preferiam esta ou aquela elaboração intelectual da realidade religiosa do homem, satisfazendo assim à tendência intelectualista própria do espírito grego.” (BARBAGLIO, 1989, p. 175)

A questão não era então negar a cruz de Cristo, como se nunca houvesse existido, uma vez que era um fato já consolidado no cristianismo. Na verdade, rejeitavam a pregação sobre a cruz afastando-se dela e identificando-se somente com uma visão triunfalista da vida cristã. Munidos do espírito da sabedoria grega ou do legalismo judeu, eram incapazes de aceitar o caráter ignominioso e escandaloso da cruz como fonte do cristianismo, assumindo, assim, somente a ressurreição como proposta de vida, prendendo-se no poder glorioso do ressuscitado, formando um pequeno grupo de pessoas inatingíveis, que haviam supostamente evoluído a um grau incontestável. Opunham-se, assim, a teologia da cruz à teologia da glória, menosprezando a primeira em detrimento da segunda.

3.1.7.2 Tema: A cruz de Cristo

O tema central que guia todo o discurso dos vv. 17-25 é o da cruz de Cristo. Brakemeier faz uma ampliação para toda a carta, levantando este tema como elemento de unidade. “Os pareceres do apóstolo nascem, sem nenhuma exceção, de uma só posição evangélica que tem na palavra da cruz o grande referencial (1,18)” (BRAKEMEIER, 2008, p. 15). Essa afirmação é bastante plausível quando se considera a teologia paulina, a qual influencia firmemente a construção estilística na epistolografia de Paulo. O método retórico de Paulo está

imerso em sua teologia, que se baseia na palavra da cruz como fundamento e critério de uma comunidade e da vida apostólica (THISELTON, 2000, p. 50)⁵.

Um erro bastante comum em uma análise superficial da teologia paulina é a supervalorização da cruz por si mesma. Essa é uma visão perigosa, uma vez que a cruz, em seu significado primeiro, é sinal da pena capital romana e não da salvação e libertação dos homens. A cruz em si não concentra nenhum poder ou significação especial ou divina. Sua força está na sua ligação com o grande sinal revelador de Deus: o Cristo, nome usado por quatro vezes no discurso aqui estudado. A teologia paulina não é a teologia da cruz, mas sim da cruz *de Cristo*

Sobre este tema, Barbaglio faz um interessante comentário:

Do ponto de vista temático, deve-se logo esclarecer que Paulo se ocupa, propriamente, não da cruz como símbolo geral e impessoal de mensagens culturais diferentes, mas da cruz *de Cristo*, isto é, caracterizada por sua pessoa histórica. Com mais exatidão ainda, deve-se dizer que ele fala diretamente da pregação apostólica centrada na crucificação de Jesus. Suas afirmações teológicas levam em consideração, sim, esse acontecimento, mas enquanto anunciado e atualizado pela palavra dos evangelizadores. Não se volta para o passado com uma atitude meramente evocativa. Seu olhar dirige-se para o presente da mensagem evangélica marcada pela cruz de Cristo, com a finalidade de indicar e aprofundar seu significado no interior do projeto divino de salvação. Sua teologia da cruz pode ser chamada, portanto, de simbólica, desde que se esclareça que ela versa sobre o símbolo histórico-salvífico de Cristo, objeto característico da palavra evangelizadora. (BARBAGLIO, 1989, p. 182-183, grifo do autor).

Entender o significado teológico do Cristo crucificado e estruturar uma proposta de vida a partir dele não é tarefa fácil nem para judeus, tampouco para o mundo grego.

Os judeus, devido a sua história, toda permeada por milagres e prodígios, acabaram se tornando presunçosos a ponto de pensar que Deus continuaria se manifestando de modo extraordinário e buscavam sinais que caracterizassem o Messias (Mt 12,38; 16,1; 16,4; Mc 8,11; 8,12; Jo 6,30). Na época de Paulo, alguns pregadores que ganharam muitos adeptos à medida que apresentavam sinais de seu “messianismo”: Theudas (45 d. C.) persuadiu milhares de pessoas a abandonarem suas casas para atravessarem o Jordão, sob seu comando, a pé

⁵ Pode-se fazer, por exemplo, uma distensão para o capítulo 2, no qual o próprio Paulo coloca-se como exemplo da ação da sabedoria divina que se manifesta no Cristo crucificado (cf. 1Cor 2,1-5). Assim como em 1Cor 1,17-25, os textos trabalham com o gênero da controvérsia, opondo o medo e o tremor de Paulo com a sabedoria e a retórica gregas, identificando a teologia que defende que o poder de Deus é o que convence.

enxuto; em 54 d. C., um egípcio chegou em Jerusalém, conquistando 30.000 seguidores diante da promessa de derrubar os muros da cidade com suas palavras (BARCLAY, 2002, p. 22). Era este tipo de sinal procurado pelos judeus. Além do mais, a morte de cruz era considerada maldição pela lei judaica, tema desenvolvido por Paulo em Gl 3,13, citando o Deuteronômio: “[...] o que for suspenso é um maldito de Deus” (Dt 21,23), sendo impossível ligar o Messias a esta condição tão degradante do homem.

Uma das características distintivas dos gregos era o fato de se entregarem à filosofia especulativa. Os pensadores gregos ocupavam um lugar de destaque. Eles imaginavam que a verdade poderia ser reduzida a meras proposições filosóficas e ignoravam o alcance da intuição e da revelação divina. A doutrina que buscavam deveria satisfazer as exigências da sua razão. Dominados pela arrogância intelectual, não achavam lugar para o Evangelho. Para eles, era impossível acolher a doutrina de Cristo crucificado, primeiro pela ideia da encarnação: era impossível que Deus sentisse como um homem e se rebaixasse, mudando a si mesmo de bom para ruim, de bonito para feio, de feliz para infeliz, experimentando até o sofrimento (BARCLAY, 2002, p. 22-23). Esta seria uma contradição sem limites.

Ambos os grupos insistem em colocar em prova o Messias e o fazem com base em parâmetros predefinidos: “Pois quais seriam os distintivos do divino senão a força, a sabedoria e, assim podemos acrescentar, a beleza e o sucesso? Para todas as pessoas que assim pensam, a palavra da cruz será uma loucura, algo absurdo” (BRAKEMEIER, 2008, p. 31).

A teologia paulina oferece uma grande virada a esta natural negação de judeus e gregos. Se antes era sinal de morte, escândalo, maldição e loucura, contra toda lógica, agora é “poder de Deus e sabedoria de Deus” (v. 24). Em que consiste considerá-la como sinal do poder de Deus, a ponto de ser considerada sabedoria divina?

Na cruz de Cristo, não é possível “[...] enxergar nem poder, nem beleza, nem sabedoria. Pelo contrário, o que em Gólgota está em evidência é alguém fraco demais para se defender contra a agressão de seus inimigos, sofrendo e morrendo (BRAKEMEIER, 2008, p. 31). Segundo Brakemeier, “Deus não se revela nos cumes da glória humana, nem nos arraiais do que o mundo tem a oferecer de mais vistoso, nem nos centros de poder. Ele desceu aos infernos da agonia, à

baixeza de um miserável suplício, à humilhação (cf. Fl 2,5)” (2008, p. 31). Essa é, de fato, a consequência do seu amor que busca a proximidade com quem sofre e demonstra solidariedade na dor. Assim, a cruz aparece como consumação e cume da vida de Cristo, que revela a face amorosa de Deus, que não desistiu do homem em seu pecado, mas estruturou um plano de redenção cujo método é a própria revelação divina, restaurando as relações de amor rompidas pelo pecado e resgatando a condição de filiação outrora perdida. A cruz de Cristo, então, não significa mais escândalo ou morte, é o mais perfeito sinal de amor de Deus para com a humanidade.

À medida que o Cristo crucificado revela quem é Deus, a palavra da cruz torna-se “poder de Deus” (v. 24), tendo em si mesma a força de mudar o homem desde seu interior. A. R. Brown (apud THISELTON, 2000, p. 52), afirma que a palavra da cruz tem uma força performativa em 1 Coríntios, promovendo uma nova forma de estar no mundo, não só dizendo algo, mas fazendo algo acontecer. A palavra da cruz transforma a sabedoria em tolice e fazendo que, se alguém tem algo para gloriar-se, que seja no Senhor (1,31), sendo o caminho teológico para a resolução dos problemas práticos da comunidade.

Paulo descobre em ação, a força divina que salva e condena, uma vez que diante da cruz, o homem deve escolher crer ou não, entrar na categoria de “chamado” ou permanecer judeu e grego sem fé (v. 24). Lá onde tudo apresenta aparência de fraqueza, impotência e ignomínia, exatamente no evento da crucificação de Jesus, atualizado pela palavra da pregação cristã, Deus se revela potente e sábio salvador. Foi a força divina que ressuscitou Jesus: “Por certo, foi crucificado em fraqueza, mas está vivo pelo poder de Deus” (2Cor 13,4). Outro exemplo: “Deus, que ressuscitou o Senhor, ressuscitará também a nós pelo seu poder” (1Cor 6,4). Para Paulo, está claro que a pregação da cruz é força de Deus que salva os homens em todos os tempos.

A salvação de Deus comporta tanto o presente quanto o futuro. Isto é evidenciado na pregação de Paulo utilizando uma retórica que lê o passado e projeta o futuro. O presente dá ideia de um processo que está em andamento, na medida em que vamos esperando, que somos salvos (cf. Rm 8,34), embora não contemplamos e nem compreendemos com perfeição o verdadeiro objetivo dessa esperança. Em outras palavras, como se pode observar, no mesmo tempo presente há aqueles que estão se perdendo e há aqueles que estão sendo salvos.

Só resta uma opção: ou teremos que cair na classe dos salvos, ou na dos perdidos. Embora os que ainda estão sendo salvos não tenham toda a sabedoria do céu, mas foram introduzidos numa novidade de vida que os habilita a avaliar as coisas espirituais (MORRIS, 1981, p. 34).

3.1.7.3 O elogio à sabedoria divina por meio das controvérsias e perguntas retóricas

No Concílio Vaticano I, Pio IX, ao se referir à fé católica, na Constituição *Dei Filius*, na 3ª sessão, ensina e sustenta que: “Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana, a partir das coisas criadas” (apud, DENZINGER, 2007, n. 3004). O apóstolo Paulo revela que a realidade de Deus é “invisível, seu eterno poder e sua divindade, tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas” (Rm 1,20).

Deus teve a intenção de se manifestar e comunicar sua pessoa e os decretos eternos da sua vontade a respeito da salvação da pessoa humana através da divina revelação, exatamente para fazê-la participar dos bens celestiais, que superam plenamente a capacidade da sabedoria humana (DV, 2004, cap. 1, n. 6)⁶.

Deus, na sua bondade e sabedoria, manifesta-se a si mesmo “dando-nos a conhecer o mistério da sua vontade” (cf. Ef 1,9), por meio de Cristo, Verbo encarnado. A pessoa humana tem a possibilidade de, através do Espírito Santo, alcançar ao Pai e se tornar participante da natureza divina (DV, 2004, cap. 1, n. 2). O mistério divino, verdade cheia de sabedoria (cf. Rm 16,27; Ef 3,9; Cl 2,2-3), há muito tempo escondida em Deus e hoje revelado (cf. Rm 16,25; 1Cor 2,7; Ef 3,5-9; Cl 1,26), é tomada por Paulo da apocalíptica judaica (cf. Dn 2,18-19). Ele a introduz profundamente na sabedoria da cruz: a salvação realizada na cruz de Cristo (cf. 1Cor 2,8), a invocação dos gentios a esta salvação (cf. Rm 16,26; Rm 11,25; Cl 1,26-27; Ef 3,6), objeto do Evangelho de Paulo (cf. Rm 16,25; Cl 1,23;

⁶ Todas as citações referentes à CONSTITUIÇÃO Dogmática. *Dei Verbum* sobre a revelação divina. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. 10ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. Seguirão o padrão da sigla ‘DV’.

4,3; Ef 3,3-12; 6,19), e, finalmente, a reconstrução do mundo em Cristo, como o único Senhor (cf. Ef 1,9-10; 1Cor 1,9-10; Mt 13,11; Ap 1,20; 10,7; 17,5-7).

Depois de outrora, Deus ter falado muitas vezes e de modos diversos, aos nossos “Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do seu Filho” (Hb 1,1-2a). Jesus Cristo, o Verbo eterno o que ilumina toda a pessoa humana (cf. Jo 1,1-18), feito carne, enviado como homem entre os homens, fala as palavras de Deus (cf. Jo 3,34) e consuma a obra de salvação que o Pai o encarrega de realizar (cf. Jo 5,36; 17,4). Portanto, Cristo foi enviado para revelar à humanidade a pessoa do Pai (cf. Jo 17,3-6.26; 12,28; 14,7-11). O que lhe é próprio é o amor (cf. 1Jo 4,8.16) e ele o prova entregando seu Filho único por nós (cf. Jo 3,16-18; 1Jo 4,9.10.14.16; Rm 8,32), é preciso crer que Jesus é o Filho (cf. Jo 3,18). Faz-se necessário esse reconhecimento (cf. 1Jo 2,23; Jo 20,31).

Cabe a cada pessoa humana a “obediência da fé” (Rm 16,26; cf. Rm 1,5; 2Cor 10,5-6), entregar-se livremente a Deus, apresentar-se repleto da inteligência e da vontade, e espontaneamente aceitar a sua revelação. Para dispensar essa fé, é preciso o auxílio da graça divina e, também, o auxílio do Espírito Santo, que converta a Deus os corações, abra os olhos da alma, e de a todos a suavidade de consentir aceitação à verdade (DV, 2004, cap. 1, n. 5).

Deus atua amorosamente e determina que a revelação divina seja transmitida a todas as gerações e a todos os povos. Para que a revelação do Pai se consuma, Cristo determina aos apóstolos: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15). Essa missão foi realizada com fidelidade, pelos apóstolos e, de maneira especial por Paulo.

Para o apóstolo, o elogio à sabedoria divina ocupa um lugar de destaque. Ele elabora uma antítese: o que é tolo e fraco para os homens torna-se sábio e potente para Deus. Os autores destacam que a antítese não é dualista, depreciando o mundo humano em favor do mundo divino. Conzelmann (apud BARBAGLIO, 1989, p. 184) defende que o mundo não está na semântica da cosmologia. Trata-se de: “[...] é um sujeito coletivo portador de uma orientação existencial que rejeita a Deus e que deposita sua confiança nos recursos do próprio pensamento e da própria força”. “Mundo” (*kosmos*) é sinônimo de humanidade. Embora a humanidade estivesse circundada da sabedoria divina, a humanidade, com sua própria sabedoria, não chegou ao conhecimento de Deus

(BRAKEMEIER, 2008, p. 30). Ou seja, o mundo não percebeu a sabedoria que foi revelada no Antigo Testamento, e que chegou à plenitude em Jesus.

Com isso, o intuito de Paulo é valorizar a sabedoria divina, que ultrapassa a capacidade de raciocínio do homem, uma vez que a confiança exclusiva nas ferramentas humanas fez o homem se afastar da verdade do Cristo crucificado, rejeitando o núcleo da fé experimentado por Paulo. “Sua avaliação antitética, portanto, não nasce de uma especulação sobre as essências, mas de uma postura de fé, que vê Jesus crucificado como expressão definitiva da ação benevolente de Deus, e relê a realidade humana sob essa luz” (BARBAGLIO, 1989, p. 183).

Assim, a partir dos contrastes levantados por Paulo, a pregação evangélica oferece aos ouvintes uma escolha fundamental para suas vidas “acolher a proposta do Pai, encarnada em Cristo crucificado, renunciando assim às posições de onipotência divinizadora, ou fechar-se na lógica da negação, entregando-se às possibilidades do próprio pensamento e da própria força de ação” (BARBAGLIO, 1989, p. 184).

Nesse sentido, a palavra da cruz coloca-se, então, como lugar do juízo final de Deus, antecipado na história. “A pregação da cruz provoca uma radical e definitiva separação entre os homens [...], fazendo com que uns sejam condenados à ruína eterna, e outros, predestinados à salvação final” (BARBAGLIO, 1989, p. 184). Assim, imediatamente ao encontro com a palavra da cruz, processa-se o juízo escatológico sobre cada homem (BRAKEMEIER, 2008, p. 30). Paulo compreende esta força, dizendo que o Evangelho é “força de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1,16).

A sabedoria humana está sujeita à destruição e ao aniquilamento. Ela por si só não possui qualquer poder inerente, que possa salvar uma alma ou elevar um homem até Deus (cf. Pr 14,12; 16,25). A sabedoria humana não pode desfazer o grande dano provocado pelo pecado, nem mesmo ajudar a humanidade a aproximar-se novamente de Deus. Deus, na verdade, refuta a sabedoria humana e reduz a nada os seus sistemas.

As perguntas retóricas que Paulo faz no v. 20 seguem o mesmo caminho. Ao se referir ao sábio, Paulo deve estar se remetendo aos gregos, notáveis por sua filosofia e sua intensa busca de sabedoria acerca deste mundo. Na visão de Paulo, tal sabedoria não seria suficiente para descobrir os tesouros das realidades espirituais. Poder-se-ia perguntar: Onde está o sábio? Ou melhor, o

que foi feito de sua sabedoria? Deus condenou os considerados sábios a viverem na ilusão. Eles tolamente julgam que podem confiar no próprio pensamento e na própria força para realizar seu próprio destino, mas, na verdade, eles caminham por um atalho infundado e sem sentido que só conduz à ruína. A sabedoria divina salva a alma, é poderosa, leva o redimido a compartilhar da imagem de Cristo. Enquanto que a sabedoria humana enche de orgulho o seu possuidor.

Paulo, ao questionar os escribas, faz alusão aos eruditos do povo de Israel, que eram os estudiosos da lei, técnicos em suas minúcias e ensinavam os preceitos mosaicos ao povo judeu. Os escribas eram os eruditos profissionais, guardiões de todo o conhecimento que o povo israelita julgava importante. Assim como, para os gregos, os grandes filósofos eram o pináculo da sabedoria terrena, para os judeus, quem assumia tal posição eram os escribas. Todavia, tal qual acontecia com os gregos, de nada valia a sabedoria dos escribas, uma vez que esta estava separada de Cristo, que é a sabedoria de Deus. Portanto, nem a lei nem o conhecimento podem salvar a alma perdida, levando o pecador da volta a Deus (CHAMPLIN, 2002, p. 18).

Ao questionar onde se encontra o argumentador deste século Paulo, muito provavelmente está se referindo as escolas gregas dos sofistas e igualmente aos apreciadores do conhecimento humano. Os filósofos, preparados na retórica, na lógica e na metafísica, facilmente conseguiam, por meio de um discurso artificioso, convencer os seus interlocutores acerca de temas tanto confiáveis quanto logicamente inconsistentes. Assim como Sócrates, que tinha uma grande capacidade de debater, argumentar e defender, também havia entre os judeus indivíduos dotados dessas habilidades, embora essa característica pareça aplicar-se com maior intensidade aos gregos. Fica claro, em sua mensagem, que a sabedoria humana independente de sua variedade ou de sua origem, seja ela grega ou judaica. Fora de Cristo, ela se reduz a nada (CHAMPLIN, 2002, p. 18). A sabedoria, por si só, não é necessária para validar a sabedoria de Deus, que é o próprio Cristo e que se manifesta através do plano de redenção por ele realizado.

Para referir-se aos sábios da época, Paulo utiliza-se da expressão “deste século?” de modo a tornar manifesta a diferença entre os portadores do conhecimento, fadados a desaparecer, e a sabedoria provinda do alto, que sempre existiu e continuará a existir pelo séculos sem fim. O termo século trata do

período anterior a era messiânica (cf. Lc 18,30; 20,35), período esse marcado pelo egoísmo humano, por motivos vis, cegueira espiritual, impregnado de irreligião, blasfêmia, abatimento espiritual, ceticismo e desespero (cf. 1Cor 2,6; 2Cor 4,4; Ef 2,2). Trata-se, pois, do nosso próprio tempo, antes da inauguração do período futuro, de grande iluminação divina (CHAMPLIN, 2002, p. 18).

Poderíamos indagar: Não tornou Deus tola a sabedoria do mundo? Deus tornou a sabedoria humana morosa, insensata, estúpida, desde que a luz de Cristo brilhou sobre a humanidade (cf. Rm 1,22-23; Is 19,11; Is 44,25). Portanto, Deus provou ser a sabedoria humana uma insensatez, fraca, ignorante, destituída de qualquer valor espiritual e sem irrelevância frente ao verdadeiro destino da humanidade. Inquestionavelmente, é em Cristo que nós existimos. Lamentavelmente, a sabedoria humana tem se esquecido desta fonte originária. Em seu discurso, quando diz, no próximo versículo (21), “mundo”, Paulo, segundo Barbaglio, não está se valendo de um conceito cosmológico. Trata-se, aqui, de “um sujeito coletivo portador de uma orientação existencial que rejeita a Deus e que deposita sua confiança nos recursos do próprio pensamento e da própria força” (1989, p. 185).

A preocupação de Paulo, de acordo com Morris, é demonstrar que “[...] nenhuma sabedoria humana serve diante de Deus. Sábio, escriba e inquiridor deste século são três expressões típicas para descrever os que são cultos e perspicazes, como o mundo considera a sabedoria” (1981, p. 35). Em poucas palavras, Deus condena a sabedoria deste mundo através da cruz de Cristo crucificado. Aliás, a imensidão simbólica da cruz jamais poderia ser captada pelo conhecimento humano. É por essa razão que Paulo passou por todo um processo de desconstrução de modo a se tornar um instrumento sem igual nas mãos de Deus.

3.1.7.4 A cruz como elemento de unidade e gratuidade

Se a Igreja de Corinto estava dividida em pequenos grupos partidários elitistas que se agrupavam em torno os pregadores cristãos, a tentativa de Paulo de melhorar esta situação com a pregação sobre o Cristo crucificado era bastante válida. Com ela, mostrava como a fé na palavra da cruz era o elemento que unia todos os homens, de diferentes origens religiosas.

Em termos linguísticos, Paulo tenta substituir termos antigos de identificação étnica por um termo simples, significando uma identificação unificada dos membros da comunidade como “os chamados” (v. 24) (MITCHELL, 1992, p. 88). Todos podem ser os chamados, gregos e judeus, desde que creiam que “Cristo é poder de Deus e sabedoria de Deus”.

Para Paulo, o Evangelho é a realidade fundamental que proporciona a medida para todas as outras realidades. Por exemplo, não deveria haver facções em Corinto, porque todos são um em Cristo. A unidade, expressa no batismo e na Eucaristia, permite aos cristãos superar todas suas diferenças. Paulo aborda a questão de como os coríntios deveriam agir mediante a descrição da nova criação que eles se tornaram em Cristo (cf. 2Cor 5,17-20) (GETTY, 2001, p. 196).

Também em nível linguístico, o apóstolo visa sempre às coletividades: o bloco judaico e o conjunto gentílico. Isso nos mostra a dimensão salvífica da cruz de Cristo a contemplar a humanidade inteira, pois, como o próprio termo nos diz, “gentio” é uma “palavra comumente usada para [designar] todos os povos não judeus” (MORRIS, 1981, p. 37).

Esta unidade não se manifesta somente para dirimir as dissensões manifestas entre os grupos elitistas de Corinto, uma vez que provavelmente não representassem a inteireza da comunidade, senão uma pequena parcela de “iluminados”. Com sua pregação, Paulo também acolhia a comunidade de Corinto na mensagem do crucificado, ressaltando a gratuidade da salvação em detrimento dos que se vangloriavam por sua sabedoria.

A cruz, enquanto símbolo de escândalo e fraqueza, atua na dinâmica histórico-salvífica de Deus, revelada em Jesus Cristo crucificado. Paulo, na comunidade de Corinto, constata que os cristãos em sua maioria não possuem nenhum título de grandeza do qual pudessem se vangloriar. Também deixa claro que a comunidade não se destaca pelo nível de inteligência, de peso político ou social, por títulos de nobreza. Poucas são as exceções. As pessoas que constituíam a Igreja de Corinto tinham pouca cultura, baixa condição social, e eram de origem plebeia. Mas, foram exatamente elas as escolhidas e chamadas por Deus pela fé, abrindo-lhes um caminho de salvação (BARBAGLIO, 1989, p. 188).

O projeto de salvação do Pai é pela gratuidade e pelo dom não merecido. Não são dados por méritos pessoais, como: títulos, intelecto, posições sociais e

origem nobre. Nem tampouco garantidos àqueles desprestigiados, como: os incultos, marginalizados e plebeus. Nenhuma posição privilegiada é aceita por Deus. Dessa maneira, a humanidade permanece toda igual, ninguém fica prejudicado, muito menos leva vantagem. Deus fazendo escolha por uns, acaba anulando no campo salvífico os privilégios de outros. De fato, fica sem sentido a orgulhosa auto-elevação por parte daqueles que ostentam seus títulos de glória, como se isso lhes garantissem credencial especial. Portanto, aí, nem a pobreza nem a riqueza são exaltadas. São situações objetivas que Deus, em seu projeto salvífico, julga indiferentes. Deus fica indiferente somente com aqueles que, ante a atitude existencial, querem, de algum modo, impor ou querem transferir para o âmbito da salvação os privilégios de que gozam neste mundo. Deus acaba cobrindo-os de vergonha e anulando essa pretensão (BARBAGLIO, 1989, p. 189).

Paulo sublinha com insistência a gratuidade da ação histórico-salvífica do Pai de Jesus Cristo. Tanto para os incultos ou instruídos, pobres ou poderosos, plebeus ou nobres, desprezados ou admirados, ignorantes ou prestigiados, os cristãos de Corinto adquiriram, pela graça de Deus, um novo ser, em relação à salvação. Puramente por obra de Deus, eles existem em Jesus Cristo, e, por isso, participam da sua vida de ressuscitado. Isso se deve a Cristo, mediador da ação redentora e libertadora de Deus (BARBAGLIO, 1989, p. 189).

3.1.7.5 Raízes vetero-testamentárias da teologia da cruz e sabedoria

O início do v. 19 apresenta uma expressão típica de Paulo: “está escrito”. Como já discutido, o apóstolo muitas vezes recorre à prova escriturística para fundamentar seus argumentos, repetindo esta fórmula em várias passagens da Primeira Carta aos Coríntios, a saber: 1:19; 1,31; 2,9; 3,19; 4,6; 9,9; 9-10; 10,7; 10,11; 14,21; 15,45; 15,54.

No v. 20, as interrogativas que começam com “onde” e terminam com uma pergunta retórica também são uma livre citação do Antigo Testamento: Is 19,12; 33,18; Br 3,16; Is 44,25.

Paulo faz uso deste artifício para evocar verdades importantes do Antigo Testamento e dar força a sua argumentação. Assim agindo, ele registra e torna evidente que o Messias, prometido no Antigo Testamento, é o Senhor do Novo

Testamento (cf. Jo 7,45). Assim, quer evidenciar a continuidade da história salvífica, uma vez que mostra como o Antigo Testamento já condenava a sabedoria humana.

Para demonstrar que a mensagem que esta sendo exposta não é nada nova, ele faz uma alusão direta ao texto do profeta Isaías no v. 19: “[...] a sabedoria dos seus sábios perecerá e o entendimento dos seus entendidos se desfará [κρύψω]” (Is 29,14b). Paulo usa o texto da LXX, mas adaptando de maneira bastante inteligente: o termo κρύψω (esconderei), presente na LXX, é substituído por ἀθετήσω (rejeitarei) palavra que somente aparecerá aqui neste formato no Novo Testamento. Assim, o v. 19 será traduzido como: “De fato, está escrito: destruirei a sabedoria dos sábios e *rejeitarei* a inteligência dos inteligentes” (grifo meu).

Heil (2005, p. 17-18) oferece uma explicação bastante lógica para esta alteração estilística. Segundo o autor, ἀθετέω é usado em outros momentos na LXX, dando uma base semântica para a opção de Paulo⁷: “O Senhor dispersa os planos [βουλας] das nações; Ele rejeita o pensamento dos povos e rejeita os planos dos governantes” (Sl 33,10, grifo meu); “Eu não violarei minha aliança e eu nunca rejeitarei as coisas saídas de meus lábios” (Sl 89,35, grifo meu). O verbo ἀθετέω aproxima estas duas orações pelo campo linguístico, tendo Deus como sujeito nos dois casos. Por sua vez, o Sl 33,10 está ligado a Is 29,14b-15 pelo tema similar e pela palavra βουλή (“Ai daqueles profundamente fazendo um plano [βουλήν] mas não através do Senhor, ai daqueles fazendo um plano [βουλήν] em segredo”, Is 29,15).

Assim, alterando o texto de Isaías pela inserção de ἀθετήσω na posição enfática final, Paulo mostra um conhecimento completamente familiar das escrituras, muito além do contexto imediato do versículo expressamente citado. Além do mais, segundo Heil (2005, p. 18), o uso de ἀθετέω no Sl 32,10 mostrando Deus condenando o pensamento dos povos e das nações, ajuda Paulo a universalizar o texto de Isaías para encaixar-se no contexto da sabedoria do mundo de 1Coríntios.

Diante disto, pode-se dizer que a teologia da cruz e da sabedoria em Paulo tem raízes vetero-testamentárias. No caso de 1Cor 1,17-25, elas são usadas

⁷ Preferiu-se uma tradução livre para os dois salmos que seguem.

para que o leitor identifique que, desde os tempos antigos, o método de Deus se mostra contrastante com o método adotado pela sabedoria humana. O que o profeta Isaías ressalta a respeito dos sábios de Israel é aplicado aos sábios de todo o mundo.

4 REDENÇÃO PELA MORTE E RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Ainda que narre em sentido figurado, o livro do Gênesis, como os demais livros da Bíblia, configura-se enquanto ensino revelado e de valor permanente. Deus colocou o homem e a mulher no jardim do Éden para cultivar e guardar (cf. 2,16) e, no centro desse jardim, Ele colocou a árvore da vida, do conhecimento do bem e do mal (cf. 2,9). Ao homem e à mulher, Ele proibiu de comer o seu fruto. Ambos deveriam buscar auxílio do alto e discernir entre o bem e o mal. No entanto, o orgulho acabou tomando conta do coração de Adão e de Eva. Sentiram-se autônomos, soberanos, e acabaram desobedecendo à ordem do Criador, originando o pecado. Essa desobediência acabou ofuscando a capacidade humana de conhecer a Verdade.

Eis aí, conforme revela o apóstolo Paulo, a causa do pecado: “Pois, tendo conhecido a Deus, não o honraram como Deus nem lhe renderam graças; pelo contrário, eles se perderam em vão arrazoados e seu coração insensato ficou nas trevas. Jactando-se de possuir a sabedoria tornaram-se tolos” (Rm 1,21-22). Em decorrência disso, os olhos da mente deixaram de ver com clareza e a razão se tornou, aos poucos, prisioneira de si mesma. É por isso que a vinda do Cristo Salvador redimiu a razão da sua fraqueza, promovendo a libertação dos grilhões onde ela mesma tinha se algemado (FR, 1998, n. 22). Jesus, o Filho encarnado de Deus, manifesta essa natureza de *lahweh*, trazendo a toda humanidade a salvação. Aqui, Ele mesmo é a vítima, o Cordeiro Imolado, aquele cujo sangue é derramado. A redenção operada por Cristo foi um ato de amor supremo. A cruz é o único caminho para quem quer a redenção.

A redenção é exatamente o restabelecimento da criação pecadora que volta à criação original, à pátria, ou melhor, é “finalmente *paradise regained* [paraíso reconquistado]” (MOLTMANN, 2007, p. 52). Partindo da luz do Antigo Testamento, o termo “redentor” destaca *lahweh* como *go’el* que resgata e salva o seu povo da escravidão do Egito ao ouvir os seus rogos. Como se observa nas Sagradas Escrituras, em particular no livro do Êxodo (cf. Ex 3,7-8), Deus vê, escuta, desce e vem para libertá-los. Ele toma a iniciativa e intervém a favor do povo de Israel: “Eu sou *lahweh* e vos farei sair de debaixo das cargas do Egito, vos libertarei da sua escravidão e vos resgatarei com mão estendida e com grandes julgamentos. Tomar-vos-ei por meu povo, e serei o vosso Deus. E vós

sabereis que eu sou *lahweh*, o vosso Deus, que vos faz sair de sob as cargas do Egito” (Ex 6,6-7).

O texto sagrado relata que os israelitas, tentando escapar da fúria do faraó, viram-se encurralados entre o mar Vermelho e o grande exército dos egípcios e foram salvos quando um vento fez com que as águas recuassem, permitindo com que eles passassem (cf. Ex 14,21-27). Israel se tornou comunidade eleita da aliança de Deus. O Senhor o libertou das mãos dos egípcios e o tomou para si como sua herança (cf. Dt 7,6).

Assim, pois, não se pode perder de vista que Israel “expressa a sua consciência de ter Deus como parente próximo, e que justamente por isto não pode tolerar que os seus, a sua propriedade particular (cf. Ex 19,5), o seu filho primogênito (cf. Ex 4,22) permaneçam escravos, mas intervém para resgatá-los” (SERENTHÀ, 1986, p. 431). O Senhor não abandona o povo que ele redimiou, conquistou e libertou para si. O Deus de Israel sempre foi redentor. *lahweh* é o *go'el* do seu povo, o Redentor-Salvador.

Para que haja uma compreensão referente à intervenção de Deus junto ao seu povo, é preciso mencionar a questão social do povo de Israel veterotestamentário, que sustenta o nome de redentor. Assim, faz-se necessário abordar o processo que levou Israel à ocupação de Canaã. Segundo consta, esse processo “foi complexo e sem dúvida de longa duração, sendo difícil reconstruí-lo em detalhes” (BRIGTH, 2003, p. 179).

Israel recusava a centralização de poder nas cidades-estados que controlavam Canaã. Prosseguiu-se com a criação de uma sociedade composta de “agricultores independentes, a pastores de ovelhas e cabras, artesãos e intelectuais sacerdotais, livres da dominação e interferência dos centros urbanos hierárquicos dos quais emergiu e contra os quais lutou, defendendo o seu próprio sistema” (WINTERS, 1992/2, p. 17). Com esse propósito, Israel rompe com as cidades-estados de Canaã da Mesopotâmia e dá passos importantes, realizando mudanças na sua estrutura social no intuito de colocar a sociedade numa escala de valores igualitária, ainda que não tenha eliminado todas as desigualdades.

É importante salientar que, na história de Israel, sempre houve lutas internas, porém suas estruturas institucionais visavam a igualdade. Dão prova disso as “leis a respeito da posse da terra, a proibição de empréstimos a juros, limitações sobre o poder sacerdotal e novas disposições em torno do sexo e da

morte, além de outras práticas. De todas estas estipulações, uma das mais significativas foi a provisão por ajuda mútua através do *go'el*" (WINTERS, 1992/2, p. 17).

Por outro enfoque, Israel, num período de duzentos anos até sua chegada à monarquia, organizava-se em sistema de tribo. Nesse período, caracterizava-se enquanto destituída de qualquer governo estatal, sem dependência dos povos vizinhos. Israel permaneceu nesse sistema tribal por um longo período. Referindo-se ao mesmo, John Bright diz que tal sistema "persistiu por tanto tempo e que ele forneceu a estrutura dentro da qual suas tradições sagradas e suas instituições características alcançaram sua forma normativa" (2003, p. 203).

Quando as famílias se sentiam ameaçadas pela seca, guerra, enfermidades, morte e etc., havia uma solidariedade dos demais da comunidade no sentido de socorrer os que de fato necessitassem. Diante de vários desafios, as famílias se uniam e formavam "uma *mispahah*, (pl. *mispahot*), amiúde traduzido por clã ou associação protetora" (WINTERS, 1992/2, p. 19). Ela tinha como função a ajuda mútua, o dar por empréstimo sem juros à família que necessitasse: fazer intercâmbios, trocas; dotes matrimoniais; o sacrifício de animais; as celebrações de festas; o ajuste de trabalho e etc. O *go'el* foi o instrumento pelo qual esta ajuda se concretizava.

No *Dicionário Bíblico*, a palavra redenção tem o seguinte significado: "Propriamente uma soma paga pela libertação de um objeto ou de uma pessoa que estava presa" (MCKENZIE, 2008, p. 774). Já o termo *go'el* quer dizer: "aquele que redime que paga o resgate, o resgatador" (SERENTHÀ, 1986, p. 431). É sabido que os israelitas recorriam ao parente próximo, o *go'el* caso um dos grupos caísse na escravidão ou na miséria. Era o *go'el* quem intervinha para libertá-lo.

Tal como registra o livro do Levítico 25,25: "Se o teu irmão cair na pobreza e tiver de vender algo do seu patrimônio, o seu parente mais próximo virá a ele, a fim de exercer seus direitos de família sobre aquilo que vende o seu irmão." Aqui, constata-se a figura do redentor, daquele que liberta, que salda a dívida do devedor, que paga o resgate (cf. 25,47-49). "Ele não faz mediante o pagamento de um resgate; ele o faz pelo seu poder (cf. Dt 7,8; 13,15; 24,18; Mq 6,4)" (MCKENZIE, 2008, p. 775).

É importante assinalar que o *go'el* configurava-se como uma forma específica de uso do direito familiar. Não só dava ao indivíduo o direito legal para agir em favor da família, mas também lhe impunha uma obrigação de ação. Vale mencionar que a noção de redenção, (*apolytroxis*) no hebraico exprime-se pelos verbos *pâda* e *ga'al*. O “verbo *pâdâ* ressalta o preço pago no curso de um intercâmbio (ver. 1Sm 14,45), enquanto que *ga'al* ressalta o laço de sangue que une o redentor e o redimido” (METTINGER, 2008, p. 234). O verbo *ga'al* “foi traduzido pela LXX, 90 vezes por “resgatar”, 45 vezes por, “por em liberdade”, 41 vezes por “libertar, salvar” (ARTUSO, 2008).

O Antigo Testamento apresenta o seguinte registro: “Gozará de direito de resgate, mesmo depois de vendido, e um dos seus irmãos poderá resgatá-lo. O seu tio paterno poderá resgatá-lo, ou seu primo, ou um dos membros da sua família; ou se conseguir recursos, poderá resgatar-se a si mesmo” (Lv 25,48-49). Ainda segundo o Antigo Testamento, o direito do resgate da propriedade (cf. Lv 25,23-24) era igualmente a obrigação do parente mais próximo. Além desse, outro caso de resgate que poderia acontecer era o da viúva, (cf. Dt 25,5-10). A esse respeito, o livro de Rute, no capítulo quatro, trata Booz como o *go'el*, assumindo a obrigação de casar-se com a viúva.

Nessa linha de raciocínio, quando Israel se encontrava exilado na Babilônia, só seriam libertados mediante o pagamento de resgate ou se os governantes suplicassem no intuito obter a libertação. Ciro, o rei da Pérsia, é o ungido de *lahweh*, que era reservado aos reis de Israel e que tornou o título do rei-salvador esperado, para ser o instrumento de Deus para a libertação do povo exilado (cf. Is 45,1-25). Entretanto, o redentor é Deus (cf. Is 52,30).

Todavia, essa libertação do Exílio é considerada um novo Êxodo, acontecimento comparado ao resgate divino de seu povo por meio do primeiro Êxodo do Egito (cf. Is 43,1-4, 14). Ele próprio anuncia a redenção e a libertação do cativo da Babilônia: “Eu mesmo te ajudarei, oráculo de *lahweh*; o teu redentor é o Santo de Israel” (Is 41,14). De igual forma, Isaías 48,20 diz: “Proclamai até os confins da terra e dizei Javé resgatou seu servo Jacó.” Ainda de acordo com o profeta: “Sem paga fostes vendidos, sem dinheiro haveis de ser resgatados” (Is 52,3). Aqui, vale igualmente citar o profeta Jeremias 31,11, quando diz: “Porque *lahweh* resgatou Jacó, libertou-o da mão do mais forte.”

Nesse mesmo sentido, Miquéias também afirma: “Irás para Babel e lá serás libertada; lá *lahweh* te resgatará da mão de teus inimigos” (Mq 4,10b).

Vale reafirmar que a redenção é sem dúvida obra do poder de Deus “Recorda que foste escravo na terra do Egito, e que *lahweh* te resgatou” (Dt 15,15). Segundo Peña (1997, p. 200), “resgatando seu povo do Egito, Javé se revelou seu *go’el*.” A uma ação concreta como pode ser destacado (cf. Sl 19,15; 8,35; Is 44,6; 48,17 etc.), *lahweh* se coloca como defensor do fraco e desamparado como apresenta em Pr 23,11: “Pois o seu vingador é forte, disputará a causa deles contra ti.” Não se pode perder de vista que, ao agir como *go’el* na situação de criador e rei *lahweh*, autor da criação e Senhor de tudo e de todos, Ele não resgata alguém estranho, ou algo que lhe seja alheio; pelo contrário, Ele “reivindica sempre algo que pertence, retoma uma possessão original, refazendo um antigo vínculo de domínio” (PEÑA, 1997, p. 201). Mais tarde a “libertação torna-se objeto da esperança escatológica, quando virá a redenção plena e definitiva (Is 59,20; Sl 130,7-8)” (ARTUSO, 2008).

4.1 A REDENÇÃO EM CRISTO

No Novo Testamento, a palavra redenção aparece em: “termos comerciais de compra e de venda (cf. 1Cor 6,20; 7,23; Gl 5,13; Ap 5,9; 1Tm 2,6). Trata-se de uma metáfora e uma imagem, não de uma descrição realística. Os termos indicam a ligação entre a justificação do homem e a obra redentora de Cristo” (ARTUSO, 2008). Assim como no Deutero-Isaías a redenção está ligada ao perdão dos pecados (cf. Is 43,22-28; 44,21s; 48,9s; 50,1-3; 54,6-8), da mesma forma, no Novo Testamento a redenção promove, a libertação dos pecados, que acontece através da conversão (cf. Cl 1,14). Paulo diz, em sua Carta aos Efésios 1,7, que é pelo sangue de Jesus que temos a redenção. É exatamente esta a ideia presente na Primeira Carta aos Coríntios 1,30 “Paulo diz que Jesus Cristo se tornou para nós justiça, santificação e redenção. Parece então claro que o cristianismo primitivo entende a experiência do perdão e da conversão como realização-êxodo em Cristo Jesus” (ARTUSO, 2008).

É possível dizer que, com a paixão do Nosso Senhor Jesus Cristo, todo o sofrimento humano encontrou uma nova situação. A redenção não se inicia com

Jesus. O Deus de Israel sempre foi um Deus redentor. Jó dizia: “Eu sei que o meu Redentor está vivo” (Jó 19,25). Isto significa dizer: “Sem a redenção, não teria podido revelar-lhe a plenitude do seu significado. Na cruz de Cristo não só se realizou a redenção através do sofrimento, mas também o próprio sofrimento humano foi redimido” (SD, 1988, n. 19)⁸. Deus, na cruz de Jesus, mostra concretamente que Ele é um Deus que perdoa, liberta e redime. Cristo, sem nenhuma culpa, tomou sobre si todo o mal.

Sem dúvida, o custo da redenção humana foi alto. Deus não salvou a humanidade através de vítimas, mas pelo próprio sangue de seu Filho (cf. Rm 3,25). Dito de outro modo, tal resgate não se deu por meio de ouro ou prata, mas pelo sangue precioso de Jesus (cf. 1Pd 1,18s). Contudo, não se trata de um preço pago a alguém. Sobre essa redenção vai dizer Agostinho: “O sangue de Cristo dado por nós como preço do resgate, preço que não enriqueceu mais o demônio quando o recebeu, mas ao contrário, com ele ficou atado” (1984, Livro XIII, cap. 15, n. 19). A redenção operada por Cristo foi um ato de amor supremo (cf. Ef 5,2): “Não pôs seus próprios pecados sobre os ombros de outros, fossem homens ou animais; ao contrário, sustentou os pecados dos outros sobre seus próprios ombros” (CANTALAMESSA, 2011). Ele, “sobre o madeiro, levou os nossos pecados em seu próprio corpo” (1Pd 2,24).

Tenha-se presente que Deus é aquele que assume a dívida do outro, em sentido redentor, sentido de gratuidade. Ele resgata a preço de sangue e salva por amor. E faz desse povo um “povo santo, com pertença totalmente ao Senhor. Não é uma qualidade que possuísse por si mesmo, mas uma condição de vida particular a ele conferida por sua eleição” (A BÍBLIA: Tradução Ecumênica, 1994, p. 279), levando-o a romper com as outras nações.

O Pai manteve, até as últimas consequências, a sua promessa de aliança com os homens. E o fez por meio do seu Filho, que participa até o último instante da nossa situação de pecado e de morte. É o próprio Filho de Deus quem assume o papel de cordeiro imolado: “Está consumado! E, inclinando a cabeça, entregou o espírito” (Jo 19,30). É na cruz que o sacrifício de Jesus é consumado. Por meio dele, o próprio Deus restabelece a perfeita comunhão com o seu povo,

⁸ Todas as citações referentes a JOÃO PAULO II. Carta Apostólica Salvifici Doloris. Sobre o sentido cristão do sofrimento humano. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1988. Seguirão o padrão da sigla ‘SD’.

libertando-o do pecado e devolvendo a paz que a humanidade havia perdido no paraíso: “O sangue da Nova Aliança não serve para afastar a ira de Deus em face da humanidade, mas, ao contrário, mostra até que ponto chegou o seu amor pelo homem: a ponto de dar, no seu Filho, a sua vida (o seu sangue) por nós, homens, e pela nossa salvação” (SERENTHÀ, 1986, p. 428).

Na Epístola aos Hebreus, várias vezes, o sacrifício da cruz é mencionado. Nela, são assinalados como imperfeitos todos os demais sacrifícios antigos. Segundo consta, o sacrifício único de Jesus opor-se-ia aos sacrifícios da Antiga Aliança, repetidos indefinidamente, porque impotentes para causar a salvação. Nesse sentido, pode-se dizer que o sacrifício da Nova Aliança é justamente a cruz, isto é, o Filho dá a sua vida pela salvação dos homens. Esse sacrifício é o próprio Cristo, “de uma vez por todas, oferecendo-se a si mesmo” (Hb 7,27). Essa oferenda única de Cristo coloca-se como centro da história da salvação. Jesus é puro dom de Deus aos homens. O sacrifício oferecido a Deus para a humanidade é o seu próprio Filho - dom supremo. “Ninguém tira minha vida, mas eu a dou livremente, como bom pastor” (Jo 10,18). A redenção operada por Cristo foi um ato de amor (cf. Ef 5,2).

De acordo com a Epístola aos Hebreus, Cristo “entrou uma vez por todas no Santuário, não com o sangue de bodes e de novilhos, mas com o próprio sangue, obtendo uma redenção eterna” (Hb 9,12). Na condição de único sacerdote da nova e eterna Aliança, Ele “não entrou num santuário feito por mão humana, réplica do verdadeiro, e sim no próprio céu, a fim de comparecer, diante da face de Deus a nosso favor” (Hb 9,24). No céu, Cristo continua exercendo esse ministério: “E graças a esta vontade é que somos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, realizada uma vez por todas” (Hb 10,10). É preciso ter sempre em mente que Jesus Cristo “é o centro e o ator principal da liturgia que honra o Pai nos Céus” (CaIC, 1993, n. 662)⁹.

Impróprio seria esquecer que Deus se faz vítima a ser sacrificada, em Jesus Cristo, e depois elevada à dignidade divina. Nesse sentido, deve-se dizer que é o próprio Deus quem se sacrifica pelo homem, entregando à morte seu Filho unigênito (cf. Jo 3,16). Por tais razões, “o sacrifício não mais se destina a

⁹ Todas as citações referentes ao CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1993. Seguirão o padrão da sigla ‘CaIC’.

aplacar a divindade, mas a aplacar o homem, fazendo-o renunciar a sua hostilidade nas relações com Deus e com o próximo” (CANTALAMESSA, 2010).

Na Carta aos Romanos, Paulo, ao se referir à figura de Cristo, faz a seguinte afirmação: “Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar a sua justiça no tempo presente para mostrar-se justo e para justificar aquele que é pela fé em Jesus” (3,25-26). O termo grego “traduzido como propiciação é *hilastérion*. Propiciatório entre os gregos quando se refere aos homens significa a gorja (propina) para corromper e conseguir algum favor. Quando se refere aos deuses era a oferta de sacrifícios para aplacar a ira” (ARTUSO 2008), provocada por uma ofensa. Nesse caso, os sacrifícios expiatórios serviam para abrandá-los.

Durante a festa anual judaica, no grande dia da expiação, também acontecia a aspersão de sangue de animais, cujo o objetivo era promover perdão dos pecados do povo israelita (cf. Lv 16). O apóstolo Paulo vê, nesse rito propiciatório, uma imagem semelhante à do sacrifício do Cristo. Cristo nos oferece o perdão de Deus por meio da fé. Ela é a única forma que nos permite participar do benefício desse perdão e dessa salvação.

Cristo é o instrumento propiciatório. É preciso insistir que o sangue de Cristo cumpriu, na realidade, a purificação do pecado que esse rito só podia significar. Ele é, ao mesmo tempo, o sacerdote e a vítima. No Novo Testamento, não há alusão à expressão “bode expiatório” para indicar Cristo, a vítima inocente. Porém, sem dúvida, lembra Girard, “dispõe de uma expressão igual e superior a bode expiatório que é Cordeiro de Deus (1999, p. 192), que se ofereceu e carregou sobre si as nossas iniquidades, as nossas dores, os nossos sofrimentos, as nossas enfermidades e os pecados de toda a humanidade (cf. Is 53,4).

A necessidade da expiação surgiu da ameaça de que os pecados de Israel (cf. Lv 16,30), caso não fossem expiados, pudessem atrair sobre os israelitas a ira de Deus (cf. Rm 1,18; Cl 3,16; 1Ts 2,16). O propósito do dia da expiação era prover um sacrifício amplo e ilimitado, por todos os pecados que, porventura, não tivessem sido expiados pelos sacrifícios oferecidos no decorrer do ano que findava. Dessa forma, o povo seria purificado dos seus pecados, a ira

de Deus se afastaria de seus domínios e este manteria a sua comunhão com o Senhor (Lv 16,30-34; Hb 9,7).

O fato de Deus querer salvar o seu povo, perdoar seus pecados e reconciliá-los consigo mesmo, fez com que Ele provesse um meio de salvação ao aceitar a morte de um animal inocente em seu lugar. O dia da expiação (heb. *yom hakkipurim*) era o dia mais importante do ano judaico. Nesse dia, o sumo sacerdote vestia o traje sagrado, uma simples túnica e, de início, preparava-se através de um banho cerimonial com água. A esse respeito, basta conferir Levítico 16 e Números 29,7. O sacerdote tomava um carneiro como holocausto pela comunidade e prosseguia com o ritual, sacrificando um novilho pelos seus próprios pecados. Entre dois bodes, a sorte era lançada. Um bode tinha como destino a *lahweh*, o outro a *Azazel*.

A expiação se concretizava com a aspersão do sangue das vítimas no santuário e sobre o altar. Em seguida, as mãos do sacerdote eram colocadas sobre o “bode destinado a *Azazel*, confessando os pecados de Israel: simbolicamente carregado com as culpas do povo, o bode é expulso para o deserto” (MCKENZIE, 2004, p. 330). A eficácia do rito consistia em pensar que os pecados eram expulsos com o bode e que a comunidade ficava liberta deles. Logo após, o sacerdote primeiro trocava suas vestes e depois oferecia os holocaustos. Não se pode perder de vista que quem operava na expiação era o sangue da vítima, que simbolizava a vida. O sangue do sacrifício só era aspergido somente nessa cerimônia no interior do santuário, no Santo dos Santos. O dia celebrado com jejum era o sábado.

Recorrendo à história da criação, Paulo vai dizer que a vinda do pecado acabou por instituir um regime especial de escravidão. Por meio de sua prática, nos tornaríamos escravos do próprio pecado (cf. Rm 6,6), tendo como salário a morte (cf. Rm 6,23). Olhando para a cruz de Cristo, “alguém pagou alto preço pelo vosso resgate” (1Cor 6,20; 7,23), o próprio Jesus: “Se deu em resgate por todos (1Tm 2,6).” Portanto: “Libertar as pessoas da servidão com o pagamento de um preço é exatamente o tipo de coisa que o mundo antigo considera redenção. Paulo vê a salvação como um processo de redenção” (HAWTHORNE, 2008, p. 1050)

Lê-se na Epístola aos Hebreus 9,22, que, “sem efusão de sangue não tem remissão”. Deus não fica satisfeito com o derramamento do sangue, mas

“Ele é um Deus que não pode aceitar que o homem permaneça na desordem do pecado, motivo que o leva a empenhar-se em primeira pessoa a apagá-lo, aceitando todas as suas consequências, até dar a vida (o sangue)” (SERENTHÀ, 1986, p. 439). Tenha-se em mente que o sangue de Jesus Cristo é o ponto principal do conceito de redenção no Novo Testamento (cf. 1Cor 10,16; 11,27; Ef 2,13; 1Pd 1,2; Ap 7,14; 12,11). É sabido que Cristo, ao morrer na cruz, deu seu sangue inocente com o objetivo de retirar nossos pecados e nos levar à reconciliação com Deus (cf. Hb 5, 8; Fp 2, 8; cf. Lv 16).

Paulo, em Primeira Carta a Timóteo 2,6, diz que “Jesus Cristo se deu em resgate por todos.” Foi Cristo quem substituiu toda a humanidade, tomou o lugar dos homens e morreu para libertá-los. Dizer que o “resgate foi pago é forçar as palavras além do que elas se destinam a transmitir. O termo indica que a redenção era cara, não que havia alguém, como Satanás ou demônio, que exigia o pagamento de um preço” (HAWTORNE, 2008, p. 1050). Essa explicação é dada por Santo Anselmo de maneira racional. Ele apresenta uma excelente dedução no que se refere à cruz de Cristo, eliminando qualquer que seja o direito de Satanás e seus “demônios sobre a humanidade ligada ao pecado do homem: Cristo morre não para pagar algo que seja devido ao demônio, mas para restabelecer os direitos de Deus, a honra de Deus (*honor Dei*) lesada pelo pecado” (apud SERENTHÀ, 1986, p. 436).

De igual forma, temos, em Cristo, a redenção eterna: “O véu do Santuário se rasgou em duas partes, de cima para baixo” (Mc 15,38). Temos acesso ao lugar do Santo dos Santos pela sua paixão, morte e ressurreição. Esse era também o lugar sagrado onde estava a Arca da Aliança (cf. Hb 9,4). Agora, está acessível a todos os povos. O perdão dos pecados para os judeus tinha um lugar localizado. Nós somos justificados pela fé mediante o sangue de Jesus derramado.

Paulo liga a redenção à justificação quando diz: “São justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus” (Rm 3,24). O mesmo Senhor trouxe a absolvição (justificação) e também a libertação (redenção): “Pela sua santíssima Paixão no madeiro da cruz mereceu-nos a justificação, ensina o concílio de Trento, sublinhando o caráter único do sacrifício de Cristo como princípio de salvação eterna (Hb 5,9)” (CaIC, 2008, n. 617).

Em Gálatas, o apóstolo Paulo uniu a redenção com a libertação da lei: “Cristo nos redimiou da maldição da Lei tornando-se maldição por nós, porque está escrito: Maldito todo aquele que é suspenso no madeiro” (Gl 3,13). Por tais razões, para libertar os homens da maldição divina que a violação da lei fazia pesar sobre eles, Cristo se fez solidário dessa mesma maldição. A redenção é, pois, obra do poder de *lahweh* (cf. Dt 15,15) ou de seu amor (cf. Sl 44,27).

A encarnação existe por causa da redenção e para levar a criação à plenitude: “Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei, para remir os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial. E porque são filhos, enviou Deus aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abba, Pai” (Gl 4,4-6). Deus, na encarnação do seu Filho Jesus, tem o propósito da redenção dos que estavam sob a lei. Tornando-os filhos, fez com que os escravos adquirissem a liberdade. A redenção tem significado de preço pago e libertação dos pecados: “A redenção não é algo exclusivamente negativo (libertação do pecado); está intrinsecamente ligada ao dom da vida, da aliança com Deus” (SERENTHÀ, 1986, p. 433). Nele e por Ele é que todas as coisas foram feitas.

Como remate, é importante frisar que Jesus Cristo, o Filho de Deus, como homem, “permitiu ao Espírito Santo, que já tinha penetrado até ao mais profundo a sua humanidade, transformá-la num sacrifício perfeito mediante o ato de sua morte, como vítima de amor na cruz” (DV, 1997, n. 40)¹⁰. Em Jesus, de maneira especial na sua Páscoa, “Deus revela definitivamente o seu parentesco conosco: por isso, a morte é redenção, e a obra de salvação realizada por Cristo pode ser qualificada como redentora” (SERENTHÀ, 1986, p. 432).

4.1.2 O ESPÍRITO SANTO NA REDENÇÃO

O salvador anunciado aos povos é Jesus, o Messias de Israel, cheio do Espírito de Deus. Na concepção de Jesus, tudo provém do poder do Espírito Santo, (cf. Lc 1,35). Em seu batismo, no Jordão “presume-se que Jesus tenha

¹⁰ Todas as citações referentes a JOÃO PAULO II. Carta Encíclica sobre o Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo: **Dominum et Vivificatem**. São Paulo: Paulus, 1997. Seguirão o padrão da sigla ‘DV’.

tido uma experiência particular do Espírito e que através dela Ele tenha reconhecido sua própria vocação e missão” (MOLTMANN, 2010, p. 67). O Espírito, como uma pomba, desceu sobre Jesus (cf. Mc 1,10) e uma voz veio do céu: “Tu és o meu Filho amado, em ti me comprazo” (Mc 1,11).

Aqui, é possível ter em mente a vocação do Messias tão esperado pelo povo de Israel, que provém da tradição judaica ligada à dignidade de real, concedido por Deus, segundo o profeta Isaías: “O Espírito do Senhor *lahweh* está sobre mim, porque *lahweh* me ungiu; me enviou-me a anunciar a boa nova aos pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos, a libertação aos estão presos, a proclamar um ano aceitável a *lahweh* e um dia de vingança do nosso Deus” (61,1-2).

Neste Espírito, Jesus experimenta a filiação do Deus de Israel. Jesus também reza ao Pai no Espírito: “Abba, Pai”. Portanto, o “Espírito, deve ser entendido como o sujeito propriamente dito desta especial relação de Deus com Jesus e desta especial relação de Jesus com Deus. Por isso o Espírito também conduz Jesus à história de mútua interação com Deus, seu Pai” (MOLTMANN, 2010, p. 67). Em virtude de sua obediência, Ele aprendeu seu papel de Filho messiânico: “Embora Ele fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento” (Hb 5,8).

As “expressões do “descer” do Espírito sobre Jesus e do “repousar” do Espírito sobre Ele levam a que o Espírito seja entendido como a *shekiná* de Deus” (MOLTMANN, 2010, p. 68). É o autorrebaixar-se do Espírito na pessoa de Jesus e em toda sua história. O Evangelho de João nos diz: “O Pai ama o Filho e tudo entregou em sua mão” (3,35). O Espírito Santo em Jesus é um dom sem medida. É exatamente com Ele e por Ele que começa o Reino de Deus e a nova criação de todas as coisas. O Espírito faz de Jesus o Reino de Deus. Na força do Espírito, Jesus expulsa os demônios e cura os doentes, acolhe os pecadores e leva o Reino de Deus aos pobres. Nunca o faz em benefício próprio, mas do outro (MOLTMANN, 2010, p. 68).

As tentações pelas quais passa não têm como alvo suas fraquezas humanas, mas sua relação com o Deus. É o que podemos observar na seguinte passagem: “Se és o Filho de Deus manda que esta pedra se transforme em pão” (Lc 4,3). O Reino de Jesus é colocado à prova e é justamente aí que Ele recebe sua exata definição. Há de ser um reino messiânico, sem pão para os que

passam fome, sem a libertação de Jerusalém, sem domínio, sem conquistas, por meio da força, sem recursos econômicos, nem mesmo políticos e religiosos. Ele, porém, neste caminho, é conduzido pelo Espírito. Através deste último, aprende e compreende o papel messiânico que lhe é atribuído pelo próprio Espírito de Deus (MOLTMANN, 2010, p. 67).

O Espírito Santo conduz Jesus e o acompanha. Ele também se envolve com o sofrimento e a dor de Jesus e passa ser o seu companheiro. Portanto, o caminho da paixão do Filho é também o caminho da paixão do Espírito. Sua força é mostrada na fraqueza de Jesus. Junto de Jesus, acontece a *kénosis* do Espírito: “Embora o Espírito Santo encha Jesus com as forças vitais de Deus, pelas quais os enfermos são curados, ele não faz de Jesus nenhum super-homem, mas torna parte em seus sofrimentos até a morte na cruz” (MOLTMANN, 2010, p. 68).

A cura realizada por Jesus não se dá em virtude do seu grande poder (cf. Mt 8,17), mas por sua ação vicária: “No entanto eram as nossas enfermidades que Ele levava sobre si, as nossas dores que Ele carregava” (Is 53,4). O Espírito, por sua *shekiná*, liga-se ao destino de Jesus sem se identificar com Ele. Desta maneira, o Espírito de Deus se torna definitivamente o Espírito de Jesus, no qual pode ser invocado e também chamado com o Nome de Jesus. Ele é também o Espírito da paixão e o Espírito do Crucificado. A Carta aos Hebreus nos diz que Cristo se oferece e nos santifica no seu sangue, por um “Espírito eterno” (9,14). Por isso, quem esteve verdadeiramente em ação na paixão e morte de Cristo não foram os romanos, nem tão pouco a morte, mas sim o próprio Cristo, que, pelo Espírito de Deus, é o sujeito de sua paixão e morte (2010, p. 69).

Para João Paulo II, “não existe envio do Espírito Santo (depois do pecado original) sem a cruz e a ressurreição: ‘Se eu não for não virá a vós o Consolador’ (Jo 16,15)” (1997, n. 24). Estabelece-se uma forte e íntima ligação entre a missão e o Espírito Santo e a missão do Filho na redenção. Essa missão do Filho, vale dizer, tem o seu cumprimento na redenção. De acordo com a Encíclica do Sumo Pontífice, a missão do Espírito Santo vai haurir algo da redenção: “A redenção é totalmente operada pelo Filho, como o Ungido, que veio e agiu com o poder do Espírito Santo, oferecendo-se por fim em sacrifício supremo no madeiro da cruz” (1997, n. 24). O Espírito Santo atuou de forma especial nessa autodoação

absoluta do Filho do Homem para transformar o sofrimento em amor redentor. Não se pode perder de vista que essa redenção segue sem cessar operando nos corações e nas consciências humanas na história do mundo inteiro através do Espírito Santo.

João compreende o dom do Espírito feito por Cristo na cruz como sinal da água que lhe sai do lado transpassado (cf. Jo 5,6-7). O Espírito Santo é, portanto, a água que corre do lado do Redentor, cujo coração foi lancetado. Essa água tem poder para “transformar o imenso deserto desta vida: lança-se no grande Mar Morto, que é este mundo pecaminoso, e no pequeno Mar Morto, que é todo ser humano destituído da graça, transformando-os em lugares palpitantes de vida” (CANTALAMESSA, 1998, p. 106).

O Espírito Santo transforma o caos em cosmos. *Veni Creator Spiritus*. Vem, Espírito Criador! “Espírito que vem da cruz de Cristo; o caos não é mais o caos físico, mas o moral, do mal e do pecado; o cosmos não é mais o material, mas a Igreja que é o cosmos do cosmos, isto é, o ornamento do mundo” (CANTALAMESSA, 1998, p. 45). Se, de fato, o pecado rejeitou o amor, gerando na humanidade e em toda a criação o sofrimento, o “Espírito Santo entrará no sofrimento humano e cósmico com uma nova efusão de amor, que redimirá o mundo” (DV, 1997, n. 39).

Nesse sentido, deve-se dizer que, em Jesus Redentor, se concretiza o sofrimento de Deus, manifestando o seu Amor eterno. O Espírito Santo, o Paráclito, convence quanto ao pecado e revela, sobretudo no mais íntimo das consciências humanas, que o pecado é vencido pelo sacrifício do Cordeiro de Deus. Isso se dá em virtude do fato de que Ele próprio tornou-se até a morte o servo obediente. Assim, Ele repara a desobediência do homem, operando a redenção do mundo. Da mesma forma que o pecado gerou o sofrimento, agora, o sofrimento do próprio Deus, em seu Filho Jesus Cristo crucificado, através do Espírito Santo, em sua plena humanidade, diante de um mistério de amor, gera a graça: “Em Cristo, sofre um Deus rejeitado pela sua própria criatura” (DV, 1997, n. 41).

O Amor do Pai e do Filho é a sagrada fonte de todo o bem, do Espírito Paráclito que se derrama dos abismos da Trindade, como rio de amor, e invade nosso ser. Ele reconstrói toda a ruína humana e replanta todo o terreno baldio da alma. O seu fogo é doce chama que se espalha, busca os corações de pedra

para tocá-los e os transforma em um coração de carne (cf. Ez 36,26), capaz de amar: “Como suave aragem, irrompe, e com o sopro nos conforta com o teu amor deífico. Por ti, a ti nos unamos por ti nos prendamos com o vínculo do amor” (CANTALAMESSA, 1998, p. 157).

Com tão grande amor amaste o mundo: “É o amor até o fim (Jo 13,1) que confere seu valor de redenção e de reparação de expiação e de satisfação ao sacrifício de Cristo. Ele nos conheceu e amou na oferta da sua vida” (CaIC, 1993, n. 616). A cruz do Filho é revelação do amor do Pai (cf. Rm 8,32; Jo 3,16) e a efusão de seu comum Espírito no coração dos homens (cf. Rm 5,5). Portanto, é na cruz que se dá a redenção da humanidade. O amor tornou-se incondicional para com todos os homens de todos os tempos (SANTOS, 2006, p. 164).

Concluindo, os fiéis não experimentam a plenitude da redenção nesta vida. Para Paulo, os que receberam o Espírito aguardam “a adoção, a libertação para o nosso corpo” (Rm 8,23). Porém, “as escolhas da vida aqui e agora não serão esquecidas na ressurreição no fim dos tempos. A redenção se estende àquele tempo. Isso é lembrado também na referência paulina a ser marcada com um sinete pelo Espírito Santo.” (HAWTHORNE, 2008, p. 1051). Portanto, “fostes selados para o dia da redenção” (Ef 4,30).

4.2 A KÉNOSIS E A CRUZ

Os cristãos vêem a manifestação da humildade de Deus, de maneira especial, no Crucificado. Se não fosse este evento, dificilmente teria entrada, em nossa consciência, a convicção de uma *Kénosis* divina. É na morte de Jesus que a fé distingue o total derramamento do eu no mundo. A reflexão teológica, partindo desta fé, está cada vez mais aprendendo o autoesvaziamento divino como característica eterna de Deus (HAUGHT, 1998, p. 216).

Esta humildade de Deus é o fundamento até mesmo da criação do universo. A criação é o primeiro ato do autorrebaixamento de Deus. No vir a ser do cosmo, Deus se envolveu com essa criação frágil e finita. Segundo Haught, “o fato de Deus deixar que o mundo exista é tornado possível pela retração da onipotência divina” (1998, p. 216). Deus encolheu seu poder humildemente, abandonando qualquer impulso de manipular eventos ou pessoas (1998, p. 216). Deus descendo até o povo de Israel e teve seu ponto mais alto entregando seu Filho único para a morte de cruz. O evangelista João relata essa graça: “E o verbo se fez carne e habitou no meio de nós” (Jo 1,15).

A encarnação de Jesus não se dá a partir da aristocracia. Ele poderia ter se manifestado na alta sociedade. Mas, encarnou-se na parte baixa da pirâmide social. O Verbo se desvencilhou de sua condição divina (cf. Fl 2,6-7). Balthasar, recorrendo à Patrística, afirma que os santos Padres são unânimes em dizer que a “encarnação se realizou em vista da redenção da humanidade através da cruz” (apud SANTOS, 2006, 161). O autossacrifício de Deus revela a fé na cruz, por cuja ilimitada generosidade o mundo é chamado, mas nunca forçado, a ser.

Em outras palavras, a encarnação parte para a paixão. Jesus Cristo esvaziou-se a si próprio, assumindo a forma de servo, tornando-se, na aparência e no modo de se comportar, um homem como os outros – exceto no pecado. Humilhou-se a si mesmo, assumindo a forma de escravo. Fez-se presente no meio dos seus discípulos como aquele que serve (cf. Lc 22,27), ou melhor, aquele que lava os pés dos seus discípulos (cf. Jo 13,1ss). Ele vai até o fim das exigências do amor que inspira este serviço (cf. Jo 13,1; 15,13).

Jesus se esvazia de toda a pretensão de poder da categoria social. Renuncia a tudo de especial que o mundo poderia lhe oferecer como Filho do Homem. Abdicou de todos os privilégios e se esvaziou de si mesmo. Ele não

usou o poder em benefício próprio, mas em benefício do outro. Jesus, na verdade, não é um conceito teológico ou filosófico, mas é o servo sofredor (cf, Is 53). O Filho do Homem veio para servir. Na realidade, sua grandeza reside exatamente aí. A cruz expressa o amor ilimitado de um Deus que, em função desse próprio amor incondicional, dá-se de si mesmo, a ponto de se esvaziar, revelando-se na fraqueza: “O esvaziamento de Jesus capacitou-o a assumir a humanidade” (CASAGRANDE, 1997, p. 500). Assim, tratado como um facínora (cf. Lc 22,37), Ele morre, segundo Paulo, uma morte de cruz.

Em Filipenses 2,7, lê-se que Cristo, “esvaziou-se a si mesmo”. Deus, no seu infinito amor, aniquilou-se, esvaziou-se de si mesmo. Do grego veio o termo *Kénosis*, que significa esvaziar. Cristo, feito homem, despojou-se livremente não da sua natureza divina, mas da glória que, por direito, lhe era conferida, glória essa que ele possuía desde a sua preexistência (cf. Jo 17,5).

Durante a audiência geral, na quarta-feira de 27 de junho de 2012, Bento XVI comentou que “Jesus fez justamente o contrário: encontra-se na condição de Deus mas se abaixa à condição humana para redimir Adão que está em nós e restaurar a dignidade que o homem havia perdido”. Convém ressaltar que a glória de Cristo deveria resplandecer sobre a sua humanidade (cf. a transfiguração, Mt 17,1-8). Porém, Ele preferiu privar-se dela para recebê-la apenas do Pai (cf. Jo 8,50-54), como preço do seu sacrifício.

No sofrimento de Jesus, na *Kénosis* total, aparece a glória de Deus: “Para fazer brilhar o conhecimento glória de Deus, no que resplandece na face de Cristo” (2Cor 4,6). Isso não significa, para von Balthasar, a eliminação do realismo da paixão. Muito pelo contrário: “Não há que adoçar o que se refere à cruz de Cristo, como se o crucificado, sem sofrer comoção alguma em sua união com Deus, se tivesse dedicado a cantar salmos e tivesse morrido na paz de Deus” (apud LADARIA, 2005, p. 84).

Para concluir, pode-se dizer que Jesus “esvaziou a sua vida na morte” (BARBAGLIO, 1991, p. 376). A sabedoria de Deus é a *Kénosis*, a sabedoria do amor. Para Bento XVI, em sua catequese do dia 27.06.2012, a encarnação e a cruz mostram “que a plena realização está em conformar a própria vontade humana naquela do Pai, no esvaziar-se do próprio egoísmo, para preencher-se do amor, da caridade de Deus e assim se tornar realmente capaz de amar os outros”. É possível vermos agora com mais clareza na paixão e na crucificação

de Jesus a imagem iluminadora e salvificante de um Deus vulnerável, sofredor que, por amor ao mundo, renuncia a qualquer privilégio de onipotência coercitiva e entrega o eu divino ao mundo num ato de absoluto autoabandono. A teologia baltasariana entende que o fundamento na qual Jesus renunciou à sua glória, tomou nosso lugar até a descida aos infernos e atravessou o abismo da morte sem perder sua identidade foi o Amor Trinitário: “O Pai, enviando e abandonando o Filho, o Espírito unido na separação e na distância. A filiação divina de Jesus, inseparável do Pai e do Espírito” (apud. PIKAZA, 1988, p. 87).

4.2.1 A CRUZ É BENÇÃO E NÃO MALDIÇÃO

Quando o homem e a mulher se unem profundamente a Cristo através deste instrumento de batalha e vitória que é a cruz, a vida de Cristo encarna-se na sua própria vida, mudando o viver, de modo que o próprio sofrimento perde a conotação de maldição e se torna bênção. É preciso salientar que a cruz acaba com todos os esquemas de maldição da lei (cf. 1Cor 3,13; Dt 21,23) e se torna fonte de toda benção. Prado nos alerta que quem não crucifica também sua confiança em qualquer esquema ou estrutura para entrar na aventura total está esvaziando a cruz de Cristo (1993, p. 72).

Cristo transformou a significação da cruz. Antes, ela era sinal de suplício, maldição. Com sua morte na cruz, ela se torna sinal de salvação, de redenção: “Com a cruz, Cristo inverteu a lógica da violência, derrotando-a. No entanto, esta continua predominando nas relações humanas, dos poderosos contra os fracos e, infelizmente, entre o homem e a mulher” (CANTALAMESSA, 2010).

Em síntese, Cristo se fez maldito, entregando-se à morte sobre a cruz. Deixando-se pregar no madeiro, destruiu em sua própria pessoa o documento que trazia a nossa dívida e que nos condenava. Trata-se, aqui, de uma referência à lei de Moisés, aos mandamentos que indicavam a conduta certa do homem, mas que não podiam dar a vida nem o poder para obedecer a Deus (cf. Gl 3,21). Toda a sentença contra a humanidade foi cravada na cruz e, por isso, definitivamente em Cristo abolida. Deus estabeleceu algo melhor por meio de Cristo e, através do seu Espírito, o cancelamento de toda a dívida. Jesus Cristo

triunfou, espoliou e colocou ao ridículo todas as forças e poderes do mundo satânico (cf. Cl 2,14-15).

4.2.2 A VIDA DOS REDIMIDOS

Paulo lembra à comunidade de Corinto que: “Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate; glorificai, portanto, a Deus em vosso corpo” (1Cor 6,20). A libertação foi realizada pelo “sangue precioso de Cristo” (1Pd 1,18). Em sua vida, em sua paixão e em sua morte, tornou-se, em pessoa, o preço da salvação. Por isso, a redenção tem efeitos na experiência do dia-a-dia do homem e no seu modo de viver. Fomos comprados por um preço, por isso o alerta de Paulo: “Não vos torneis escravos dos homens” (1Cor 7,23). Conforme atesta Hawthorne (2008, p.1051), “os redimidos pertencem a Deus; eles não devem procurar ser escravizados a opiniões humanas”.

Em suma, é indubitável que “não é a ciência que redime o homem. O homem é redimido pelo amor. Isto vale no âmbito deste mundo interior. Quando alguém experimenta na sua vida um grande amor, conhece um momento de redenção que dá um sentido novo à sua vida” (SS, 2008, n. 26)¹¹. Por tais razões, o ser humano precisa do amor. Ele necessita daquela certeza absoluta, plena, que o faz exclamar: “Nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Rm 8,38-39).

4.2.3 A CRUZ NA VIDA DO CRISTÃO

No Novo Testamento, o próprio Jesus é quem afirma o simbolismo teológico da cruz. A cruz não é somente de Cristo, mas também daqueles que desejam ser discípulos do Mestre. Tal registro pode ser encontrado nos Evangelhos sinóticos de Mateus 10,38; 16,24; Marcos 8,34; e Lucas 9,23; 14,27.

¹¹ Todas as citações referentes à BENTO XVI. Carta Encíclica *Spe Salvi* sobre a esperança cristã. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. Seguirão o padrão da sigla ‘SS’.

Esse simbolismo reaparecerá somente uma vez nos escritos de Paulo. Jesus disse que aqueles que desejarem segui-lo deverão tomar a sua própria cruz, perdendo, assim, a própria vida para conquistá-la. Jesus, na verdade, é sinal de contradição (cf. Lc 2,34). Não que Ele queira discórdias, porém, elas são provocadas em virtude da escolha que se exige. Seguir Jesus exige a “negação de si mesmo” (Mc 8,34). Para Edith Stein, “corresponder a esse imperativo significa abrir luta contra a natureza humana; significa tomar sobre si a própria cruz e entregar-se à crucificação” (2008, p. 48).

Jesus lança um desafio: “Se alguém quiser servir-me, siga-me... o meu Pai o honrará” (Jo 12,26). É preciso insistir: “Se alguém quiser participar das promessas de vida eterna, se alguém desejar a ressurreição, ponha-se no mesmo caminho de Jesus, tente viver como Jesus viveu, faça o projeto de Jesus o seu propósito fundamental” (BOFF, 1986, p. 51). Foi isso que Ele ensinou aos seus discípulos e a toda a multidão, logo após o primeiro anúncio da Paixão: “Se alguém quiser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Mc 8,34).

O requisito do despojamento foi exigido por Jesus em relação aos doze discípulos. Quando Jesus chamou a Simão Pedro e o seu irmão André, eles deixaram as redes e o seguiram (cf. Mt 4,20). Não foi diferente quando Jesus chamou a Tiago e o seu irmão João. Eles deixaram imediatamente o pai, o barco e o seguiram (cf. Mt 4,22). Quando Levi foi chamado por Jesus, ele se levantou, deixou tudo e o seguiu (cf. Lc 5,28). Quando se encontrou com o jovem rico – que já guardava os mandamentos (cf. Ex 20,16-22) –, Jesus lhe pediu algo inédito. Pediu-lhe que se desapropriasse de toda a sua riqueza, vendesse o que tinha, desse o valor obtido aos pobres e, só então, o servisse (cf. Mc 10,17-21). Para alguns, Jesus pediu que deixassem tudo efetivamente; para outros, que deixassem afetivamente, exemplo Zaqueu (cf. Lc 19,1-10).

O evangelista Lucas 14,26 diz: “Se alguém vem a mim e não odeia seu pai e sua mãe, mulher, filhos, irmãos, irmãs e até a própria vida não pode ser meu discípulo”. Nesse texto, é destacado o máximo da radicalidade. Daquele que quer ser seu discípulo, Jesus exige exclusividade. Ele determina até mesmo a renúncia aos laços familiares e também à própria vida. No hebraico, o verbo odiar expressa o desapego e a indiferença dos familiares. É bem verdade que, ao fazermos opção preferencial por Cristo, corremos o risco de renunciar aquilo que

temos de mais caro e, de maneira especial, de romper com aqueles com os quais temos vínculos de sangue – isso, se acaso e de alguma forma, se colocarem como obstáculo para seguir Jesus.

Cumpra observar que, para entrar no Reino, deve-se necessariamente passar pelo: chamamento, despojamento e seguimento. É impossível ter acesso ao Reino sem seguir a Jesus e ninguém pode segui-lo se Ele não o chamar. O chamado leva o discípulo a despojar-se e tal despojamento o habilita a tomar a cruz e a refazer o mesmo itinerário de Jesus (PEÑA, 1991, p. 221).

Paulo insiste constantemente que Cristo é aquele que resgatou a humanidade e ser cristão é testemunhá-lo verdadeiramente com a própria vida. É renunciar a si mesmo e “imitar a Cristo pela cruz” (KEMPIS, 1979, livro terceiro, cap. 56). É se tornar imitador de Cristo, sendo outro Cristo, e ser um imitador de Deus Pai. O que Jesus falava era caminho de vida, dele e de quem assumiu o seu “segue-me”.

Na cruz, estão presentes: o sofrimento (cf. 1Pe 2,21; 4,13), a morte (cf. At 10,39), a vergonha (cf. Hb 12,2), a zombaria (cf. Mt 27,39), a rejeição (cf. 1Pe 2-4) e a renúncia pessoal (cf. Mt 16,24). Jesus convida a cada um a carregar a sua própria cruz, perdendo, assim, a vida para conquistá-la (cf. Mt 10,38; Mc 8,34; Lc 9,23; 14,27). Quando aquele que crê toma a sua cruz e segue a Cristo, ele nega-se a si mesmo, há um total desprezo pela própria vida, pelo bem estar, pelas posses pessoais, a tudo aquilo a que se estava apegado. E, tomado de um grande desejo, decide abraçar e lutar contra todo pecado (cf. 1Pd 4,1-2), crucificando as paixões humanas (cf. 1Pd 2,11; Gl 2,20; Rm 6,8-13; Tt 2,13).

A cruz é o caminho para quem quer a redenção. O cristão deve morrer para o pecado se quer ver a glória de Deus manifestar-se em sua vida, ou seja, se quiser repetir a experiência de Moisés (cf. Ex 33,18-23). Ele deve praticar o amor aos que o odeiam e amar os seus inimigos, fazer o bem a quem lhe faz o mal, dar o perdão a quem profundamente o feriu.

Assumir a cruz de Cristo é permitir que o amor de Deus, através dos gestos e atitudes, penetre em todos os abismos da alma e leve ao encontro do outro. João registra que necessitamos ser *go'e*l na vida outro, oferecendo “nossa vida pelos irmãos” (1Jo 3,16) e sendo também, ao mesmo tempo, uma graça e uma dívida de amor.

Nessa linha de análise, chega-se ao pensamento no qual o amor incondicional de Deus é que redime a humanidade. A força do amor leva o homem a sair de si e a se dar aos outros. Só assim acontecerá a superação da pessoa humana ao requerer a “epifania do Outro” (LÉVINAS, 1993, p. 46). Quem faz uma experiência da cruz com o Ressuscitado tem uma experiência do despojar: “O episódio do lado transpassado atesta sua fecundidade e chama a contemplar o Crucificado” (LACOSTE, 2004, p. 1321).

O reflexo do ensinamento de Paulo introduz a presença da cruz na vida do cristão. Não fica somente no ensino que busca o poder da cruz de libertar a humanidade do pecado e do egoísmo, da morte e dos laços terrenos veterotestamentários, mas ultrapassa os limites do entendimento humano e aplica o seu ensino no poder do “sangue da cruz” à nova aliança por ele estabelecida, e a necessidade dos cristãos viverem unidos uns com os outros (cf. Ef 2,13-14).

Segundo o Apóstolo Paulo, todo o batizado foi “crucificado com Cristo” (cf. Gl 2,19ss; Rm 6,1-11; Cl 2,11s). Por isso, o cristão, para fazer parte do amor e da obediência de “Cristo na cruz, deve morrer constantemente ao pecado e ao egoísmo, que impedem de amar a Deus e de amar os homens, bem como de possuir a alegria e a paz que se irradiam da vida ressuscitada do Senhor (cf. Cl 3,2s)” (FIORES, 2005, p. 252).

Não há outra maneira de evangelizar a não ser assumindo a sabedoria da cruz. E, para assumi-la, só os que tiverem os corações transformados pela obra do Espírito vão conseguir aceitar a sabedoria de Deus e o seu poder verdadeiramente revelado no Evangelho (cf. 1Cor 1, 20-24; 2, 6-16). Deus age, salva e resgata na medida em que a cruz de Cristo é pregada e vivenciada.

Para os judeus, a circuncisão era o sinal de relacionamento pactual com Deus (cf. Gn 17,9-14). Simbolizava a separação do pecado e de tudo aquilo que era impuro. A opção por não se circuncidar um varão era uma violação à lei. Mas, para Paulo, a verdadeira circuncisão é aquela feita no coração, humilhado e arrependido, não aquela feita pelas mãos dos homens (cf. Rm 2,29). Trata-se de uma circuncisão espiritual. É o despojar-se da carne: “Circuncidai, pois o vosso coração e nunca mais reteseis a vossa nuca! Pois *lahweh* vosso Deus, é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, poderoso e temível, que não faz distinção de pessoas, nem aceita suborno” (Dt 10,16-17).

Deus cancelou a dívida que a humanidade tinha consigo pregando Cristo na cruz, isto é, fazendo-o vítima para o pagamento dessa dívida (cf. Cl 2,14). É pela cruz de Cristo que “Paulo é crucificado para o mundo e o mundo é crucificado para Paulo (cf. Gl 6,14). Essa metáfora indica uma renúncia completa: o mundo é a cruz sobre a qual a vida de Paulo é sacrificada” (MCKENZIE, 2008, p. 204).

Para finalizar, a cruz, no sentido simbólico e também teológico, “é resumo da verdadeira vida cristã” (BORN, 2004, p. 338). Em Gálatas 6,14, Paulo relata que a única causa pela qual ele deve gloriar-se é a cruz de Cristo. Isto porque a redenção veio através da cruz. Na verdade, para que o homem participe dessa redenção, será preciso que ele carregue a sua própria cruz.

4.2.4 O SOFRIMENTO

O sofrimento humano continua suscitando a eterna pergunta: por quê? Para muitos, constitui obstáculo intransponível para a fé, já que propicia a oportunidade de poder acusar o próprio Deus. Aqui, temos como finalidade apenas ressaltar como a cruz derrama luz sobre o escândalo do sofrimento.

Profundamente sensível ao sofrimento do homem, a resposta cristã é inserida em um ato de “compaixão”. Deus, em seu Filho Jesus Cristo, vem compartilhar este sofrimento, tanto físico quanto moral e espiritual; vem carregar em sua carne a dor da agonia de uma morte cruel. No entanto, Ele o faz não por amor ao sofrimento, mas por amor à pessoa humana que sofre. Deus se solidariza com o sofrimento humano. O amor e a verdade falam por si próprios, já são em si consolo. Seja qual for o sofrimento que o ser humano possa estar enfrentando - mesmo diante de tantas tragédias humanas, como foi Auschwitz -, pode ser dirigido o olhar para a cruz.

Constata-se que Jesus, não sacraliza o sofrimento; não lhe confere valor salvífico. O sofrimento em si mesmo continua sendo um mal; mais facilmente pode gerar a revolta, a degradação do ser, o dobrar-se sobre si mesmo, o masoquismo, do que a superação. Não é a quantidade do sofrimento do Cristo que nos salva, não é também a sua morte, mas a maneira como ela se efetiva; o

ato de amor e o dom de si mesmo com que Jesus viveu em grau extremo o sofrimento de sua morte (PIKAZA, 1998, 211).

Aquilo que era fruto do ódio e do pecado, ele fez algo semelhante ao combustível da caridade. Jesus transformou o sentido do sofrimento. Ele tomou sobre si o sofrimento, para passar ao mundo da ressurreição e, para fazê-lo desaparecer. No cristianismo, contagiante do seu amor deu a toda pessoa humana à possibilidade de sofrer com Ele, vivendo também a conversão do sofrimento. Portanto, a nossa liberdade tem como proposta diante do sofrimento, não deixá-lo sem-sentido, mas em dar um novo sentido. É verdadeiramente uma lição de vida, todos os que aceitam a força necessária para morrer com Cristo e como Cristo (PIKAZA, 1998, 212).

A dor humana permanecerá sem resposta até que não for reconhecido e levado a sério o seguinte dogma fundamental da fé cristã: aquele que contemplamos sobre a cruz é Deus “in persona”. Trata-se de Jesus de Nazaré, Deus e homem, o Filho do Pai Eterno, definido no Concílio de Nicéia, o próprio Deus, dotado da mesma substância do Pai. Para assegurar a alguém que certa bebida não contém veneno, é preciso bebê-la por primeiro. Foi exatamente o que Deus fez com os homens. Ele tomou o cálice amargo da paixão. Portanto, não pode ser assim tão envenenado o sofrimento humano, não pode ser apenas negatividade, perda, absurdo, uma vez que o próprio Deus escolheu prová-lo. No fundo do cálice, há uma pérola: a Ressurreição: “Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós” (Rm 8,18) (CANTALAMESSA, 2011).

Depois de Jesus, aqueles que têm dado a Ele o seu belo testemunho e que tem bebido do cálice são os mártires empolgados pela “mística do sofrimento” (SOLDER, 1985, p. 98). Jesus propõe aos seus discípulos o desafio de “passar pelas mesmas consequências da práxis libertadora segundo o Reino de Deus: contradição, perseguição e morte” (EICHER, 2005, p. 147). “Se eles me perseguiram também vos perseguirão” (Jo 15,20). Irineu de Lião escreve contra os gnósticos e parte do princípio de que Cristo não exigiria de seus discípulos sofrimentos que Ele mesmo não tivesse experimentado (1995, Livro III 18,5-6, p. 332-334).

Aquilo que foi reservado ao próprio Cristo será igualmente reservado àqueles que amam a Deus: “destinados a testemunhar o caminho da morte, a Via

Crucis de Jesus, e também a sua ressurreição” (BARTH 2009, p. 497). Certa vez, ao escrever uma Carta aos Efésios, Santo Inácio de Antioquia argumentou ainda não estar “aperfeiçoado em Jesus Cristo”. Porém, quando fez o caminho para o seu próprio martírio, de livre submissão, ele fez a seguinte confissão: “Só agora estou sendo iniciado no discipulado” (apud SLANE, 2007, p. 220). São Pedro Crisólogo, em um dos seus sermões, fez a seguinte afirmação: “Deus não quer a morte, mas a fé: ele não tem sede do teu sangue, mas do teu sacrifício; não se aplaca com a morte violenta, mas com a vontade generosa” (apud LITURGIA DAS HORAS II, 2000, p. 696).

A proposta para seguir as pegadas do Mestre é o caminho de união com o Crucificado, no amoroso suplício da cruz. Só é possível nascer um homem novo ou uma mulher nova na cruz, trazendo no corpo os estigmas do Cristo. “Basta-te o Cristo crucificado, com Ele padece e descansa” (apud STEIN, p. 228). São João da Cruz diz que: “se quiseres chegar à posse de Cristo, jamais o busques sem a cruz” (apud STEIN, 2008, p. 228).

Deus sofre com aquele que sofre: “A vida e o sofrimento de Jesus estão dizendo que Deus não está separado dos sofrimentos da humanidade” (ROSSI, 2011, p. 134). Deus participa da nossa história. A história do sofrimento da humanidade é também a história do sofrimento de Deus. Ainda conforme Moltmann, “um Deus que não permite sentir o sofrimento também não pode nos entender” (1997, p. 66).

Só um Deus sofredor é capaz de ajudar. Muitas vezes, associamos o sofrimento ao fracasso. Dietrich Bonhoeffer, a partir de sua experiência pessoal no campo de concentração nazista, sustenta que as Sagradas Escrituras levam os seres humanos para um Deus sem poder e sofredor. É precisamente sendo fraco e sem poder no mundo que Ele pode estar conosco e nos socorrer (BONHOEFFER, 1968, p. 173). Deus, na verdade, não é fraco, ele se torna fraco por amor. Essas reflexões de Bonhoeffer trouxeram contribuições para a reformulação teológica contemporânea da imagem de Deus.

Muitos teólogos falam de forma provocativa da impotência de Deus. Mas Edward Schillebeeckx, ao tratar deste assunto, em vez de fraqueza ou impotência, apresenta indefensibilidade ou vulnerabilidade de Deus. Não podemos negar que Deus é poderoso para enfatizar a humildade divina (apud HAUGHT, 1988, p. 30). Os que se tornam vulneráveis na visão Schillebeeckx

são na verdade capazes de desarmar poderosamente o mal. Deus permanece poderoso, mas o poder, a capacidade de influenciar a realidade ou produzir efeitos significativos é redefinido pela decisão divina de permanecer indefeso em face do nosso uso humano do poder para oprimir (apud HAUGHT, 1988, p. 30).

Quando um inocente morre, o Deus da cruz se solidariza com ele. Na verdade, não como um juiz distante e estranho, como se fosse um simples espectador insensível ao sofrimento, mas um Deus vizinho. O Senhor é um Deus cheio de compaixão. Ele fez da dor de toda a humanidade a sua dor, exatamente para lhe dar sentido e consolo (FORTE, 1991, p. 40).

João Batista, ao apresentar Jesus ao mundo, diz: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!” (Jo 1,29). O cordeiro, em outras culturas, simboliza o inocente, ele é tão inofensivo que não faz mal a ninguém. Pedro, em sua Primeira Carta, seguindo esse simbolismo, chama Cristo de “o cordeiro sem defeitos e sem mácula” (1,18), e diz que embora ultrajado, não respondia com ultrajes, e sofrendo não ameaçava com vingança. Jesus é, na verdade, o inocente que sofre (CANTALAMESSA, 2012).

Antes de tudo, temos que nos colocarmos em uma atitude de humildade, porque se a fé não é capaz de explicar a dor, muito menos o será a razão. Não seriam suficientes as nossas pobres explicações diante de algo tão puro e misterioso como a dor do inocente. A resposta do cristianismo a esse problema está contida em um nome: Jesus Cristo! Jesus não veio para dar grandes explicações sobre a dor, mas veio para tomá-la em total silêncio sobre si (CANTALAMESSA, 2012).

Alves também vai dizer que “Deus não é a explicação das dores do mundo. Ao contrário, Ele é o poder permanente que nega a justiça e o direito de sofrer na história sendo ele mesmo: o Deus que sofre” (1969, p. 117). Esse dilema é apresentado na primeira carta aos Coríntios, na qual é o próprio Filho de Deus crucificado. É exatamente esse acontecimento histórico que João Paulo II, na sua Encíclica *Dominum et Vivificantem* (18 de maio de 1986), faz menção: Se o pecado fez aparecer o sofrimento, então a dor de Deus no Cristo crucificado encontrou por meio do Espírito Santo a sua mais plena expressão humana. Aqui temos diante de nós um mistério paradoxal do amor: em Cristo, Deus sofre (DV, 1997, n. 41).

Bento XVI, em sua Encíclica *Spe Salvi*, cita Bernardo de Claraval que faz uma brilhante afirmação: “*Impassibilis est Deus sed non impassibilis* - Deus mesmo não pode padecer, mas ele pode se compadecer” (SS, 2008, n. 39). O ser humano é tão importante para Deus que Ele mesmo se fez humano, para poder sofrer junto com ele, plenamente real em carne e sangue, exatamente como nos foi mostrado no decorrer da história da Paixão de Jesus.

Se o sofrimento não estiver unido ao sofrimento de Cristo, será tão somente dor e não salvador. Entretanto, se ele estiver unido ao sofrimento de Cristo, será iluminado, frutificará e terá sentido. O sofrimento sozinho é só dor e pode levar à morte. As pessoas que experimentam o sofrimento em vida, tendo uma experiência com a redenção e a cruz de Cristo, deixam-se transformar, libertando-se da dor para a vida sob diferentes formas e direções. As pessoas que sofrem sem Cristo, vivem somente a experiência da dor, vazia e infrutífera. A cruz, na vida do cristão, é experiência de salvação e essa é a diferença de se experimentar o sofrimento enquanto dor e castigo. Fica impossível tirar a cruz da vida do cristão.

O sofrimento promove conversão à pessoa que reconhece a misericórdia divina nesse chamado e nesse tempo à penitência. A resposta ao sofrimento foi dada por Jesus na cruz, foi o amor revestido de uma nova dimensão, nova ordem: “Pois Deus amou tanto o mundo que entregou seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3,16). Aquele amor que cria o bem, “tirando-o mesmo do mal, tirando-o por meio do sofrimento, tal como o bem supremo da redenção do mundo foi tirado da cruz de Cristo e nela encontra perenemente o seu princípio. A cruz de Cristo tornou-se uma fonte da qual brotam rios de água viva” (SD, 1988, n. 18). É mediante o sofrimento que Ele realiza a redenção e pode dizer: “Está consumado” (Jo 19,30).

A cruz é vitória para o cristão e redenção ao amor. Ela é a resposta para o sofrimento humano. A cruz é um acontecimento que se dá através do encontro do próprio Deus com o sofrimento. Trata-se de um ato de liberdade divina, que mantém juntas as duas faces do sofrimento, seu horror, exatamente porque se trata do sofrimento do justo e do inocente, e também sua beleza. Jesus sofre por amor. Ele ama sofrendo e sofre amando (PIKAZA, 1998, p. 212).

O plano de salvação de Deus é para todos. A salvação é gratuita. O próprio Deus dá oportunidade para a participação da experiência da cruz, abrindo

o céu. Passar pela cruz é sair vencedor, ficar na superação e não esperar. O falar da redenção deve ser o trabalho diário de todo aquele que crê. Buscar a cruz deverá ser nossa liberdade. Segundo Rubio, o cristão, na verdade, não anda procurando o sofrimento, mas é dever dele se comprometer a lutar para ajudar a superá-lo, como Jesus (1994, p. 90-91), deixando rastros impressos neste mundo, rastros de amor, de misericórdia, de cuidado e, assim, saborear o mistério da vida.

Por isso, quem se esvazia de si mesmo permiti Deus nascer em si. Na práxis da espiritualidade, temos profundamente o encontro do Absoluto. De maneira especial, ao nos esvaziarmos, experimentaremos o Crucificado presente neste mundo que chora e lança o seu clamor: “Tenho fome, estou na prisão, estou nu” (Mt 25, 31-46). No dizer de João da Cruz, no entardecer da vida, só seremos avaliados no amor.

Muitas pessoas sofrem e morrem ao nosso redor com catástrofes naturais. O que podemos oferecer aos que não crêem, além da certeza da nossa fé de que há um resgate para a dor? Podemos sofrer com os que sofrem chorar com quem choram (cf. Rm 12,15). Jesus chorou antes de anunciar a ressurreição e a vida a Lázaro (cf. Jo 11,35). Com a globalização, a dor do povo se torna a dor de todos, suscita a solidariedade coletiva. Temos uma oportunidade de descobrirmos que somos uma família humana, ligada no bem e no mal. Ajuda-nos a superar as barreiras de raça, cor e religião e a reconhecer que os furações e os terremotos e outros desastres que atingem a humanidade não são castigo de Deus. Servem de alerta, advertência quanto ao fato de que a ciência e a tecnologia não são suficientes para salvar (CANTALAMESSA, 2011).

Na morte de Jesus, também houve um terremoto: “O centurião e os que com ele guardavam a Jesus, ao verem o terremoto e tudo mais que estava acontecendo, ficaram muito amedrontados e disseram: De fato esse era Filho de Deus” (Mt 27,54). Mas, a Palavra diz que houve um terremoto ainda maior na Ressurreição: “E eis que houve um grande terremoto, pois o Anjo do Senhor, descendo do céu e aproximando-se, removeu a pedra e sentou-se sobre ela” (Mt 28,2). Essa dinâmica se perpetuará: depois de cada terremoto de morte sucederá um terremoto de ressurreição de vida (CANTALAMESSA, 2011).

O olhar do cristão deve estar sempre direcionado para Jesus crucificado, ressuscitado, deixando-se despir da vida velha para nascer de novo. Por isso,

estejamos atentos a estas belíssimas palavras do nosso Mestre que encerram toda a perfeição da vida cristã: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Mt 16,24). Carregar a própria cruz não significa buscar sofrimentos. Cristo não veio para colocar sobre os nossos ombros cruces, mas para dar um significado. Por isso: “quem busca Jesus sem a cruz, encontrará a cruz sem Jesus, ou seja, de todos os modos encontrará a cruz, mas sem a força para carregá-la” (CANTALAMESSA, 2007).

Em síntese, o cristão, antes mesmo de sofrer com Cristo e tomar sua cruz, é convidado a amar com Cristo. Desse modo, a imagem de Deus que sofre, do Absoluto que, através da impossibilidade de ser defendido, manifesta o seu poder, parece resumir, ainda que a esgote, a substância da interpretação cristã do mistério que nos envolve. Sofrer em Cristo é uma maneira de chegar à maturidade espiritual: “Vemos, todavia, a Jesus, que foi feito, por um pouco, menor que os anjos, por causa dos sofrimentos da morte, coroado de honra e de glória” (Hb 2,9). É uma maneira de obter a bênção de Deus: “Bem aventurados sois, se sofreis injúrias por causa do nome de Cristo” (1Pd 4,14). O sofrimento tem bom mestre, mas, muitas vezes, não se encontram bons alunos.

4.2.5 O SOFRIMENTO EM PAULO

O Redentor não só sofreu no lugar do homem, mas também em favor do homem, como homem. Portanto, todo o homem tem sua participação na redenção. A Carta Apostólica sobre o sofrimento humano, *Salvifica Doloris*, diz que “cada um dos homens é também chamado a participar daquele sofrimento, por meio do qual se realizou a redenção; é chamado a participar daquele sofrimento por meio do qual foi redimido também todo o sofrimento humano” (SD, 1988, n.19).

Explicita ainda a Encíclica que a redenção foi realizada mediante o sofrimento, através de Cristo, que elevou, ao mesmo tempo, o sofrimento humano ao nível de redenção. É exatamente por isso que todos os homens, com o seu sofrimento, podem se tornar também participantes do sofrimento redentor de Cristo (SD, 1988, n. 19) e, num certo sentido, também participar de todos os sofrimentos humanos. Quando o homem descobre o sofrimento redentor de

Cristo pela fé, ele permite que Cristo se torne, de certo modo, o sujeito de todas as suas ações vitais. Portanto, o sofrimento na vida do cristão e também na vida de Paulo é inevitável.

Paulo, em suas Cartas, aborda, por diversas vezes, a questão do sofrimento. De acordo com Hawthorne, o apóstolo fala mais de sessenta vezes sobre a angústia e o sofrimento em si. Para isso, ele recorre a termos que evocam a ideia de sofrimento (*pathema, pascho* etc.), e a tribulação (*thlipsis*) em (cf. 2Cor 1,4-8 e Cl 1,24) e faz uso também da palavra fraqueza (*astheneia*). Essas mesmas palavras são empregadas pelo apóstolo para descrever o sofrimento e a morte de Cristo (Fl 3,10; Cl 1,24; 2Cor 13,4) (2008, p. 1180). Paulo escreve aos Romanos: “Exorto-vos, portanto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual” (Rm 12,1).

Em Segundo Coríntios, o apóstolo faz sua defesa assegurando seu apostolado. Segundo consta, havia pessoas que colocavam em dúvida o seu apostolado por causa do seu sofrimento (cf. 1,3-11; 2,14-17; 4,7-12; 6,3-10; 10-13). No livro dos Atos dos Apóstolos (cf. 9,15-16), Lucas narra que o chamado de Paulo está atado ao sofrimento e não pode ser dissociado pelo fato de sofrer pelo Nome de Jesus. De acordo com a consciência judaica, o sofrimento fazia parte da morte. Como o próprio apóstolo expressa: “diariamente estou exposto à morte” (1Cor 15,30) (HAWTHORNE, 2008, p. 1180).

Entre as angústias do apóstolo, podemos citar a preocupação com as Igrejas (cf. 2Cor 11,30; 2,4-13). Paulo achava que sofrer era marca fundamental de seu ministério apostólico (cf. Gl 6,17; 1Cor 2,1-5; 2Cor 11,23-29; Fl 1,30; 2Tm 1,11-12; 2,9 etc.). Este consiste em se gloriar de suas fraquezas e das perseguições (cf. 2Cor 11,30; 12,10; Fl 1,19-26).

Paulo exorta os Romanos dizendo: “Nós nos gloriamos também das tribulações, sabendo que a tribulação produz a perseverança” (Rm 5,3). Em sua Carta aos Gálatas, ele diz: “De fato, pela Lei eu morri para a Lei a fim de viver para Deus. Fui crucificado com Cristo. Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,19-20). Paulo responde ao amor com amor: “Quanto a mim, não aconteça gloriar-me senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo” (Gl 6,14).

De acordo com o apóstolo, deve haver sofrimento pelo Evangelho: “Participa do meu sofrimento pelo Evangelho, confiando no poder de Deus” (2Tm 1,8); e também pelo Reino de Deus. Paulo exorta a Igreja de Tessalônica a perseverar “em todas as perseguições e tribulações que suportais. Elas são sinais do justo julgamento de Deus: é para vos tornardes dignos do Reino de Deus, pelo qual sofrais” (2Ts 1,5).

Para Paulo, Jesus é tudo nele. Ele entende que só em Cristo está a salvação. Ele se rende depois de perseguir o Senhor, entrega a sua vida a Ele e se coloca, de uma maneira total, ao serviço daquele que ama. Trabalhos, fadigas, sofrimentos, privações, perigos de morte (cf. 1Cor 4,9-13; 2Cor 4,8; 6,4-10; 11,23-27), nada lhe importa, contanto que seja proclamado o Cristo crucificado e ressuscitado. Paulo se sente responsável pelo anúncio: “Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho” (1Cor 9,16).

Nada poderá separar o apóstolo desse amor, nem a dor nem mesmo a morte (cf. Rm 8,35-39). “Incessantemente e por toda parte trazemos em nosso corpo a agonia de Jesus, a fim de que a vida de Jesus seja também manifestada em nosso corpo” (2Cor 4,10s). Da mesma maneira, também todo o cristão é convidado a permanecer com os olhos fixos somente em Jesus crucificado, ressuscitado, autor da vida, o absoluto bem, e fugir da corrupção que, no mundo, existe por causa dos vícios e de todo o pecado. Ele deve amar a Jesus Cristo, aceitando toda a espécie de cruces: “A cruz de Jesus não é para nos fazer morrer, mas para fazer morrer tudo aquilo que não nos deixa viver, viver como filhos de Deus” (FLORES, 2008, p. 71).

A esse respeito, Paulo aponta a necessidade de participar da paixão para ficar unido ao Cristo (cf. Rm 8,17; Fl 3,10). Ele chama sofrimentos de Cristo (cf. 2Cor 1,5) as suas penas de apóstolo. De acordo com o discípulo, elas lhe trazem consolação (cf. 1,5) e também alegria (cf. 7,4). Além disso, são fecundas para a Igreja (cf. 4,10; Cl 1,24) (LACOSTE, 2004, p. 1321). Portanto, “é somente por meio da cruz e por meio da transformação que ela realiza que esta carne se torna acessível e nos arrebatada no processo de transformação” (BENTO XVI, 2007, p. 234).

O apóstolo diz: “Agora eu me regozijo nos meus sofrimentos por vós, e completo, na minha carne, o que falta das tribulações de Cristo” (Cl 1,24). Paulo não tem a pretensão de fazer um acréscimo ao valor propriamente redentor da

cruz, pois na verdade, nada poderia ter faltado. Mas, ele se associa às tribulações de Jesus, isto é, às suas adversidades apostólicas.

Em Romanos 8,22, Paulo diz que “a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente”. Embora toda a terra sofra, o sofrimento parece pertencer “à transcendência do homem; é um daqueles pontos em que o homem está, em certo sentido, destinado a superar-se a si mesmo; e é chamado de modo misterioso a fazê-lo” (SD, 1988, n. 02). A redenção acontece mediante a cruz de Jesus, pelo seu sofrimento. O homem acaba, de alguma forma, sofrendo por causa do mal, ou, ainda é possível dizer, uma distorção do bem. Pode-se “dizer que o homem sofre por causa de um bem do qual não participa, do qual é, num certo sentido, excluído, ou do qual ele próprio se privou” (SD, 1988, n. 7).

Para concluirmos, vemos o sofrimento humano ao longo da história da humanidade iluminado pela Palavra de Deus. Por meio de Paulo, de forma muito especial, lemos: “me regozijo nos meus sofrimentos” (Cl 1,24). Trata-se do sofrimento acompanhado da alegria. Jesus tirou a vida de dentro da morte. Nossa salvação todos os dias é tirar o novo de dentro do velho. O que Jesus, morto na cruz, havia trazido, afirma Bento XVI, era algo totalmente distinto: “o encontro com o Senhor dos senhores, o encontro com o Deus vivo e, desse modo, o encontro com uma esperança que era mais forte do que o sofrimento da escravidão, e por isso mesmo, transformava a partir de dentro a vida e o mundo” (SS, 2008, n. 4).

A cruz é a grande manifestação do amor de Cristo que livremente, aceitou a “sua paixão” (LACOSTE, 2004, p. 1319), antes de sofrê-la. Ela não constitui um acontecimento simplesmente humano e trágico, mas uma iniciativa salvífica do Filho que, encarnando-se, rebaixou-se obediente até a morte, e morte de cruz. A cruz, para Paulo, significa o sofrimento de Cristo, seguido de humilhação e morte, e exprime a obediência ao Pai até a total auto-humilhação (Fl 2,8). A cruz exprime também os misteriosos caminhos da salvação que contrariam qualquer sabedoria humana (cf. 1Cor 1,17; Gl 5,11). É exatamente por isso que a vida do cristão deve se conformar com a cruz de Cristo (cf. Fl 3,18; Gl 2,19; 6,14).

4.2.6 ATRAÍDOS POR CRISTO NA CRUZ

Em João, 12,32 lê-se: “E quando eu for elevado da terra, atrairei todos a mim”. Atraídos pelo Crucificado, aquele que crê é levado para o alto. Para obter o céu, é necessário o abandono do pecado. A exaltação de Jesus na cruz é chamada de glória de Cristo: “O Filho do Homem foi glorificado e Deus foi glorificado Nele. Se Deus foi nele glorificado, Deus também o glorificará em si mesmo e o glorificará logo” (Jo 13,31-32). E novamente: “Glorifica-me, Pai, junto de ti, com a glória que eu tinha junto de ti antes que o mundo existisse” (Jo 17,5). Glória alcançada na cruz.

São João da Cruz ressalta: “Se queres chegar à posse de Cristo, jamais o busques sem a cruz” (2002, p. 1056). O grande Doutor da Igreja exorta que, ao recebermos algum dissabor, é preciso recordar o Cristo crucificado e simplesmente calar-se. Para ele, esse é o exercício da mortificação. É preciso buscar fazer algo semelhante a esse grande Deus crucificado. Ele segue dizendo que a alma que leva a cruz é a arca verdadeira com o verdadeiro maná. Pura em Deus é a glória do apóstolo. A cruz é a macieira da redenção, é porta estreita e senda da sabedoria. Pela cruz, a alma deseja entrar na espessura de Deus e do padecer. Desejar a cruz é para poucos, mas o desejar os deleites que vêm por ela é de muitos. Levar a cruz, estar posto nela é querer beber ali o fel e o vinagre puros e estar pronto para passar pela negação, padecimento, provas, redenção, sofrimentos e trabalhos (2002, p. 1056).

Todos os homens e mulheres são chamados a colocar Cristo no centro de suas vidas e de suas famílias, para que elas se tornem a Família de Deus: “Convoca-os junto a si pela sua palavra, pelos seus sinais que manifestam o reino de Deus, pelo envio dos seus discípulos. Realizará a vinda do seu Reino, sobretudo pelo grande mistério de sua Páscoa: sua morte na Cruz e sua Ressurreição” (CalC, 1993, n. 542). A *Lumen Gentium* diz que: “Sempre que no altar é celebrado o sacrifício da cruz, no qual Cristo, nossa páscoa, foi imolado (1Cor 5,7), atua-se a obra da redenção” (LG, 2002, n. 03)¹².

Paulo escreve à comunidade de Gálatas: “Quanto a mim, não aconteça gloriar-me senão na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está

¹² Todas as citações referentes a Constituição Dogmática. *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002. Seguirão o padrão da sigla ‘LG’.

crucificado para mim e eu para o mundo” (6,14). Para Paulo e para todo o cristão, a cruz de Cristo passa a ser uma espécie de barreira mediante a qual o mundo está isolado do cristão e o cristão do mundo. O mundo significa tudo quanto se opõe a Deus, ao seu reino e à sua justiça.

Em uma entrevista concedida a um canal belga, André Comte-Sponville, doutor em filosofia da ciência, ateu e marxista, foi solicitado pelo entrevistador a indicar um exemplo de um símbolo do nosso tempo. A resposta poderia ter sido computador, celular, um robô, um livro e etc. No entanto, o ateu carregado de títulos, respondeu: “A cruz”. “A cruz?”, perguntou indignado o entrevistador, “o senhor, um filósofo ateu e marxista escolheu a cruz?” “Sim”, repetiu. “Escolhi a cruz porque no patrimônio simbólico da humanidade é o símbolo que me diz mais. Eu a escolhi porque nela um homem chamado Jesus, morreu por amor” (VIEIRA, 2006, p. 215).

4.2.7 CRUZ E RESSURREIÇÃO

Com um ato de extrema liberdade, Jesus bebeu o cálice até o fim do sofrimento e também do abandono. Após ter provado a morte, herança comum e dolorosa de toda a humanidade pecadora e afastada de Deus, Deus interveio com a ressurreição de Jesus, este grito de júbilo e de novidade que explodiu na manhã da Páscoa e que iluminou todo o testemunho do Novo Testamento: Este Jesus que vós matastes “Deus o ressuscitou!” (At 3,15). Eis a verdade testemunhada por parte de Deus e definitivamente escatológica da missão de Jesus. Deus colocou sobre todo o anúncio, obra, existência e fidelidade de Jesus o seu desígnio de salvação e de amor, que vai até o abismo do abandono, um selo irrefutável. É Deus Pai quem ressuscitou seu Filho Jesus, afirma o Novo Testamento (PIKAZA, 1998, p. 672).

Partindo do acontecimento pascal, Jesus representa o testemunho de sua extrema liberdade. Embora Ele tenha sido preso e condenado à morte, a sua morte na cruz foi de livre escolha. Tudo está em conformidade com o mistério de Deus em relação à salvação. Jesus é obediente ao Pai e livremente dá a sua vida. Trata-se de uma serena liberdade diante da morte: “ninguém a tira de mim, mas eu a dou livremente. Tenho poder de entregá-la e poder de retomá-la” (Jo

10,18). A opção livre de Jesus está determinada por sua relação de fidelidade ao Pai e por seu amor aos homens (cf. Jo 13,1; 17,19; 18,4-6; 19,28). Esse extremo amor de Jesus leva a liberdade aos homens e os restitui na plenitude da dignidade de filhos, dando a todos a mesma vida que o Pai lhe deu.

Ao morrer como blasfemo, como crucificado, Jesus vai até o extremo com a sua solidariedade com o homem. A experiência de Jesus na cruz é a experiência-limite de sua condição de Filho, de sua liberdade, de sua fidelidade ao Pai, de sua solidariedade com os homens.

É da cruz de Jesus que nasce a ressurreição. Ninguém é excluído da Páscoa do Senhor. À medida que caminha com Jesus, o cristão não apenas deve aceitar seus ensinamentos, mas também se “identificar pessoalmente com seu estilo de vida e com seu destino” (BOMBANATTO, 2002, p.69). Porque, a partir da figura da cruz, que é o caminho, “rompem-se reconciliações demasiado contínuas e cooperativas entre fé e razão, Igreja e mundo, mantendo-se a abertura para o sempre maior mistério de Deus e para a sua sempre maior sabedoria e força” (EICHER, 2005, p. 147). Paulo dá o seu testemunho a partir da experiência com o Crucificado. A cruz produz nele o efeito de conversão (cf. 1Cor 23,27-48) e de salvação (cf. 1Cor 23,42).

Paulo vê a paixão à mesma luz (cf. Rm 5,6; Gl 2,20; Ef 5,2,25). Para ele, a cruz de Jesus, que seria tida por “absurda e escandalosa, é reconhecida como sabedoria de Deus e poder de Deus (cf. 1Cor 1,18-25), pois ela é instrumento de redenção, de reconciliação e de aliança. Segundo Hebreus, a paixão é um sacrifício” (LACOSTE, 2004, p.1320). A cruz é necessária na vida humana como experiência de salvação. A redenção salva a humanidade.

O novo da ressurreição é que cada um tem que passar pela ressurreição. Jesus abre a possibilidade para passar pela cruz. É na cruz que Jesus abre uma passagem para que todos possam passar, é a Páscoa e, assim, toda a humanidade pode ser redimida. Essa passagem se dá pela adesão de cada pessoa, de forma particular, através de uma opção fundamental por Cristo: “É pela Cruz de Cristo que o Reino de Deus será definitivamente estabelecido: *Regnavit a ligno* Deus-Deus reinou do alto do madeiro” (CalC, 1993, n. 550).

Na ressurreição, aquilo que estava ofuscado pela imensidão do sofrimento de Cristo na cruz, revelou a glória. Paulo escreve na carta aos Romanos: “E se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-

herdeiros de Cristo, pois, sofreremos com Ele para também com Ele sermos glorificados. Penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós” (8,17-18).

Paulo destaca também ao escrever uma segunda carta à comunidade de Corinto: “Pois nossas tribulações momentâneas são leves em relação ao peso eterno de glória que elas nos preparam até o excesso. Não olhamos para as coisas que se vêem, mas para as que não se vêem; pois o que se vê é transitório, mas o que não se vê é eterno” (4,17-18). Vale frisar que todos aqueles que o batismo tornou participantes dos sofrimentos de Cristo (cf. 2Cor 1,5-7; Fl 1,10) do mesmo modo têm assegurada também a participação em sua glória (cf. 1Pd 1,11; 5,1).

Concluimos ressaltando que a glória e a causa do sofrimento têm uma característica profundamente evangélica, que se torna ainda mais clara mediante a referência à cruz e à ressurreição: “A ressurreição tornou-se antes de tudo a manifestação da glória, que corresponde à elevação de Cristo por meio da sua cruz. Com efeito, se a cruz representou aos olhos dos homens despojamento de Cristo, ela foi, ao mesmo tempo, aos olhos de Deus, a sua elevação” (SD, 1988, n. 22). Deus Pai, diante dos clamores e lágrimas do seu Filho, não o livrou dos sofrimentos, da cruz ou da morte. Mas deu uma resposta muito mais profunda. Através da cruz e da morte, Deus respondeu com a ressurreição do seu Filho, com a nova vida. “A oração animada pelo Espírito Santo leva-nos, também, a nós, a viver todos os dias o caminho da vida com as suas provações e os seus sofrimentos, na esperança completa, na confiança em Deus que responde como respondeu ao Filho” (BENTO XVI, 16-05-2012).

5 SABEDORIA CRISTÃ

Em seu estudo, Moltmann faz uma afirmação bastante interessante. Diz o autor que “nem todo o saber serve à vida, nem todo conhecimento nos torna sábio” (2007, p. 44). De fato, no mundo de hoje, tem sobrado ciência e faltado sabedoria. O ser humano faz ciência com os livros enquanto que a sabedoria é feita com a vida. A ciência pode mandar um foguete para a lua, mas não pode mandar almas para Deus. A ciência é temporal, fala das coisas deste mundo, da Terra, enquanto que a sabedoria fala das coisas eternas, divinas. A ciência fala do penúltimo e a sabedoria fala do último. A sabedoria é o saber dos valores Supremos, Absolutos.

Em Cristo, está a encarnação da *Sophia* (σοφία) eterna. Cristo é a verdadeira *Sophia*. O verbo se fez carne (Jo 1,14), a sabedoria se fez ciência. A sabedoria é saborosa porque tem amor. O amor é a fonte da sabedoria. Quem não ama jamais será sábio. A sabedoria é comunhão com Deus, é vida eterna, é conhecer o Senhor. A *Gaudium et Spes* n. 15 nos alerta que realmente o futuro do mundo corre sério risco se, de fato, não surgirem mais homens e mulheres sábios.

O apóstolo Paulo reconhecia que sua pregação nada tinha dos discursos persuasivos da sabedoria. No entanto, ele chamava sua pregação do Evangelho da “sabedoria de Deus” (1Cor 2,1-5.7; 1Cor 1,24.30). No Novo Testamento, Paulo faz referência à sabedoria (*Sophia*) mais que qualquer outro autor. O *Dicionário de Paulo e suas Cartas* apresenta os equivalentes que constituem o campo semântico da palavra “sabedoria” (HAWTHORNE, 2008, p. 1117-1118):

Sabedoria (Hebr. *hoqmâ, hākām*; gr. *sophia, sophos*) incluem *synesis* (o que é entendido, discernimento, inteligência); *phronēsis* (planejamento cuidadoso, modo de pensar, perspectiva, capacidade de entender, sabedoria), *epistēmē* (capacidade de entender e avaliar, inteligência, entendimento), *gnōsis* (informações, familiaridade, o conteúdo do que é conhecido, conhecimento, percepção, entendimento), *aisthēsis* (capacidade de perceber claramente e, portanto, de entender), *boulē* (plano, intenção, propósito), *paideia* (instrução com a intenção de formar hábitos adequados de comportamento, treinamento de acordo com regras apropriadas de conduta e comportamento, disciplina), com outras palavras que aparecem em estreita relação sintática com ‘sabedoria’, como ‘ensinamento’ (*didaskō/didachē/didaskalia, katēchō, noutheteō, paradidomi, paralambanō, paradosis*), ‘prudência’ (*sōphrosinē, sophos*) ‘plano’ (*thelō/thelēma, protithēmai/prothesis,gnomē*), ‘conselhos’

(*symbouleuō, paraineio, symbouleuo, paraineo, symbibazo*), 'percepção' (figurativa: *horaō/ ophthalmos; noeō, syniēmi/synesis*) e 'sucesso' (*euodooimai, teleō/teleioō, plēroō, plērophoreō, ōpheleō*).

O *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* apresenta a palavra "sabedoria": como sabedor + ia, grande conhecimento, qualidade do sábio, saber, ciência.¹³ A sabedoria no grego "sofia" (*sofi,a*) é o que detém o sábio" em grego "sofós" (*σοφός*). Desta palavra derivam várias outras, como, por exemplo, *φιλοσοφία* - "amor à sabedoria" (*filos/sofia*).

Aristóteles, na obra *Ética a Nicômaco*, para descrever a sabedoria prática, ou a habilidade para agir de maneira acertada, usa o termo "*Phrônesis*" (2011, Livro VI, cap. 5, § 10). Trata-se de um conceito diferente de "inteligência" ou de "esperteza". Mesmo para *Sophia* há conceitos diferentes: muitos fazem distinção entre a "sabedoria humana" e a "sabedoria divina" (*teosofia*). Como sabedoria humana, ela representa a capacidade que ajuda o homem e a sociedade a identificar seus erros e a corrigi-los. Já como sabedoria divina, ela desempenha o papel de aprofundar os conhecimentos humanos e elaborar as versões do Divino, bem como questões semelhantes. Santo Agostinho destaca que a "ciência de Deus é sua sabedoria; e sua sabedoria é a sua essência ou substância" (1984, Livro XV, cap. 13, n. 22b).

5.1 A SABEDORIA NO ANTIGO ORIENTE

Na cultura do antigo Oriente, a busca pela sabedoria era muito comum. Tanto a Mesopotâmia quanto o Egito contribuíram de forma especial nas coletâneas de literatura sapiencial. Esta sabedoria tinha por objetivo proporcionar ao homem prudência e habilidade para obter sucesso na vida. À medida que se buscava essa sabedoria, fazia-se uma reflexão sobre o mundo, o que acabava

¹³ FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 1868, Sabedoria: 1) Grande conhecimento, erudição, saber, ciência: *Sua obra bem revela a sua sabedoria*. 2) Qualidade do sábio: *A sabedoria de suas palavras convenceu-me*. 3) Prudência, moderação, temperança, sensatez, reflexão: *Os sofrimentos deram-me grande sabedoria*. 4) Conhecimento justo das coisas; razão: *Minerva, a deusa da sabedoria*. 5) Ciência (2), segundo a concepção dos antigos: *Os egípcios eram notáveis por sua sabedoria*. 6) Maç. Uma das três colunas simbólicas que sustentam uma loja (4). (Cf. beleza (5) e força (19)). 7) Conhecimento inspirado das coisas divinas e humanas: *Um dos sete dons do Espírito Santo é a sabedoria*. 8). Bras. Pop. Qualidade de sabido (4); esperteza, astúcia, manha.

por conduzir a pessoa humana a uma conduta moral (LÉON-DUFOUR, 2009, p. 916-917).

O Egito dos faraós, país dos sábios, em um período que ultrapassa três milênios, tinha, como principal preocupação, a busca de realização espiritual através da prática da sabedoria, intensificando a retidão, a integridade, a verdade, a precisão e a justiça, o que constituía a regra imutável do Universo. Os sábios do Egito escreveram seus ensinamentos para abrir o espírito, ampliar o coração e fazer dele o receptáculo que permitisse ao pássaro dirigir seu vôo. Buscavam conhecimento dos elementos fundamentais da sabedoria, bem como das estrelas destinadas a orientar o caminho da vida.

Para os egípcios, o essencial era vencer a ignorância. O sábio egípcio apresentava um coração vigilante, capaz de analisar com clareza, de usar a palavra de modo eficaz, de satisfazer a Deus e aos deuses, porque toda a sua existência repousava no conhecimento e não na crença. Adepto da calma e do silêncio, ele se afastava do tagarela e do invejoso. Porém, buscava realizar o que era correto, a excelência em todas as coisas. Ele venerava o que é maior que ele e jamais fugia de suas responsabilidades. Esses eram alguns dos seus deveres cotidianos.

No antigo Egito, a literatura sapiencial teve uma grande aceitação e gozou de expressiva popularidade. Tais escritos estão impregnados de espírito religioso, como toda a civilização do antigo Egito, e podem, por isso, trazer luz ao pensamento religioso das classes mais cultivadas. No todo ou em parte, essa literatura agrega as melhores obras de todos os períodos. Tais livros eram manuais de boas maneiras, no sentido mais elevado da palavra, e visavam a formação de indivíduos capazes de levar uma vida sadia e digna, isto é, capazes de pensar com justiça e agir com honestidade tanto na corte quanto na sociedade. Utilizadas nas escolas, as obras que se sucediam do Antigo Império à época Greco-romana perpetuavam uma tradição constante e contínua.

De maneira surpreendente, a divindade era frequentemente evocada nos escritos sapienciais egípcios. A título de conhecimento, apresentamos alguns exemplos, dentre várias dezenas de outros, de livros de sabedoria do antigo Egito que chegaram até nós. Muitos dos principais textos sapienciais são colecionados embora com datas incertas em “ANET 425-427” (MCKENZIE 1984, p. 812):

- Ensino, por Kagemi (ano de 2.700 a.C) Papiros Prisse, II, 2.
 “Guarda-te de seres inexoráveis.”

“Não sabemos que acontecimento Deus suscita quando ele castiga”.

- Ensino de Ptah-hotep (ano 2.450 a.C) Papiros Prisse, II, VI, 8.
 “Não cries o temor entre os homens. Porque Deus punirá do mesmo modo.”

- Ensino, por Merikare (2100 a.C.), linhas 49-50:
 “Deus conhece o ímpio, e castiga suas faltas até o sangue.”

- Sabedoria de Anii (pelo ano 1.450 a .C) máxima 35.
 “Deixa que se explique aquele que te acusa sem motivo, a exemplo de Deus, que discerne o justo.”

Através de séculos, ou até mesmo de milênios, sob formas literárias ao gosto do tempo, reinou, nessa tradição, um espírito que não é outro senão a opinião dos grandes pensadores, um dos alicerces da velha civilização egípcia. O Egito é também citado pela Sagrada Escritura como a terra dos magos e dos sábios (cf. Ex 7,11.22; 1Rs 5,10; Is 19,11-13).

5.1.2 A SABEDORIA GREGA

Não só o Egito, mas também a antiga Grécia preocupava-se com a busca da sabedoria. Grande parte das máximas e preceitos conhecidos era atribuída aos sábios da Grécia. Essas máximas era conferidas, na Antiguidade, a sete homens, todos estadistas ou legisladores, que viveram entre 625 a.C e 550 a.C, e se tornaram notáveis pela sua sabedoria prática. Máximas e preceitos eram, pois, os ensinamentos a eles atribuídos. No que diz respeito às máximas, Mackenzie (1984, p. 812) diz tratar-se de “máximas sobre o modo de comportar-se no falar e no agir com o intuito de captar a benevolência, de assegurar o próprio sucesso e progresso, e de viver livre da ansiedade proveniente de hostilidades, oposições e fracassos.” Tais ensinamentos se tornaram tão populares que alguns chegaram a ser inscritos no templo de Apolo em Delfos. Segundo Platão (1965, § 343b), esses sábios “ofereceram em comum a Apolo as primícias de sua sabedoria e fizeram gravar sobre o templo de Delfos estas máximas, que estão em todas as bocas: ‘Conhece-te a ti mesmo’ e ‘Nada em excesso’.

A lista de sábios variou um pouco com o passar do tempo. Uma das mais difundidas remonta ao tempo de Platão (343 a.C.). Na sua obra *Protágoras* (1965, § 343a), o filósofo destaca o nome dos sábios: “Tales de Mileto, Pítacos de Mitilene, Bias de Príano, nosso Sólon, Cleóbulo de Lindos, Miso de Quene e Quílon de Lacedemônia, que é considerado o sétimo destes sábios.” Eis dois ditos proferidos por dois desses sábios: “É difícil ser um homem de bem” (Pítacos apud PLATÃO, 1965, § 343b); “O exercício do poder revela o homem” (Bias apud ARISTÓTELES, 2011, Livro V, cap. 1, § 1130a).

A Grécia do século VI adotará a reflexão mais especulativa. De acordo com Léon-Dufour (2009, p. 916), “a sabedoria se transformará em filosofia. Ao lado de uma ciência embrionária e de técnicas que se vão desenvolvendo, a sabedoria constitui portanto um importante elemento da civilização. É o humanismo da antiguidade.” Este se desenvolve quando o ser humano começa a interrogar o porquê das coisas, juntamente com seu fim. O fruto dessa doutrina leva a um sentido antropocêntrico, formando o espírito humano voltado para a cultura literária e científica. Segundo a etimologia grega, o termo filosofia significa: “amor à sabedoria” (FR, 1998, n. 3)¹⁴.

A sabedoria é, na verdade, o resultado do conhecimento baseado na experiência acumulada ao longo da vida e enriquecida através de várias gerações, que se fixou gradualmente em máximas, sentenças e provérbios breves e ritmados, recheados de imagens ou comparações.

5.1.3 A SABEDORIA EM ISRAEL

No Antigo Testamento, a sabedoria e os escritos sapienciais têm interligações com a sabedoria e a literatura sapiencial de todo o antigo Oriente Médio. Não é de se admirar que as primeiras obras sapienciais de Israel tenham uma literatura com mesmo gênero de seus vizinhos, todas elas provêm do mesmo ambiente. Isso ocorre graças à fusão de muitas tradições que se corrigiram, se autoinfluenciaram, ampliaram e formaram uma unidade literária de muita importância.

¹⁴ Todas as citações referentes à JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Fides et Ratio*. São Paulo: Vozes, 1998. Seguirão o padrão da sigla ‘FR’.

O livro dos Provérbios contém preceitos de sabedoria humana e não apresenta grandes temas do Antigo Testamento, tais como: a Lei, a Aliança, a Eleição, a Salvação. Os sábios de Israel, assim como os seus vizinhos orientais, não se preocupavam com futuro ou a história do seu povo, mas buscavam o destino da pessoa humana. Embora sendo de origem comum e com muitas semelhanças, a sabedoria israelita se destaca com o progresso a Revelação, sendo visível a sabedoria-loucura, a oposição tomada entre justiça e iniquidade, entre piedade e impiedade.

A classe dos escribas foi a primeira a cultivar a sabedoria. Era uma sabedoria que se baseava na forma de agir. As máximas dessa sabedoria pareciam estar baseadas nas políticas e motivadas por certo egoísmo inteligente. Partia de um código moral que regia os seguintes valores: sinceridade, moderação, castidade, gentileza, honestidade e etc. Tais virtudes eram necessárias para aqueles que ocupassem os cargos de funcionário da corte. Imaginava-se, naquela época, que a sabedoria só poderia ser aprendida por meio da instrução e de maneira especial pela escuta dos anciãos (MCKENZIE 1984, p. 812).

O povo de Deus era consciente da importância que a sabedoria tinha para a vida. A lei de Moisés e a palavra dos profetas não davam conta, todavia, de regulamentar todas as áreas da vida. Havia, portanto, espaços a preencher por meio de opções e iniciativas pessoais. Assim, fazia-se necessário buscar conhecimentos e capacitação crítica a fim de avaliar pessoas e coisas, situações e acontecimentos da vida.

Os livros resultantes da coleção de texto dos antigos provérbios e das novas reflexões sapienciais recebem o nome de sapienciais porque ensinam a sabedoria como arte de viver. Podemos destacar: Jó, Provérbios, Eclesiastes (Qohélet), Eclesiástico (Bem Sirac/ Sirácida) e Sabedoria; a eles se acrescentam impropriamente os Salmos e o Cântico dos Cânticos. Trazem memória de uma corrente de pensamento que se encontra também numa parte dos livros de Tobias e de Baruc.

Provérbios e Eclesiástico exprimem muitas situações sobre a vida concreta e buscam sempre o caminho da sabedoria. Jó e Eclesiastes trazem grandes semelhanças, ambos refletem a polêmica referente ao sentido da vida. O

livro da Sabedoria destaca uma nova chave de leitura da vida e da experiência de Israel nascida do contato com a cultura grega.

Se tomarmos o conjunto da sabedoria de Israel e confrontarmos com outros corpos literários do Antigo Testamento, poderemos verificar que os Livros Sapienciais formam um mundo à parte, uma propriedade exclusiva. O que os caracteriza é a fé na sabedoria divina que governa o universo e cada pessoa em particular. É possível dizer que Israel, “com sua reflexão, soube abrir à razão o caminho para mistério” (FR, n. 18).

No campo sapiencial, o centro de interesse e de atenção desloca-se do povo e parte para o indivíduo, adentrando na história da humanidade. Dito de outro modo, partindo-se da particularidade de Israel, alcança-se a condição humana universal; ultrapassando-se as eventuais histórias do povo da Aliança, atinge-se toda criação. A sabedoria em Israel vai além das intervenções divinas prodigiosas de Deus e chega às relações entre causa e efeito; da esfera da Lei e do culto, conduz a humanidade livremente a fazer uma opção fundamental e pessoal e uma experiência com Deus.

A sabedoria exige o empenho de todas as capacidades e dons dos quais o ser humano dispõe. Diferentemente da Lei, da Profecia e a própria História, que procedem do alto, a sabedoria surge e cresce a partir do baixo, ou seja, da experiência humana. Sábio é quem sabe adaptar-se a esse sistema cósmico, descobrir o seu mecanismo operativo e entrar na sua essência. "Insensato", ou mesmo "ímpio", é quem não descortina as regras desse jogo ou não se interessa por elas.

A origem do pensamento sapiencial em Israel está tradicionalmente relacionada com a figura de Salomão (cf. 1Rs 3,4-15; 5,9-14), que se tornou “modelo para todos os sábios” (BROWN, 2007, p. 1015). Ele pede a Deus uma sabedoria prática, não para governar-se a si mesmo, mas para governar o povo. Seu pedido é um coração que escuta e o dom do discernimento para formar juízo crítico entre o ouvir e o julgar, entre o bem o mal. Sua sabedoria foi superior e sua inteligência extraordinária: “A sabedoria de Salomão foi maior que a de todos os filhos do Oriente maior que toda a sabedoria do Egito” (1Rs 5,10).

É interessante mencionar que Salomão organizou a sua corte de acordo com o modelo das cortes de outros países mais evoluídos – de maneira especial o Egito – e desenvolveu intensas relações políticas e comerciais com os povos

vizinhos. Tenha-se presente que isso exigia uma preparação adequada dos funcionários de Israel, tanto a nível central como local, em escolas apropriadas de caráter sapiencial, à semelhança do que já existia em outros povos. Foi Salomão quem protagonizou toda essa dinâmica em Israel.

Nos tempos seguintes ao exílio da Babilônia, procedeu-se a recolha e fixação do patrimônio religioso e cultural de Israel. Da recolha, fixação e ordenamento de todo esse material viriam a surgir os grandes blocos literários do Antigo Testamento, dentre os quais algumas coleções de provérbios. Era necessário preservar a identidade religiosa e cultural de um pequeno povo e relançar a esperança num futuro bem melhor, perante as ameaças de outras culturas dominantes, como a babilônica e, mais tarde, a grega.

No dia do nascimento do judaísmo (A BÍBLIA de Jerusalém, 1985, p. 710), Esdras faz a leitura da Lei que *Iahweh* havia prescrito para Israel e os sacerdotes e levitas instruem o povo sobre a lei de Deus. Os homens do culto tornam-se homens do livro (cf. Ne 8,1-8). Os profetas estão já em vias de desaparecer. A Palavra de Deus e a sua vontade passaram a ser procuradas no livro, ou melhor, nos textos escritos, para serem estudadas (cf. Ne 8,13). Por isso, os responsáveis precisavam se dedicar ao estudo, à reflexão, à cultura e à escola. É neste clima de exigência intelectual, onde também aparecem escribas leigos, que se desenvolve a reflexão sapiencial.

Os escribas ocupavam os mais altos níveis na administração comercial e política da corte e dos funcionários do Estado e tinham grandes privilégios (MCKENZIE, 1984, p. 291). Na investigação e procura da sabedoria, Israel não foi totalmente original. Esse pequeno povo soube assimilar a sabedoria dos povos vizinhos, sobretudo o Egito e a Mesopotâmia, e adaptá-la segundo a perspectiva da sua própria experiência religiosa.

A sabedoria israelita trata dos problemas da vida social e da experiência humana. Ela não possui um teor filosófico, visto que não se conhecia a dialética nem se pensava em termos abstratos (MCKENZIE 1984, p. 813). A sabedoria de Israel é, portanto, prática e destaca na habilidade do agir. Veja-se o exemplo dos artesões, operários do santuário, no qual o espírito de Deus dispensa qualidades extraordinárias (cf. Ex 31,6; 35,10), talento e inteligência (cf. 1Rs 7,14). Há ainda a sabedoria do administrador, dada a José que passa a governar Egito (cf. Gn

41,39-40). Vemos também a sabedoria divina que o juiz necessita para promover a justiça (cf. 1Rs 3,28). O sábio, na verdade, está sempre aprendendo.

À medida que o povo de Israel vai tendo contato com *lahweh*, a sabedoria vai se modificando. Vale mencionar que o Egito e Mesopotâmia tinham deuses que eram adorados por causa de sua sabedoria, tendo eles função de aconselhar seus adeptos. Porém, o Deus de Israel é o Deus verdadeiramente sábio, Ele se manifesta na criação (cf. Pr 3,19; Jó 38,39; Eclo 42,15-43; 33s). Os gregos exaltavam a visão, por isso seus deuses traziam imagens visualmente belas, chegavam a afirmar que de acordo com Heráclito, no fragmento 101: “Os olhos são melhores testemunhas que os ouvidos” (apud BUBER, 1965, p. LXXIV). Os judeus não representavam visivelmente o seu Deus. Segundo Martin Buber, o seu Deus, na verdade, era invisível. Ele só podia ser ouvido. “Não se pode falar Dele, mas falar com Ele. Ele não é um objeto de observação ou culto; Ele só pode ser encontrado, e sua presença que a cada vez é única e insubstituível. Ele é um Tu atemporal, um Tu eterno” (1965, p. LXXIV).

A sabedoria tem a sua origem antes de todos os tempos (cf. Eclo 8,22-26) e se manifesta em toda a história da humanidade (cf. Jó 12,13) com obras de poder (cf. Jó 14,14-16). A Palavra de Deus revelada torna-se também uma forma de sabedoria à medida que a sabedoria inspirada se revela e exprime um pensamento que nutre o povo de Israel no Antigo Testamento. A sabedoria para, Israel, terá como fundamento a Lei Divina, que fará dele o único povo sábio e inteligente (cf. Dt 4,6). Não é de se admirar que o povo de Israel despertava a admiração dos outros povos vizinhos (cf. Dt 4,5-8).

O livro do Eclesiástico chega mesmo a identificar a sabedoria do Altíssimo (24,23s) estabelecendo a sua morada em Israel sob a forma de lei (24,8): “É somente nos escritos pós-exílicos que se dirá que Deus é sábio possuindo uma sabedoria transcendente, que o homem vê atuando na criação, mas que é incapaz de perscrutar (Jó 28; 38-39; Eclo 1,1-10; 16,24; 39,12s; 42,15 - 43,33 etc” (A BÍBLIA de Jerusalém, 1985, p. 876).

A sabedoria tem como desígnio não somente uma disciplina, mas igualmente a verdade divina que brilha e busca o interior do ser humano (cf. Sb 6,13; Jo 6,44; Fl 2,13; 1Jo 4,19). Ela tem como o princípio de toda a sabedoria o temor de *lahweh* (cf. Pr 9,10; Jó 28,28), que expulsa todo o pecado. O temor de Deus é a piedade no conhecimento. Ainda que pecadores abominem a

sabedoria, o homem necessariamente deve escolher: “Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem” (Rm 12,21).

Os textos sapienciais exaltam a sabedoria acima dos bens mais valiosos (cf. Jó 28,15-19; Pr 3,14-15; 8,10-11). Ela “é identificada com o Espírito do Senhor e transforma-se num princípio interno da vida física e moral” (BROWN, 2007, p. 1011). Devido aos valores que lhe foram dados, sobretudo pelos gregos, a sabedoria se destaca como: a saúde (cf. Sb 7, 10; Eclo 1,18b; 30,14), a beleza (cf. Eclo 26,16-17; Sb, 8) a luz do dia (cf. Ecl 11,7). A sabedoria comunica aquilo que ela possui por natureza, a imortalidade (cf. Sb, 8,17). Ela partilha do trono de Deus (cf. Sb 9,4). A sabedoria “tudo sabe e compreende” (Sb 9,11).

A sabedoria seguiu agindo desde princípio na história, Ela se fez presente na história de Adão a Moisés (cf. Sb 10), a sabedoria protegeu, o povo de Deus, levantou os caídos, deu poder ao homem de tudo dominar (cf. Gn 1,26-28). A sabedoria salva a terra submersa na culpa do pecado, dirige o justo, confundi os maliciosos, reconhece o justo e o guarda sem mancha diante de Deus (cf. Sb 10, 5). Ela livra das provações os seus fiéis (cf. Sb 10, 9) e lhes dá a conhecer as coisas santas (cf. Sb 10,10), assim como revelou a Jacó, em Gênesis 28,13-15.

A sabedoria prosseguiu dando êxito às tarefas do justo, recompensando os seus trabalhos (cf. Sb 10,10), assistindo-o contra o opressor e guardando-o do inimigo, defendendo-o e ensinando-o que a “piedade é mais forte do que tudo” (cf. Sb 10,11). A sabedoria presente em toda a história de José no Egito nunca abandonou o justo vendido (cf. Gn 37,39), preservou-o do pecado. Se fosse preciso, desceria até a cisterna, jamais o deixaria em suas cadeias. Ela desmascara os que o difamam e concede ao justo uma glória eterna (cf. Sb 10, 14).

Na história do Êxodo, a ação da sabedoria é imensa. Por meio de sábios e num ambiente sapiencial, Israel faz uma leitura do seu passado histórico, perscrutando a sabedoria de Deus em ação na vida das grandes personagens de outrora, libertando a nação de opressores (cf. Ex 19,6). Através de Moisés, a sabedoria de Deus se manifestou com milagres e prodígios frente ao faraó. Ela guiou o povo de Israel, durante o dia, servindo-lhes “de sombra e à noite de luz de astros” (Sb 10,16). Fez o mar se abrir e tragar os egípcios. A sabedoria abriu a boca dos mudos (cf. Sb 10,21). Ela é sempre dom de Deus (cf. Pr 2,6; Eclo 1,1).

Seu ápice é a compreensão de suas ações. Ela consiste na observação da lei (cf. Dt 4,6), daí que o conhecimento da lei é a verdadeira sabedoria. Essa sabedoria guia a vida, é o segredo para o sucesso e a felicidade (cf. Eclo 4, 11-20; 6,18-33; 14,20; 15,8).

A apresentação da sabedoria como um ser distinto de Deus e do homem, que age por si, ou seja, como uma pessoa, mais do que qualquer outra coisa ou aspectos quer, sobretudo, realçar a preciosidade e autenticidade dessa mesma sabedoria. É bem verdade que temos aqui algo que ultrapassará os limites da simples personificação literária, mas que ainda não chega verdadeiramente ao conceito de "hipóstases". Essa foi a sabedoria que comandou tudo já na criação e é ela que conduz os acontecimentos da história. Essa "verdadeira sabedoria, de origem celeste, procurando pousada entre os homens e percorrendo o universo, estabeleceu morada em Israel (Ecl 24)" (CERFAUX, 2012, 208).

Em síntese, mediante a aplicação da inteligência e da reflexão, a sabedoria acaba por constituir a mentalidade dominante no pós-exílio, recuperando e atualizando tanto o patrimônio peculiar de Israel, enquanto povo da aliança, quanto a sua experiência humana mais vasta, comum a outros povos da região do Médio Oriente. Essa teologia sobre a sabedoria prepara já o ambiente, embora guardando o seu mistério, que o Novo Testamento irá, em parte, desvendar.

5.1.4 A SABEDORIA COMO SABER

Outro aspecto da sabedoria é a arte do bem viver e o verdadeiro sábio busca como se conduzir na sua vida para obter a felicidade verdadeira. A sabedoria se define como o saber das realidades supremas, ou seja, das finalidades, valores e sentidos últimos. É também o saber das realidades ordinárias, mas só enquanto iluminadas por aquele saber primeiro e superior, como se vê nos livros sapienciais. Ela é o destino humano, a sorte dos justos e dos maus. A sabedoria é hábito sobrenatural que, unido estreitamente à virtude da caridade, julga retamente as coisas sobrenaturais nas últimas causas, graças

ao auxílio especial do Espírito Santo, que no-lo faz saborear com certa naturalidade. A sabedoria inclui todas as ciências (LÉON-DUFOUR, 1972, p. 918)

A tradição bíblica coloca a sabedoria como fruto de experiências, que são frutos de “crenças, valores e práticas” que unificam e orientam a nossa vida com relação a Deus enquanto origem e meta da existência humana. A Sagrada Escritura traz conselhos práticos. Como por exemplo, poderíamos citar o senso social do deuteronomio: sobre a esmola (cf. Sb 7,32s; Tb 4,7-11), sobre a justiça (cf. Pr 11,1; 17,15), sobre o amor aos pobres (cf. Pr 14,31; 17,5; Eclo 4,1-10).

Enfim, na tradição bíblica, os mestres da sabedoria acreditavam que o dirigir a vida para Deus não se restringia às atividades e lugares especificamente, mas a uma vivência da “espiritualidade sapiencial”. Essa vivência sapiencial dos valores da sabedoria é como uma imagem poética e teológica de Deus na vida do ser humano, ou seja, a sabedoria autêntica é a fé no único Deus e a fidelidade à sua Lei.

5.1.5 A SABEDORIA EM JESUS

A doutrina sobre a sabedoria, assim apresentada no Antigo Testamento, presente na criação, contida nas leis, já não está acessível exclusivamente na Torá, mas será retomada pelo Novo Testamento, que realizará um processo novo e decisivo ao aplicá-la à pessoa de Cristo. Deus envia o seu próprio Filho. O Filho é a sabedoria do Pai, embora essa sabedoria pessoal estivesse de maneira oculta em Deus governando o universo desde princípio, presente na direção de toda a história da humanidade, manifestando-se indiretamente na Lei e no ensinamento dos sábios. É preciso insistir que a sabedoria agora se revela em Cristo. Como resultado, “todos os textos sapienciais do Antigo Testamento assumem Nele seu alcance definitivo” (LÉON-DUFOUR, 1972, p. 922).

Em João, Jesus é a sabedoria de Deus encarnada. Ele se tornará a manifestação suprema de Deus no seio da humanidade (cf. 1,1). O Antigo Testamento conhecia os temas da Palavra e da sabedoria existindo em Deus, antes do mundo (cf. 8,22; Sb 7,22), por quem tudo foi criado; como a sabedoria,

Cristo participa da criação e conservação do mundo (cf. Cl 1,16-17) e da proteção de Israel (cf. 1Cor 10,4; Sb 10,17).

O prólogo joanino revela (cf. 1,1-2; 8,24; 10,30), Ele veio ao mundo (cf. 1,9-14; 3,19; 9,39; 12,46; Mc 1,38), por quem tudo foi criado, enviado pelo Pai (cf. Jo 3,17-34; 5,36-43; 6,29; 7,29; 9,7; 10,36; 11,42; 17,3-25) para realizar uma missão (4,34): a salvação (cf. 3,11-12; 31,32; Mt 11,25-27). Ele é, pois, o único meio de salvação para todos (cf. Jo 14,6).

Jesus convida também os homens ao banquete dizendo: “Eu sou o pão da vida. Quem vem a mim, nunca mais terá fome, e o que crê em mim nunca mais terá sede” (João 6,35). Somente Cristo conhece os mistérios de Deus e os revela aos homens (cf. 3,11-12; 31,32; Mt 11,25-27). A palavra de Deus não regressa senão antes de ter produzido fruto (cf. Is 55,10-11; Pr 8,22-36, Eclo 24,3-32; Sb 9,9-12). Assim dito, ao término da missão, Ele volta para o Pai (cf. 1,18; 7,21; 12,35; 13,3; 16,5; 17,11-13; 20,17), (A BÍBLIA de Jerusalém, 1985, p. 1984).

O Evangelho de Lucas apresenta Jesus enquanto aquele que crescia em “sabedoria estatura e graça” (2,52). Jesus, aos doze anos, se encontra entre os doutores no templo em Jerusalém, ouvindo-os e interrogando-os, e “todos que o ouviam ficavam extasiados com sua inteligência e com suas respostas” (2,47). O próprio Jesus promete dar “eloquência e sabedoria, às quais nenhum de vossos adversários poderá resistir, nem contradizer” (21,15). Em Lucas 7,35, a sabedoria foi justificada por suas obras. Portanto, Jesus foi enviado à Terra para aí revelar os segredos dos decretos divinos (cf. Lc 11,49), da mesma forma que a sabedoria (cf. Pr 9,1).

Mateus também apresenta citações sobre a sabedoria e Jesus. Ele aparece como aquele que é “mais do que Salomão” (Mt 12,42). O próprio Jesus descreveu sua missão de revelar os segredos de Deus à humanidade. Se, por um lado, muitos homens e mulheres o rejeitaram, por outro, foi aceito pelos pobres, iletrados (cf. 11,19), pequeninos e por seus discípulos (cf. 10,42). Assim, escondidos dos sábios, dos fariseus e dos doutores (cf. 13,11), Ele também se apresenta como o mestre de fardo leve (cf. Mt 11,28ss). Esses atributos, na verdade, transcendem o que se espera de um sábio. Aquele que tem um coração

aberto recebe a verdade, que se destina, além dos tesouros da Antiga Aliança, à perfeição da nova e eterna Aliança (cf. 5,17-20).

No *corpus* paulino, a palavra sabedoria aparece vinte e seis vezes. É só aqui que Cristo é claramente chamado de *Sophia* (1Cor 1,24-30) (HAWTHORNE, 2008, p. 1120). Paulo destaca a sabedoria do mundo que não reconheceu o Deus vivo (cf. Rm 1,21s; 1Cor 1,21), e assim atingiu o mais alto grau de sua loucura quando crucificaram o Senhor da glória (cf. 1Cor 2,8). Por esse motivo, Deus condenou esta sabedoria dos sábios (cf. 1,19s; 3,15); que é “terrestre, animal, diabólica” (Tg 3,15). Para envergonhá-la, Ele chega ao resultado de salvar o mundo pela loucura da cruz (cf. 1,17-25) (LÉON-DUFOUR, 1972, p. 922).

Paulo escreve aos Colossenses e diz que, em Cristo, acham-se escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência (cf. Cl 2,1-3). “Paulo transfere a Cristo os atributos da sabedoria que falam da existência e natureza dela” (HAWTHORNE, 2008, p. 1121).

Ressalta Santo Agostinho que a nossa “ciência e nossa sabedoria é igualmente Cristo. É Ele que implanta em nós a fé nas realidades temporais e também na verdade das realidades eternas. É por Ele que caminhamos até Ele” (1984, p. 432). Unidos a Cristo é que temos acesso à sabedoria divina. A sabedoria encontrada em Cristo é a plenitude. Cristo é “sabedoria de Deus” (1Cor 1,24.30).

5.1.6 A SABEDORIA NO ESPÍRITO SANTO

No momento em que nos propomos a estudar as relações entre o Verbo e o Espírito, faz-se necessário colocar o Pai. Somente Deus, na Escritura, é o Pai. O Espírito é o Espírito de Deus, isto é, do Pai. O Pai é invisível, habita uma luz inacessível. O verbo e o Espírito o revelam e conduzem a Ele. Primeiro, porém, ambos saem da boca dele. Tratando-se de Deus, no Antigo Testamento, a boca, salvo duas exceções, é o órgão da palavra. No Novo Testamento, a boca equivale, muitas vezes, à Palavra. Se for a boca de Deus, ela é fonte da Palavra e sabedoria para nossa vida. O sopro e a Palavra são, por vezes, substituídos pela imagem da espada. É a Palavra que pronuncia uma decisão (cf. Is 49,2),

separa os fiéis dos outros (cf. Hb 4,12), sai da boca do Senhor vencedor e juiz da história. Assim, o Filho nos comunica sua doutrina, por ser o Verbo, mas é o Espírito Santo que nos torna capazes desta doutrina.

O homem em sua intelectualidade pode entender tudo, porém será em vão seu conhecimento se o Espírito Santo, de dentro, não lhe der a compreensão. Evidentemente, na Sagrada Escritura, o Espírito se associa, muitas vezes, a Palavra ao sopro. No princípio, a Palavra pairava sobre a criação. Do Pai provém a Palavra da criação, ou seja, do Pai vem uma voz, enquanto que o Espírito desce e permanece sobre a obra da criação (DI BERARDINO, 2002, p. 717).

O Espírito inspira a sabedoria, pois a sabedoria saiu da boca do Altíssimo (cf. Eclo 24,3). No texto mais antigo de Provérbios 8,23-31, ela era gerada de Deus, primícia da sua atividade criadora. Na reflexão do judaísmo alexandrino da era cristã, a sabedoria se apresenta tão aparentada ao Espírito (cf. Sb 1,6-7; 7,22; 8,1), que vários autores cristãos antigos identificaram os dois (DI BERARDINO, 2002, p. 1344), ao passo que outros identificam o Espírito e o Filho de Deus, o *Pneuma* e o *Logos*. Graças ao *Pneuma*, a sabedoria não é um princípio inerte.

Como se pode observar, a sabedoria do Pai entra na história do mundo, tirando do barro o corpo, tornando-o Deus através da comunhão física com o Espírito do Pai. O *Spiritus Sanctus*, profético, no Antigo Testamento prepara e acolhe, na plenitude dos tempos, o Verbo Filho de Deus, com um eflúvio ou emanção (DI BERARDINO, 2002, p. 671) de Deus do qual emana e ao qual retorna como os raios do sol.

5.1.7 A SABEDORIA COMO DOM DE DEUS

Para a humanidade, a sabedoria é um tesouro que está acima dos bens mais preciosos (cf. Sb 7,7-14). Vale ressaltar que ela mesma é um dom de Deus (cf. 8,21) e, assim sendo, é exatamente ela que distribui todos os bens (cf. Pr 8,21; Sb 7,11): quem a encontra ganha vida e felicidade (cf. Pr 3,13-18; 8,32-36), tem segurança (cf. Pr 3,21-26), honra, glória (4,8s), riqueza, justiça (cf. 8,18ss) e todas as virtudes (cf. Sb 8,7s). É natural que o homem corra para alcançá-la e se

esforce para tê-la como esposa ideal (cf. 8,2). Ela prepara os amigos de Deus (cf. 7,27s). A intimidade com a sabedoria não se diferencia da amizade com Deus. Cumpre observar, todavia, que quando o Novo Testamento identifica a sabedoria com Cristo, Filho e Palavra de Deus, revela-se plenamente que o homem e a mulher, unidos a Cristo, participam da sabedoria divina e essa última os leva a uma profunda intimidade com Deus (LÉON-DUFOUR, 1972, p. 920).

As realidades invisíveis e inefáveis do mundo divino são conhecidas e estão dentro de cada infinita natureza humana. Elas despertam o desejo no coração do homem, através da caridade, de ir à busca do Amado. A caridade é a mais perfeita união com o Deus Trindade, fonte de amor. Nesse sentido, deve-se dizer que o dom da sabedoria dilata o exercício da caridade, preparando-a, já desde esta terra, para a visão de Deus, que, na plenitude do céu, será perfeitamente satisfatória. É exatamente por isso que o dom da sabedoria está em íntima relação com o dom do entendimento. Conforme afirma Augusto Drago (1996, p. 203): “Este, com efeito, ilumina a inteligência do coração e lhe fornece o objeto para amar e contemplar, que é o amor de Deus”.

O Dom da sabedoria é sublime, se experimenta por conhecimento superior aos demais, de acordo com a doutrina de S. Tomás de Aquino (Sent. III, p. 35, 2,1), “que produz certeza plena, mediante uma íntima união com as coisas divinas. A sabedoria tem o seu princípio no amor, mas a sua essência no conhecimento das coisas amadas e o juízo, do ponto de vista delas, acerca de todas as demais” (apud DRAGO, 1996, p. 203). O sábio, na verdade, não é aquele que tem um conhecimento intelectual de Deus, mas aquele que vive as coisas de Deus. Não é o que diz de Deus, mas aquele que O contempla. A sabedoria é desejo, gosto de Deus e de sua Palavra. Ela julga todas as coisas à luz do amor e a Ele tudo reconduz.

A sabedoria é definida por Dionísio, o cartuxo, “como o dom real, o mais sublime de todos” (apud DRAGO, 1996, p. 204). É ela que fixa o olhar em Deus e leva a alma a desejar um aspecto trinitário. O Doutor angélico, na *Summa*, II-II, 45, 2, contempla-a com as seguintes palavras: “A sabedoria opera segundo uma simpatia-afinidade-união com Deus, segundo uma suave experiência.” A sabedoria concede às almas um instinto divino, segundo o qual a alma, com finalidade, alegria e satisfação pode crescer na contemplação e no amor de Deus. Segundo Santo Tomás, na *Summa*, II-II, 45, 2, o dom é um hábito infuso

que aperfeiçoa a caridade, em virtude do qual a alma se torna cada vez mais dócil à ação do Espírito Santo e assim à contemplação das coisas divinas.

Com a sabedoria, a alma, espontaneamente, mais do que amar se sente amada, porque o amor, como a oração, torna-se mais facilmente dócil à ação do Espírito Santo. A sabedoria leva à contemplação e a um imenso desejo de ver Deus – ainda que, somente na pátria celestial, tenhamos a perfeita contemplação, que é o amor consumado na plenitude. Temos, através do Espírito Santo como penhor e antecipação aqui na terra, a possibilidade de gozar de Deus.

São Boaventura nos diz que, da mesma maneira que ninguém pode chegar à sabedoria sem a graça, a justiça e a ciência, assim também ninguém chega à contemplação sem meditação assídua, vida santa e oração fervorosa. É sabido que a graça é o fundamento da vontade e da perspicuidade da razão. Devemos, antes de tudo, orar e buscar a santificação e levar o nosso espírito à procura da verdade. Dessa maneira, subiremos gradualmente até a celeste Sião, onde se vê Deus na sua grandeza e na sua glória (apud DRAGO, 1996, p. 204).

Paulo ora pela comunidade de Éfeso (1,17) pedindo a sabedoria: “Rogo ao Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai da glória, vos dê um espírito de sabedoria que vos revele o conhecimento dele”. A contemplação é um estado contínuo de imersão na realidade do coração de Deus. Essa imersão acontece em nós diariamente, a sabedoria no-la faz transfigurar. O ser humano que chegou à contemplação, atento à vida do Espírito em si, encontrou também o modo sábio de viver o seu dia-a-dia, transformando-o com apreciável carga de amor. O coração do contemplativo é um universo em expansão voltado para o coração de Deus, para o qual sobe, e para o coração dos irmãos, para o qual desce. A raiz de tudo é o amor.

Na vida dos santos, encontramos experiências maravilhosas. É possível desfrutar da experiência de Santa Terezinha através do dom da sabedoria. De igual forma, tivera a extraordinária compreensão que, para ser santa, deveria passar pelo sofrimento e buscar sempre o caminho da perfeição, esquecendo-se de si mesma. Compreendeu ainda que, no caminho da perfeição, existem graus diferenciados embora a alma seja totalmente livre para dar a resposta para Cristo. Exclama Terezinha: “Meu Deus, escolho tudo. Não quero ser santa pela metade. Não me faz medo sofrer por vós, a única coisa que me dá receio é a de

ficar com minha vontade” (SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, 1979, p. 45). De modo muito especial, ela crescia no amor de Deus. Sentia em seu coração impulsos desconhecidos até então. Tinha, por vezes, verdadeiros transportes de amor. Sentia-se inundada de grandes consolações. Tais consolações eram por ela consideradas como uma das maiores graças de sua vida.

É necessário desejar a sabedoria e tomá-la como esposa, pedi-la a Deus, como Salomão, porque sem ela não se pode entrar no coração ardente de Deus e sentir o sopro do seu amor. A sabedoria é a coordenação de todos os nossos conhecimentos pelas causas altíssimas das coisas. Na ordem sobrenatural dos dons, o dom de sabedoria abarca todos os conhecimentos sobrenaturais e os coordena na Causa suprema, no Princípio Altíssimo em Deus. Esse dom tem uma incalculável riqueza.

O apóstolo Paulo (cf. 1Cor 2,10) assegura que o homem espiritual julga todas as coisas e as julga porque recebeu o Espírito Santo: “O Espírito perscruta todas as coisas, até as profundezas de Deus”. Desse ponto de vista, as regras divinas se tornam para nós a pessoa de Jesus Cristo, o que ele disse e fez. Na prática, trata-se do seu Evangelho, que deve ser assumido pelo cristão como critério e norma de juízo.

O Espírito da sabedoria dá-nos o gosto pelas coisas retas, faz-nos assumir o Evangelho como norma, medida, juízo para avaliar retamente as coisas. Dá-nos gosto pela Palavra, faz-nos viver as bem-aventuranças, o significado da cruz, a suprema lei do desapego, da mortificação, da pobreza e etc. A sabedoria faz o Evangelho entrar em nossa vida de maneira suave, espontânea. Aos olhos da sabedoria do mundo, o Evangelho é tolo, loucura; o mistério de Cristo, sua Palavra e sua cruz são realidade sem significado e valor. Mas, a loucura de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte que os homens.

Jesus, em seu Evangelho, define como homem verdadeiramente sábio aquele que constrói sua casa na rocha: “Assim, todo aquele que ouve essas minhas palavras e as põe em prática será comparado a um homem sensato que construiu a sua casa sobre a rocha. Caiu à chuva, vieram as enxurradas, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, mas ela não caiu, porque estava alicerçada na rocha” (Mt 7,24-25).

No livro dos Provérbios 9,1, lê-se: “A sabedoria construiu a sua casa, talhando suas sete colunas.” Para São Boaventura, as sete colunas que sustentam a casa são: a pudicícia (a pureza do corpo); a inocência no pensamento (a simplicidade do ser e do agir); a moderação no falar (saber envolver no silêncio a própria vida); a docilidade no sentimento (a doçura com que se tratam os outros); a liberalidade na ação (identifica-se com a misericórdia); a maturidade no juízo (não julgar temerariamente), a simplicidade nas intenções (ter o coração puro) (apud DRAGO, 1996, 214).

No livro dos Provérbios, vemos a sabedoria a convidar para a sua mesa (cf. 9,1-6); a ameaçar quem a rejeita, porque a vida ou a morte do homem depende da sua capacidade de acolher ou de rejeitar a sabedoria (cf. Pr 8,25-36). Ela pertence à esfera de Deus, só Ele a possui verdadeiramente e pode enviá-la como companheira e amiga do homem. É por isso que o Eclesiástico e o autor do livro da Sabedoria se dirigem a Deus em atitude de oração, pedindo o dom da sabedoria (cf. Sb 8,21; Eclo 39,5-6).

5.1.8 A SABEDORIA DE DEUS REVELADA À COMUNIDADE DE CORINTO

A nova experiência vivida por Paulo fez com que os seus olhos se abrissem à realidade fora do povo de Israel, aos pagãos. Ainda que os gregos buscassem a perfeição espiritual, para eles, era inconcebível a idéia de um Deus nascer homem e inaceitável o fato de um Deus morrer na cruz. O apóstolo descobre que o esforço humano e a razão humana, sozinhos, não são capazes de descobrir o mistério de Deus, nem mesmo de serem seus instrumentos para levar as pessoas à conversão. Quando passamos pela conversão, experimentamos a luz da ressurreição no Crucificado.

Tendo bebido na fonte inesgotável da vida (cf. Jo 4,14), ou seja, no coração do Cristo crucificado, Paulo começa a agir de uma nova maneira. Quando a comunidade de Corinto passava por desordens, escândalos, partidos e divisões no seu interior, a ponto de a comunhão estar ameaçada (cf. 1Cor 1,10-16), ele era levado a anunciar esse mesmo Cristo não através de simples palavras nem mesmo com a sua sabedoria, mas com sua própria vida. Deus, no seu extremo amor pela humanidade, vai ao martírio na cruz. Paulo vivenciou este

amor em si mesmo: “Já não sou mais eu que vivo, mas Cristo que vive em mim” (Gl 2,20). De pecador, tornou-se um em Cristo; de perseguidor, tornou-se servidor e discípulo do Crucificado.

Para a classe social de Corinto, os sábios eram tidos como pessoas elegantes, bonitas, ricas, livres e famosas, instruídas e de nobre nascimento, pertencentes aos círculos mais cultos. Até afirmavam alguns que o “sábio era um pouco inferior a Zeus, o deus mais importante no mundo grego” (BORTOLINI, 2002, p. 24). A sabedoria poderia ser vendida, tinha alguns privilégios. O sábio era tido como um rei que dispunha de alguns mistérios do mundo e sabia interpretar os acontecimentos. Achava-se que ser sábio era para poucos, pois a sabedoria era elitista. Os sábios eram considerados os intérpretes da vontade divina. Eram eles que determinavam o que poderia vir ou não de Deus. Para a comunidade de Corinto, dificilmente alguém chegaria a ser sábio com todos esses critérios.

Paulo mostra à comunidade de Corinto o novo modo de se relacionar com Deus e com as pessoas, e como essas novas relações geram homens e mulheres novos quando se tem um verdadeiro encontro com o Crucificado Ressuscitado. Por isso, todos são chamados a ser santos e imitadores do Senhor: “Àqueles que foram santificados em Cristo Jesus, chamados a ser santos, com todos os que em qualquer lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Cor 1,2). A pessoa de Jesus deve ser colocada no centro da comunidade e da vida de seus pertencentes. É Ele quem recebeu o título de Senhor após ter-se feito servidor de todos e obediente ao Pai até a morte na cruz (cf. Fl 2, 5-11).

O apóstolo resume aos cristãos de Corinto seu pensamento sobre o significado da cruz (cf. 1Cor 1,17-25). Alerta os mesmos que a sabedoria deste mundo é uma sabedoria que exclui Deus, glorifica a auto-suficiência humana, faz do homem a autoridade suprema e se recusa a reconhecer a revelação de Deus em Jesus Cristo. A essa sabedoria Deus chama de loucura (cf. 1Cor 3,19-20), porque, por ela, o homem não conseguiu descobrir a verdade, nem conhecer o seu Criador: “A sabedoria revelada rompe o círculo dos nossos esquemas de reflexão habituais, que não são minimamente capazes de exprimi-la de forma adequada” (FR, 1988, n. 23).

O apóstolo faz questão de recordar aos coríntios que Jesus havia ressuscitado e está vivo; que o Ressuscitado é sempre Aquele que foi crucificado; e que aquilo que é tido por escândalo, evocando a idéia de fracasso, dor e derrota, deve ser visto por outro ângulo, pois, como diz Bento XVI acerca da cruz, em sua catequese pronunciada no dia 29 de outubro de 2008: “Aí está todo o poder do amor ilimitado de Deus, porque a cruz é expressão de amor é o verdadeiro poder que se revela precisamente nesta aparente fraqueza”.

A pregação de Paulo à comunidade perpassa o caminho da cruz com humilhação. O apóstolo não teve a sabedoria que os gregos tanto esperavam, nem, todavia, fez com que os milagres e os sinais o acompanhassem para que os judeus constatassem a veracidade da mensagem (cf. 2Cor 12,12). Paulo não condena a autêntica sabedoria humana, que é puro dom de Deus e leva a conhecê-Lo (cf. 1Cor 1,21), mas condena a sabedoria orgulhosa e autossuficiente, presunçosa, que tem a pretensão de ser absoluta, opondo-se à sabedoria de Deus, encarnada em Jesus Cristo, e que se torna um critério na eleição dos cristãos de Corinto.

Deus revela a sua sabedoria à comunidade de Corinto: “Dou incessantemente graças a Deus a vosso respeito, em vista da graça de Deus que vos foi dada em Cristo Jesus. Pois fostes nele cumulados de todas as riquezas, todas as da palavra e todas as do conhecimento. Na verdade, o testemunho de Cristo tornou-se firme em vós, a tal ponto que nenhum dom vos falte, a vós que esperais Revelação do nosso Senhor Jesus Cristo” (1Cor 1,4-7). Para o apóstolo, a sabedoria é o sentido da vida que Deus pôs em toda a criação. Trata-se de um saber revelado e salvífico no qual todos têm acesso a essa sabedoria.

A convocação não se faz por méritos ou qualidades pessoais, mas por ato de eleição de Deus. Deus se fez pobre por nós para nos enriquecer com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9). Só é verdadeiramente pobre quem, de fato, se encontrou com a verdadeira riqueza que é Cristo. Em última análise, a sabedoria da cruz, em Paulo, revela a comunidade de Corinto que Deus não comunga com a maldade humana. “Deus ressuscitou um crucificado, e, desde então, há esperança” (SOBRINO, 1985, p. 220) para toda a pessoa humana. O Ressuscitado é o Crucificado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre a cruz de Cristo e o estudo sobre a sua pregação na Palavra, a partir da compreensão do seu significado histórico, promovem a abertura de novas perspectivas de fé e de experiências cristãs, uma vez que se vê a ação expressiva de Deus em favor do seu povo, no amor que chega até a morte, e morte de cruz.

Ao descortinar o contexto histórico, encontramos os fundamentos para uma compreensão mais apurada da grandeza do sacrifício de Cristo. A falta do conhecimento da cruz e da sua inserção histórica empobrece a compreensão e a aceitação do sacrifício de Cristo e a distância da realidade atual da Igreja enquanto povo de Deus, povo este tão necessitado da fé libertadora e transformadora que só a adesão a Cristo por completo pode dar. Assim, acredita-se que o estudo apresentado tenha contribuído com o povo de Deus, aproximando-o do conhecimento de Cristo.

Não há dúvidas de que algo em Jesus Cristo mudou toda a humanidade. Conforme atesta o choque experimentado pelos primeiros cristãos, inicialmente, poder-se-ia pensar que a sua morte, efetivada de forma tão violenta, encerraria unicamente a ideia de fracasso, dor e derrota. Todavia, recorrendo-se à Sagrada Escritura, é possível encontrar imagens e palavras que mostram que o elemento visível na cruz de Jesus é o amor ilimitado de Deus, porque a cruz é expressão de seu amor. Trata-se do amor único, indivisível e incondicional que Deus tem para cada ser humano.

Agora, é possível entender Paulo apaixonado por Jesus, o apóstolo que centrou toda a sua atenção e gastou sua vida no Cristo crucificado. Embora os militares romanos usassem a crucifixão como um instrumento de tortura para aterrorizar os povos subjugados, a fim de submetê-los ao regime imperial, Paulo coloca a cruz, algo até então até desprezível aos gregos e os judeus, no centro de sua pregação. Cruz enquanto sinal de salvação.

Com base nisso, pesquisamos a sabedoria da cruz em 1Cor 1,17-25, onde São Paulo apresenta à comunidade de Corinto e a toda Igreja a dimensão da sabedoria de Deus na qual o homem considera ser loucura da cruz.

Trilhamos o caminho de Paulo, que entra em Corinto, com a consciência de anunciar Cristo crucificado. O apóstolo o anuncia com a sua própria vida, com

seu trabalho e funda a comunidade de Corinto. Desse modo, achamos oportuno realizar um breve levantamento a respeito dos conflitos e divisões presentes nessa comunidade, relatados na Primeira Carta aos Coríntios, escrita quando Paulo estava em Éfeso. Vimos que, com base nas informações obtidas, o apóstolo orienta a comunidade de Corinto por meio de carta. É nessa epístola aos Coríntios que ele insere o mistério da cruz sob uma nova perspectiva. Ele mostra que, a partir de Cristo, a cruz assume um novo significado.

Paulo dá, pois, um novo enfoque à cruz de Jesus e instrui a comunidade de Corinto e a toda a humanidade acerca da verdade que mudou toda a história. Em Paulo, buscamos entendimento para decifrar, em Cristo, o imenso mistério que transforma a nossa vida. O apóstolo, fascinado por Jesus, não quis saber de outra coisa a não ser o próprio Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado. Não é de se estranhar que o momento em que Jesus é levantado do patíbulo é exatamente o instante em que somos seduzidos de forma mais irresistível. Somos cativados por Cristo crucificado. Vemos o quanto Deus amou este mundo, a ponto de entregar seu Filho único para salvá-lo.

Como já ressaltamos, Paulo coloca a linguagem da cruz, algo até então desprezível aos gregos e aos judeus, no centro de sua pregação. Cruz enquanto sinal de salvação. Ele experimentou esse amor em si mesmo de uma maneira tão extraordinária que já não era mais ele quem vivia, mas era Cristo quem vivia nele.

Dando continuidade ao nosso estudo, fizemos uma exegese do corpus essencial de nossa pesquisa – 1Cor 1,17-25. De acordo com orientação de Uwe Wegner (1998. p. 28), abordarmos o texto na sua fonte mais primitiva – no nosso caso, escrito originalmente em grego –, fez-se necessário proceder inicialmente a sua tradução. Em seguida, fizemos uma análise linguístico-sintática do texto e uma breve avaliação de sua constituição literária de modo a evidenciar algumas de suas particularidades composicionais, buscamos ressaltar o caráter teológico do texto. Posteriormente, abordamos a análise literária do texto, destacamos o tema dos partidos. Expomos uma delimitação do texto, apontamos o recorte do texto por nós estabelecido, fizemos opção e iniciamos no v. 17, por ser um verbo de transição inserindo novo tema, por não ter havido cortes linguísticos. Apresentamos uma análise estilística-literária destacando as formas das cartas de Paulo: a estrutura retórica, análise discursiva e elementos estilísticos.

E finalizamos com a análise teológica, ressaltamos o tema central que guia todo o discurso dos vv. 17-25 que é o da cruz de Cristo. Observamos um erro bastante comum em uma análise superficial da teologia paulina que é a supervalorização da cruz por si mesma. Sendo uma visão perigosa, uma vez que a cruz, em seu primeiro significado, é sinal da pena capital romana e não da salvação e libertação dos homens. Sua força está na sua ligação com o grande sinal revelador de Deus: O Cristo.

Buscamos o significado da palavra redenção no Antigo Testamento. No Novo Testamento, vimos que, através da encarnação do Filho de Deus, manifesta-se a natureza de lahweh, trazendo a salvação. Ele mesmo é a vítima, o Cordeiro imolado, aquele cujo seu sangue é derramado. A redenção operada por Cristo foi um ato de amor supremo. O custo da redenção humana foi alto. Deus salva não através de vítimas, mas pelo próprio sangue do seu Filho. Cristo se faz maldito e transforma a cruz em fonte de benção.

Assim dito, a cruz tornou-se o caminho para quem quer redenção. Paulo mostra à comunidade de Corinto e a toda a Igreja um novo modo de se relacionar com Deus e com as pessoas. Nesse novo modo, constata-se a necessidade de se aceitar a cruz de Cristo com uma profunda conversão. É ela que coloca em ordem as demais relações e cura as relações machucadas pelo pecado e pelas injustiças humanas. A cruz faz com que a humanidade almeje o céu, lugar onde reside a plenitude da relação. É a partir dessa transformação, gerada no seio da humanidade, que se dá origem a um novo tipo de sociedade.

Como vimos, hoje, também o ser humano continua com seus anseios, buscas e lutas. Quem procura seguir o Cristo ressuscitado na fidelidade e seriedade deve percorrer o caminho da humilhação até à cruz. Nela, encontram-se os misteriosos caminhos da salvação que contrariam qualquer sabedoria humana. É precisamente com ela que a vida do cristão deve estar em conformidade.

Nesse sentido, Paulo alega que, receber o batismo em nome de Jesus Cristo - o mesmo Cristo que foi crucificado - significa entrar em comunhão com a sua cruz. É partilhar dos seus sofrimentos. Por meio de sua vida, Jesus é um sinal de que, nosso caminho, também enfrentaremos algumas adversidades. Ele propõe aos seus discípulos que se disponham a passar pelas mesmas consequências da prática libertadora segundo o seu Reino: contradição,

perseguição e morte. É sabido que, em Cristo, e, conseqüentemente em seus apóstolos, a possibilidade do sofrimento não foi retirada. Pelo contrário, a vontade de Deus significa o inverso do valor deste mundo.

Como procuramos demonstrar, a cruz é o símbolo da realidade humana que sofre pela opressão e injustiças do mundo que ainda não aprendeu a amar. Quando o homem se une profundamente a Cristo através deste instrumento de batalha e vitória que é a cruz, a vida de Cristo encarna-se na sua própria vida, mudando o seu viver, de modo que o próprio sofrimento perde a conotação de maldição e se torna bênção. Cristo transformou o sentido da cruz. Antes, ela era sinal de suplício, maldição. Com sua morte na cruz, ela se torna sinal de salvação, redenção. Com a cruz, Cristo inverteu a lógica da violência, derrotando-a. Portanto, para libertar os homens da maldição divina que a violação da lei fazia pesar sobre eles, Cristo se fez solidário dessa mesma maldição.

Em nossa análise, partimos do pressuposto de que Jesus é puro dom supremo de Deus aos homens. Ele é o Filho oferecido ao próprio Pai em sacrifício pela humanidade. É por isso que a redenção operada por Cristo foi um ato de amor. Gratuitamente, com seu sangue derramado, Ele redimiu toda a humanidade. Em sua vida, paixão e morte, tornou-se, em pessoa, o preço da salvação.

Assim sendo, Paulo veio convocar os redimidos a contemplarem o Crucificado Ressuscitado com postura de adoradores. Se alguém quiser participar das promessas de vida eterna e desejar a ressurreição, deve, necessariamente, se colocar no mesmo caminho de Jesus, vivendo como Ele viveu, fazendo do projeto Dele o seu propósito fundamental.

No decurso deste trabalho, ficou registrada a imprescindibilidade da cruz, na vida humana, como experiência de salvação. Todos, obrigatoriamente, precisam passar pela cruz. Trata-se de requisito primordial para se ressuscitar com Cristo. É na cruz que Jesus abre uma passagem para que todos possam passar, é a Páscoa. Em sentido figurado e teológico, a Cruz de Cristo é o resumo da verdadeira vida cristã, e, aos olhos de Deus.

Efetivada essa parte, buscamos a raiz da sabedoria. Partimos da sabedoria do oriente e, em seguida, adentramos na sabedoria grega, responsável por exercer considerável influência sobre a sabedoria de Israel. Vimos que os Livros Sapienciais se tornaram um mundo à parte, uma propriedade exclusiva de

Deus, na qual o Senhor preparou o ambiente, guardando o seu mistério - o que o Novo Testamento veio desvendar. Apresentamos a sabedoria como a arte do bem viver e destacamos Cristo como a verdadeira sabedoria, sendo ela mesma um dom de Deus.

Vimos também o apóstolo Paulo recorda à comunidade de Corinto e a toda Igreja que o Ressuscitado é e sempre será Aquele que foi crucificado, e que, só na aparência, o escândalo da cruz tem aspecto de fracasso, dor, sofrimento e derrota. Na realidade, a grandeza reside exatamente aí. A cruz expressa o amor ilimitado de um Deus que, em função desse próprio amor incondicional, dá-se de si mesmo, a ponto de esvaziar-se, revelando-se na fraqueza. Deus que, no seu infinito amor, se esvazia de si mesmo, a ponto de culminar na sua própria morte. Essa total gratuidade de Deus é que constitui a sabedoria.

No decorrer desta pesquisa, foi possível constatar que a sabedoria deste mundo é uma sabedoria que exclui Deus, que glorifica a autossuficiência humana, que faz do homem a autoridade suprema. A essa sabedoria Deus chama de loucura, porque, por ela, o homem não conseguiu descobrir a verdade, nem conhecer o seu Criador.

Conforme demonstrado neste estudo, a pregação de Paulo perpassa o caminho da cruz com humilhação. Ele não teve a sabedoria que os gregos tanto esperavam, nem, todavia, fez com que os milagres e os sinais o acompanhassem, para que os judeus constatassem a veracidade da mensagem. Isso não significa dizer que Paulo condena a autêntica sabedoria humana, que é também dom de Deus e leva a conhecê-Lo. O que ele condena é a sabedoria orgulhosa e autossuficiente, que tem a pretensão de ser absoluta, opondo-se à sabedoria de Deus, encarnada em Jesus Cristo. Para Paulo, a própria sabedoria é o Crucificado, no qual se revela a verdadeira face de Deus – um Deus apaixonado que vai até a cruz e se esvazia de si mesmo para salvar a pessoa humana.

Em nosso estudo, procuramos mostrar que o Ressuscitado é o Crucificado e, por isso, é possível afirmar que há esperança para toda a humanidade. A linguagem da cruz é absurda para aqueles que, sem ela, se perdem. Entretanto, é poder de Deus para aqueles que se salvam.

Creemos que o trabalho que ora concluimos abriu novas perspectivas de estudo. À medida que o mesmo avançava, constatava-se a necessidade de se buscar outros autores que também se debruçaram sobre o tema abordado. Assim, finalizamos este estudo, cientes de que não vimos tudo e talvez nem tenhamos visto da forma mais apropriada. O desafio de adentrar no mistério da Cruz é muito grande. Trata-se de uma tarefa por demais dificultosa. Contudo, foi com muita dedicação que fizemos a nossa investigação e acreditamos que nosso esforço tenha tido um saldo positivo. Espera-se que, num futuro muito breve, essa pesquisa inicial tenha continuidade e adentre águas mais profundas.

REFERÊNCIAS

I FONTE BÍBLICA

A BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed., rev., São Paulo: Paulus, 1985.

_____. A BÍBLIA: Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. A BÍBLIA de Estudo Pentecostal: Antigo e Novo Testamento. Tradução de J. Ferreira de Almeida. Revista corrigida. São Paulo: CPAD, 1995.

_____. NOVA Bíblia dos Capuchinhos. Lisboa: Difusora Bíblica, 1998.

BIBLEWORKS, LLC. **Bible Works for Windows**. Versão 7.0.012g. Norfolk: BibleWorks, LLC, 2006. 1 CD-ROM.

CHAVE Bíblica. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1970.

NOVO testamento. Tradução Ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola, 1987.

O NOVO Testamento Grego: com introdução em português e dicionário grego português. 4ª. ed. rev. Burueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

II FONTE PATRÍSTICA

AGOSTINHO. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 1984.

AQUINO, Tomás. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2005. v. 2

IRENEU de Lião. **Contra as Heresias**. São Paulo: Paulus, 1995.

II FONTE MAGISTÉRIO

BENTO XVI. **Carta Encíclica *Spe Salvi* do sumo Pontífice Bento XVI sobre a esperança cristã**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. (A voz do Papa; 192).

_____. **Audiência Geral, quarta-feira, 29 de outubro de 2008**. Escândalo da cruz, sabedoria do cristão. Disponível em: <<http://www.zenit.org/article-19908?l=portuguese>>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **Audiência Geral, Quarta-feira, 16 de maio de 2012.** Disponível em: <<http://www.zenit.org/article-19908?l=portuguese>>. Acesso em: 16 mai.12.

_____. **Audiência Geral, Quarta-feira, 27 de junho de 2012.** Disponível em: <<http://www.zenit.org/article-19908?l=portuguese>>. Acesso em: 27 jun.12.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 1993.

CONSTITUIÇÃO Dogmática. **Dei Verbum** sobre a revelação divina. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. 10ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONSTITUIÇÃO Dogmática. **Lumen Gentium** sobre a Igreja. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

CONSTITUIÇÃO Pastoral. **Gadium et Spes** sobre a Igreja no mundo atual. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral.** São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO PAULO II. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. **Conclusões da Conferência de Puebla. Texto oficial.** São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. **Carta Apostólica Salvifici Doloris.** Sobre o sentido cristão do sofrimento humano. 3ª. ed. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. Carta Encíclica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre o Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo: **Dominum et Vivificantem.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Carta Encíclica **Fides et Ratio**, 14 de setembro de 1998. São Paulo: Vozes, 1998.

JOÃO DA CRUZ. **Obras completas.** 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LITURGIA das horas II: segundo o rito romano. Petrópolis: Vozes, 2000.

IV ESTUDOS ESPECÍFICOS

BARBAGLIO, Giuseppe. **As Cartas de Paulo (I).** São Paulo: Loyola, 1989.

BARCLAY, William. **The Letters to the Corinthians.** Louisville: Westminster John Knox Press, 2002. (The New Daily Study Bible).

BENTO XVI. **Jesus de Nazaré**. São Paulo: Planeta, 2007.

_____. **Jesus de Nazaré**. Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011.

BIGUZZI, Giancarlo. **Composizione di 1Cor 1–4**. Roma: [s.n.], 2001. Apostila.

BRAKEMEIER, Gottfried. **A primeira carta do apóstolo Paulo à comunidade de Corinto**. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

CANTALAMESSA, Ranieiro. **Quem busca Jesus sem a cruz encontrará a cruz sem Jesus**. Disponível em: <<http://www.zenit.org>>article-16053?l=portuguese. Sexta-feira, 7 set. 2007. Acesso em: 5 set. 2010.

_____. **Jesus deu sentido e fecundidade à dor**. Domingo, 20 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.zenit.org>>article 16053?l=portuguese> Acesso em: 28 nov. 2012.

_____. **Temos um grande sumo Sacerdote**. 2 abr. de 2010. Disponível em: <<http://www.zenit.org>>article-16053?l=portuguese> Acesso em: 15 set. 2011.

CIAMPA, Roy E.; ROSNER, Brian S. **The first letter to the Corinthians**. Cambridge: Eerdmans, 2010.

CHAMPLIN, Russel N. **O Novo Testamento Interpretado**. Versículo por versículo. São Paulo: Candeia, 2002.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Orgs.). **O novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. 2ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

COLLINS, Raymond F. **First Corinthians**. Collegeville: The Order of St. Benedict, 1999.

DI BERARDINO, Ângelo (org.). **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs**. São Paulo: Paulus, 2002.

EICHER, Peter. Cruz/Sufrimento. In:_____. **Dicionário de conceitos fundamentais de teologia**. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ELLIS, Edward Earle. **Prophecy and hermeneutic in early Cristianity: New Testament essays**. Tübingen: Mohr, 1978.

FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo. Cruz. In:_____. **Dicionário de espiritualidade**. 3ª. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

GARLAND, Paul. **1 Corinthians**. Grand Rapids: Baker Academic, 2003. (Baker exegetical commentary on the New Testament).

GIRARD, René. **Eu via Satanás cair do céu como um raio**. Lisboa: Grasses e Fasquelle, 1999.

GETTY, Mary Ann. 1 Coríntios. In: BERGANT, Dianne; KARRIS, Roberto J. (Orgs.). **Comentário bíblico**. 3ª. ed. São Paulo: Loyola, 2001. p. 193-220)

HAWTHORNE, Gerald F.; MARTIN, Ralph P.; REID, Daniel G. (Org.). **Dicionário de Paulo e suas cartas**. 5ª. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HAUGHT, John F. **Mistério e Promessa. Teologia da Revelação**. São Paulo: Paulus, 1998.

HEIL, John Paul. **The rhetorical role of Scripture in 1 Corinthians**. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2005.

JOSEFO, Flávio. **História dos hebreus**. 15ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

LACOSTE, Jean-Yves. Paixão. In:_____. **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Loyola, 2004.

LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LITFIN, Duane. **St. Paul's theology of proclamation: 1 Corinthians 1–4 and Greco-Roman rhetoric**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (Monograph Series 79).

MCKENZIE, John L. **Dicionário bíblico**. 7ª. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

MITCHELL, Margaret M. **Paul and the rhetoric of reconciliation: an exegetical investigation of the language and composition of 1 Corinthians**. Westminster: John Knox, 1992.

MOLTMANN, Jürgen. **O Deus Crucificado**. A cruz de Cristo como base e crítica da teologia cristã. São Paulo: Academia Cristã, 2011.

MORRIS, Leon. **I Coríntios: Introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1981.

PAGOLA, José A. **Jesus: aproximação histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIKAZA, Xabier. O. de M., e SILANES, Nereo. **Diccionario Teológico o Deus Cristão**. São Paulo: Paulus, 1998.

THISELTON, Anthony C. **The First Epistle to the Corinthians**. Grand Rapids: Eerdmans, 2000. (The New International Greek Testament Commentary).

WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento**. Manual de Metodologia. São Leopoldo: Sinodal, 2009.

V LITERATURA DE APOIO

ALVES, R. A. **A theology of human hope**. New York: Corpus Books. 1969.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Torrieri Guimarães. 5 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ARTUSO, Vicente. **Carta aos Romanos**. Londrina: [s.n.], 2008. Apostila.

BARBAGLIO, Giuseppe. **As Cartas de Paulo (II)**. São Paulo: Loyola, 1991.
BARTH Karl. **Carta aos Romanos**. 5ª. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

BENOIT, Pierre. **Paixão e Ressurreição do Senhor**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BOSCH, Jordi Sánchez. **Escritos paulinos**. São Paulo: Ave-Maria, 2002.

BOFF, Clodovis. **Introdução à Mariologia**. 4ª. ed. São Paulo: Vozes, 2009.

BOFF, Leonardo. **Paixão de Cristo paixão do mundo**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Como pregar a cruz hoje numa sociedade de crucificados?**
Petrópolis: Vozes, 1986.

BOMBANATTO, Vera I. **Seguimento de Jesus**. São Paulo: Paulinas, 2002.

BONHOEFFER, D. **Resistência e submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

BORN, Adrianus Van Den (Org.). **Dicionário enciclopédico da Bíblia**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORTOLINI, José. **A primeira Carta aos Coríntios: superar os conflitos em comunidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Como ler o Evangelho de João**. 5ª. ed. São Paulo: Paulus, 1994.

BRIGHT, John. **História de Israel**. 5ª. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

BROWN, Raymond E. **Introdução ao Novo Testamento**: São Paulo, Paulinas, 2004.

BULTMANN, Rudolf. **Teologia do Novo Testamento**. Santo André-SP: Academia Cristã, 2008.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1965.

CANTALAMESSA, Ranieiro. **O Canto do Espírito: meditação sobre o Veni Creator**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASAGRANDE, Moacir. O seguimento de Jesus na inserção espiritualidade. **Revista Convergência**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 306, p. 496-511, out. 1997.

CERFAUX, Lucien. **Cristo na Teologia de Paulo**. Santo André: Academia Cristã, 2012.

DRAGO, Augusto. **Os dons do Espírito Santo na vida do cristão**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1993.

FABRIS, Rinaldo. **Jesus de Nazaré: história e interpretação**. São Paulo: Loyola, 1988.

_____. **Paulo Apóstolo dos gentios**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FORTE, Bruno. **A teologia como memória e profecia: Introdução ao sentido e ao método da teologia como manual da história**. São Paulo: Paulinas, 1991.

FLORES, José H. Prado. CHINEZE, Ângela M. **A fascinante morte de Jesus**. São Paulo: Canção Nova, 2006.

GARMUS, Ludovico. Os últimos momentos de Jesus no alto da Cruz. **Grande Sinal: Revista de Espiritualidade**, Petrópolis, v. 62, n. 2, p. 149-160, mar. 2008.

GIRARD, René. **O bode expiatório**. Sao Paulo: Paulus, 2004.

HALE, David B. **Introdução ao estudo do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2001.

HOEFELMANN, Verner. Corinto: contradições e conflitos de uma comunidade urbana. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 25, p. 21-33, 1990.

HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2008.

JEREMIAS, J. **Jerusalém no tempo de Jesus**. Pesquisas de história econômica-social no período neotestamentário. São Paulo: Paulus, 1983.

KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. São Paulo: Paumape, 1979.

LADARIA, Luiz F. **O Deus vivo e verdadeiro**. São Paulo: Loyola, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LORASCHI, Celso. **Da Igreja de Atos dos Apóstolos à Igreja que sonhamos**. Londrina, 2010. Apostila apresentada na Semana Teológica do curso de teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná Câmpus Londrina.

MAIER, Paul L. **Josefo Los Escritos esenciales**. Edición ilustrada de Antigüedades de los judios y Las guerras de los judíos. Michigan: Editorial Portavoz, 1992.

METTINGER, Tryggve N. D. **O Significado e a mensagem dos nomes de Deus na Bíblia**. São Paulo: Academia Cristã, 2008.

MOLTMANN, Jürgen. **Quem é Jesus Cristo para nós hoje?** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Ciência e sabedoria**. Um diálogo entre ciência natural e teologia. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **O caminho de Jesus Cristo**. Cristologia em dimensões messiânica. Santo André: Academia Cristã, 2009.

_____. **O Espírito da Vida**. Uma pneumatologia integral. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEÑA, Juan L. R. de la. **O dom de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRADO, José Luiz Gonzaga do. Paulo: o evangelizador se evangeliza. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 39, p. 64-74, 1993.

PLATÃO. **Protágoras**. São Paulo: Matese, 1965.

PESCE, Mauro. **As duas fases da pregação de Paulo**. São Paulo: Loyola, 1996.

QUESNEL, Michel. **As Epístolas aos Coríntios**. São Paulo: Paulinas, 1983.

ROSSANO, P. **Le Lettere di San Paolo**. Roma: Paoline, 1978.

ROSSI, L. A. S. **Jesus vai ao McDonald's**. Curitiba: Champagnat, 2011.

RUBIO, Afonso G. **O encontro com Jesus Cristo vivo**. 2ª. ed. São Paulo: Paulinas, 1994.

RUSHANSKY, Efraim. **O Palco da História**. As Raízes Judaicas e o Cristianismo. 2ª. ed. Jerusalém, 2010.

SANTA TERESA DO MENINO JESUS E DA SAGRADA FACE. **História de uma alma**. 16. ed. São Paulo: Paulus, 1979.

SACCHI, Alessandro et al. **Lettere Paoline e altre lettere**. Torino: Elle Di Ci, 2002. (Logos: Corso di studi Biblici, 6).

SANTOS, Luciano, Gomes dos. O Mistério Pascal na obra do teólogo Hans Urs Von Balthasar. **Convergência**, São Paulo, v. 41, n. 391, p. 159-167, abr. 2006.

SCHNEIDER, Theodor (Org.). **Manual de dogmática**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. v. 2.

SCHNELLE, Udo. **Paulo vida e pensamento**. São Paulo: Academia Cristã, 2010.

SERENTHÀ, Mário. **Jesus Cristo, hoje e sempre**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1986.

SILVA, Valmor da. **Paulo, Apóstolo de Jesus Cristo pela vontade de Deus!**: teologia paulina. São Paulo: Paulinas, 2005.

SOBRINO, Jon. **Jesus na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1985.

SOLDER, José. **Existe o Pai Celeste?** Curitiba: Rosário, 1997.

SÖLLE, Dorothee. **Sufrimento**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SLOYAN, Gerard S. **Por que Jesus morreu?** São Paulo: Paulinas, 2006.

SLANE, Craig. **Bonhoeffer, o mártir**. Responsabilidade social e compromisso cristão moderno. São Paulo: Vida, 2007.

STEIN, Edith. **A Ciência da Cruz**. 5ª. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

STRABELI, Mauro. **Cartas dos Apóstolos**: Primeira Carta aos Coríntios: explicação e atualização. São Paulo: Paulus, 1998.

SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. Trad. Pitro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

THEISSEN, Gerd; MERZ, Anntte. **O Jesus histórico**. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

VIEIRA, Paulo L. M. **A fé de Pedro e a ciência de Tomé**. Florianópolis: Xavier, 2006.

WINTERS, Alicia. O Goel no Antigo Testamento. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana – RIBLA**, Petrópolis, n. 18, 1992.